



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



ESTUDOS PRELIMINARES

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO E OPERACIONAL COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA PARA A AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E CIENTÍFICA DA UFMS (AGECOM) E PARA O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA DIRETORIA DE ATENÇÃO AO SERVIDOR DA PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS (PAS/UFMS)

1. **NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:** (art. 24, § 1º, inciso I e Item 3.1 do Anexo III da IN/SEGES/MP nº 05/2017)
- 1.1. Normativos Que Disciplinam os Serviços a Serem Contratados de Acordo Com Sua Natureza:
 - 1.1.1. Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações que altera o Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013;
 - 1.1.2. Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
 - 1.1.3. Instrução Normativa nº 05/2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, em 26 de maio de 2017;
 - 1.1.4. Consolidação das Leis do Trabalho - CLT - Decreto Lei nº 5.452/1943;
 - 1.1.5. Portaria nº 443, de 27 de Dezembro de 2018 - Estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018;
 - 1.1.6. Resolução CFM Nº 1.614/2001;
 - 1.1.7. Resolução COFEN Nº 266/2001;
 - 1.1.8. Resolução CBO Nº 87/2009;
- 1.2. Das Justificativas da Agência de Comunicação Social e Científica (Agecom):
 - 1.2.1. O presente estudo preliminar visa a contratação de prestadores de serviços técnicos no âmbito da Agência de Comunicação Social e Científica da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, com base na Lei de Licitações e Contratos, Lei 8.666/93, conforme será detalhado na sequência.
 - 1.2.2. A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, conforme expresso no Artigo 4º de seu Estatuto, possui entre suas finalidades e objetivos as seguintes premissas: “gerar, difundir, socializar e aplicar conhecimentos que contribuam para a melhoria da qualidade de vida do ser humano, utilizando as potencialidades da região, mediante processos integrados de ensino, pesquisa, extensão, com princípios de responsabilidade, de respeito à ética, ao meio ambiente e às diversidades, garantindo a todos o acesso ao conhecimento produzido e acumulado”.
 - 1.2.3. Com vistas a melhorar a difusão e a socialização dos conhecimentos promovidos no interior da Universidade, estabeleceu-se a Agência de Comunicação Social e Científica (AGECOM) com a Resolução CD n 195/2019, consolidando as áreas de comunicação institucional, assessoria de imprensa, gerenciamento de mídias sociais, radiodifusão educativa (Rádio Educativa UFMS e TV UFMS), planejamento e identidade visual, e de publicações científicas da Editora UFMS.
 - 1.2.4. A Agecom, de acordo com a Resolução CD n. 116/2021, é responsável pelo planejamento, organização, coordenação, execução e veiculação das atividades inerentes à Comunicação Social de natureza institucional e científica, da produção visual, da documentação institucional e da política editorial da UFMS. E tem entre suas competências, prever, solicitar e gerir os recursos humanos, materiais e financeiros necessários à operacionalização dos programas/projetos institucionais desenvolvidos na Agência; executar as atividades administrativas pertinentes ao funcionamento das emissoras; propor e analisar convênios e contratos relacionados aos veículos de comunicação oficiais e as atividades de assessoria de imprensa, fiscalizando sua execução e gerindo sua manutenção.
 - 1.2.5. Sob esse escopo de atividades e diretrizes, a Agecom possui quatro Secretarias que complementam e materializam suas realizações, sendo elas a Secretaria de Documentação Institucional, a Secretaria da Editora UFMS, a Secretaria de Produção Visual e a Secretaria de Rádio, TV e Mídias.
 - 1.2.6. Para manter em operação os veículos institucionais, no caso da Secretaria de Rádio, TV e Mídias, são necessários, em condição mínima de funcionamento para a manutenção da **Rádio Educativa UFMS 99.9, 8 (oito) comunicadores, 1 (um) analista musical, 2 (dois) operadores de mídia audiovisual e 1 (um) diretor de programação**. Tais postos de prestação de serviço respaldam a manutenção da emissora no ar, com a qualidade e a responsabilidade exigidas no acordo de cooperação firmado com a EBC, com uma programação total de 24 horas diárias entre programas ao vivo e gravados. Nesse sentido, necessita-se da contratação de um comunicador para cada período matutino, vespertino e noturno, e outro para a apresentação do Rádio Jornal e gravação do boletim Minuto Notícia, além de outros informativos e institucionais, todos com jornada de trabalho semanal de 30 horas, de modo a viabilizar a programação ao vivo das 6h às 22h, além da cobertura da programação gravada no período da madrugada. Para além dos programas apresentados ao vivo ao longo do horário supramencionado, tais comunicadores, ao lado do operadores de mídia audiovisual e diretor de programação, também respondem pela gravação e edição de vinhetas, spots informativos e outros formatos como programas de curta duração que integram a programação da emissora, conforme pode ser verificado cotidianamente no site educativa.ufms.br ou na sintonia 99.9 na região de Campo Grande – o que propicia o controle social dos serviços prestados pela própria comunidade universitária e pela sociedade em geral.
 - 1.2.7. Englobando a Rádio Educativa UFMS e a TV UFMS, a presença constante de **1 (um) técnico de áudio**, com jornada semanal de 36 horas, faz-se fundamental para proceder a manutenção preventiva da aparelhagem da emissora (garantindo-se, assim, o princípio da economicidade, considerado o alto montante de investimento nos equipamentos por parte do Governo Federal) e, sobretudo, para a realização rotineira diária de testes nos equipamentos (o que inclui os transmissores e a torre de transmissão) de modo a garantir o funcionamento dentro do que prevê os padrões técnicos estabelecidos na legislação brasileira sobre radiodifusão educativa.
 - 1.2.8. Já no caso da **TV UFMS**, faz-se necessária a contratação de **1 (um) diretor de programação, 4 (quatro) comunicadores, 4 (quatro) repórteres cinematográficos, 5 (cinco) editores de mídia** - que são responsáveis pelo crescimento expressivo da produção audiovisual da UFMS nos últimos anos, passando de uma hora de programação/mês em 2016 para cerca de quatro horas/programação por semana em 2021.
 - 1.2.9. Na produção integrada da Secretaria de Rádio, TV e Mídias, faz-se necessária a contratação de **2 (dois) chefes de reportagem** para garantir o fluxo e a dinamicidade das produções, contemplando a pluralidade e amplitude da UFMS, incluindo todas as unidades e campus, distribuídos em 23 municípios do estado de Mato Grosso do Sul. Dessa forma, o trabalho do produtor vai agilizar o agendamento de entrevistas e produção editorial, auxiliando a chefia de reportagem, bem como a direção de programação, na manutenção dos programas diários das emissoras institucionais. Faz-se importante ainda ressaltar o fortalecimento e a consolidação da imagem da UFMS perante a sociedade constituem objetivos do plano de desenvolvimento institucional da Universidade, sendo que a Divisão de Produção Jornalística desempenha papel preponderante em ações para o cumprimento das metas direcionadas a este aspecto.

1.2.10. Em relação à **Secretaria de Rádio, TV e Mídias (Semid)**, adota-se como parâmetro para definição dos quantitativos estimados a demanda diária de produção de conteúdo voltada às mídias sociais institucionais e assessoria de imprensa da UFMS. Nesse sentido, para a manutenção das estratégias de comunicação previstas no Manual de Competências da Instituição, faz-se necessária a contratação de **4 (três) comunicadores** com jornada de trabalho de 30 horas semanais, de modo a alimentar as mídias sociais com textos, fotos e conteúdo audiovisual institucional com informações de interesse público e, particularmente, de modo a propiciar que as informações produzidas na UFMS atinjam seus diferentes públicos estratégicos.

1.2.11. Em função da abrangência de atuação da Agência de Comunicação Social e Científica, inclusive com a produção da revista Candil, voltada à divulgação científica, faz-se necessária a contratação de **2 (dois) repórteres fotográficos**, tendo como atribuição a garantia da qualidade da imagem digital oferecida à comunidade universitária e sul-mato-grossense, promovendo a ferramenta necessária para a cobertura e divulgação das atividades desenvolvidas na Universidade, com apoio às atividades realizadas em parceria com a Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação.

1.2.12. Em relação à **Secretaria da Editora UFMS (Sedit)**, adota-se como parâmetro para definição dos quantitativos estimados a manutenção mínima e regular das atividades voltadas à política editorial de disseminação científica da UFMS. Faz-se necessária, assim, a contratação de **2 (dois) produtores editoriais**, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, para subsidiar o trabalho de editoração e de planejamento visual das publicações da Editora UFMS.

1.2.13. Para manter a qualidade dos trabalhos realizados pelas equipes da Semid e Sedit, é fundamental a presença de **2 (dois) analistas de texto**, com jornada de trabalho de 30 horas semanais, para garantir a qualidade do trabalho realizado.

1.2.14. Em relação à **Secretaria de Produção Visual (Seprovis)**, faz-se necessária a contratação de **1 (um) operador de off-set F2 Quatro Cores** com jornada semanal de trabalho de 40 horas, de modo a viabilizar os serviços gráficos e a contratação de prestação de serviço de **3 (três) produtores editoriais**, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, para subsidiar o trabalho de editoração e de planejamento visual dos produtos da UFMS.

1.2.15. Nesse contexto, a contratação de prestação de serviços técnicos é motivada pela necessidade de atendimento das demandas geradas no âmbito da UFMS, e particularmente da AGECOM, com base em seu escopo e competências acima mencionadas. Considera-se ainda o recente processo de expansão experimentada na Universidade com a criação de novas unidades, o que gerou, indubitavelmente, aumento no volume dos serviços que devem ser realizados. Considera-se necessária e justificada a contratação de **1 (um) Publicitário**, com carga horária de 40 horas semanais para dar suporte às atividades desenvolvidas pela AGECOM de divulgação nos veículos de comunicação do estado dos processos seletivos próprios de ingresso aos cursos de graduação e pós-graduação e ainda na coordenação junto à agência de publicidade e propaganda contratada, contribuindo dessa forma para o bom desempenho da UFMS na consecução dos objetivos constantes em seu Estatuto e nas competências vinculadas à AGECOM.

1.2.16. A quantificação dos itens de prestação de serviço, constante neste Estudo Preliminar, foi promovida em face da estimativa da demanda das divisões que compõem a AGECOM. A contratação de tais serviços tem amparo legal na Instrução Normativa n.º 05/2017, no Decreto n.º 9.507, de 21 de setembro de 2018, que dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal; na Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e no Decreto n.º 10.024 de 20 de setembro de 2019, ambos referentes à licitação na modalidade "Pregão"; bem como, subsidiariamente, nas disposições da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

1.3. **Das Justificativas Do Programa de Assistência à Saúde da Diretoria de Atenção ao Servidor da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PAS/UFMS):**

1.3.1. Considerando o aumento do número de adesões de novos de beneficiários e de execuções de procedimentos autorizados pelo Programa de Assistência à Saúde da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PAS/UFMS), houve um consequente aumento dos custos envolvidos nas atividades do programa. Dessa forma, aumentar o controle sobre o fluxo de suas obrigações é indispensável. Contudo, esse monitoramento deve ser ágil, sendo capaz de garantir a eficiência das atividades-meio e das atividades-fim. Conter gastos por minimizar eventuais falhas é necessário.

1.3.2. Nos termos da Portaria Normativa do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 01, de 09/03/2017, quando o serviço é prestado diretamente pelo órgão, o mesmo deverá dispor por meios próprios ou contratados, de infraestrutura administrativa e operacional necessária para o gerenciamento do serviço de assistência à saúde suplementar.

"Art. 17 - Entende-se como serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade, o oferecimento de assistência à saúde suplementar ao servidor, ao militar de ex-Território, a seus dependentes e ao pensionista por meio de rede de prestadores de serviços mediante gestão própria ou Contrato.

Parágrafo único - O serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade deverá dispor, por meios próprios ou contratados, de infraestrutura administrativa e operacional necessária para o gerenciamento do serviço de assistência à saúde suplementar, observadas as demais disposições desta Portaria Normativa".

1.3.3. Indispensável ao processo de gerenciamento, o serviço de auditoria especializada é um dos principais instrumentos de planejamento e organização do fluxo de trabalho em planos de saúde. A adequação dos fundamentos da auditoria com os processos de trabalho, promove uma gestão com tendência a priorizar redução de custos mantendo a qualidade do serviço prestado.

1.3.4. A mudança no cenário da saúde pública e privada e a necessidade de garantir resultados positivos, exigiram dos gestores a necessidade de entender os custos e manter a qualidade da assistência prestada. Com vistas a dar transparência e conformidade aos registros administrativos e financeiros, na intenção de melhorar o gerenciamento e planejar políticas para oferecer uma resposta mais assertiva à demanda dos clientes, é necessário e salutar a contratação do serviço de auditoria. No decorrer dos anos, a evolução de técnicas aplicadas aos procedimentos também passou a exigir conhecimentos específicos daqueles responsáveis pelas verificações e legitimidades dos atos vinculados à economia ou finanças do PAS/UFMS e à segurança dos beneficiários quanto aos procedimentos médicos solicitados.

1.3.5. Diante dessa exigência, a auditoria se consoma fundamental para o PAS/UFMS. Como demais instituições voltadas para a assistência à saúde, profissionais auditores são necessários para garantir a lisura e transparência dos deferimentos e indeferimentos de pedidos. É indiscutível a relevância do profissional que, sendo especialista toma decisões fundamentadas em conhecimento técnico.

1.3.6. O trabalho de auditoria, promove segurança no fornecimento de informações aos fornecedores, credenciados e beneficiários, garantindo qualidade na assistência, controle dos gastos e valores qualitativos na assistência. O estabelecimento da integralidade de atendimento ao público, e a definição de oferta à saúde baseada nas questões econômicas versam a necessidade de a avaliação ser feita dentro do saber científico, da conduta ética e das regras internas aplicadas neste Programa.

1.3.7. O que se busca atualmente é uma auditoria que privilegie a qualidade da assistência, com redução de custos, preocupando-se com os valores financeiros sem se esquecer dos valores qualitativos. É nessa linha que o Programa de Assistência à Saúde da UFMS caminha. Suas ações não são diferentes das grandes instituições voltadas à assistência à saúde e, por isso, tem necessidade de ter entre seus colaboradores profissionais que possam, de forma independente, observando todos os princípios norteadores do comportamento ético, exercer suas funções de auditoria. Uma atribuição de avaliar as solicitações dos credenciados e coibir distorções nas contas apresentadas ao PAS/UFMS, objetivando a elevação dos padrões técnicos e administrativos e o melhor atendimento ao beneficiário.

1.3.8. Mensalmente são analisadas cerca de 9.000 (nove mil) guias e realizados cerca de 25.000 (vinte e cinco mil) procedimentos. Ademais, há o acompanhamento de, em média, 80 (oitenta) internações. Devido ao considerável volume, há a necessidade de uma inspeção pormenorizada por parte da auditoria. Tal exame tem o fito de garantir que os princípios da Administração Pública estão sendo estoicamente seguidos. Isto é, que todos os atos administrativos praticados pelo Programa obedeçam à Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e, em especial, a Eficiência.

1.3.9. Do exposto, verifica-se que há não só uma necessidade de contratação, mas uma preocupação com a capacidade do profissional a ser contratado.

1.3.10. O serviço de terceirização busca a contratação de força de trabalho especializada, visto a especificidade do trabalho executado.

1.3.11. Em pesquisa sobre a função do profissional-auditor, constata-se que se trata de um processo de exame, verificação e interpretação crítica de situações frente às normas de eficácia, eficiência, qualidade e produtividade, bem como de identificação das capacidades da organização e de emissão de opinião sobre aspectos intangíveis (relações e conflitos) que afetam o desenvolvimento. O profissional deve emitir recomendações para garantir integridade patrimonial, organizacional, informativa à gestão da Secretaria de Assistência à Saúde da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

1.3.12. O acentuado conhecimento do especialista permitirá que suas ações sejam direcionadas para proporcionar que os procedimentos médicos solicitados pelos credenciados, sejam em sua íntegra realizados e que as cobranças estejam dentro da conformidade do serviço executado.

1.3.13. Expostos os argumentos, cabe ressaltar a importância de que a auditoria em saúde seja realizada preferencialmente nas dependências físicas do PAS/UFMS, já que vários procedimentos precisam ser avaliados, periciados e auditados, tais: adesão dos beneficiários, entrevista qualificada, perícias, dentre outros. No entanto, em se tratando de auditoria concorrente, esta deve ser realizada na rede credenciada, realizada com transporte próprio do profissional.

1.3.14. Para a classe odontológica cabe toda a descrição já mencionada, acrescida da necessidade de realização de avaliação dos tratamentos propostos, feitos por perícia inicial e final; glosas parcial ou total de procedimentos considerados indevidos ou que não façam parte da cobertura assistencial prevista no rol de procedimentos. A odontologia também tem se mostrado um grande facilitador de acesso às informações na prevenção às doenças da boca.

1.3.15. A contratação de equipe de peritos/auditores odontólogos, se deve a necessidade do acompanhamento do tratamento proposto, desde a sua liberação, total ou parcialmente (perícia inicial), até a conclusão do mesmo, verificando se o que foi proposto e autorizado foi realizado, total ou parcialmente (perícia final), liberando então o pagamento do tratamento. Ressaltamos a necessidade da contratação do serviço de auditoria odontológica para averiguação dos planos de tratamento propostos pelos credenciados através da perícia inicial, acompanhamento da documentação expedida pelos credenciados, fiscalização da execução dos procedimentos autorizados e acompanhamento do cumprimento das normas técnicas e éticas ao decorrer dos tratamentos odontológicos.

1.4. Das Justificativas Para Fixação dos Salários

1.4.1. Com fulcro no Art. 5º, VI, da IN 05/2017:

Art. 5º É vedado à Administração ou aos seus servidores praticar atos de ingerência na administração da contratada, a exemplo de:

(...)

VI- definir o valor da remuneração dos trabalhadores da empresa contratada para prestar os serviços, salvo nos casos específicos em que se necessitam de profissionais com habilitação/experiência superior a daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria, desde que justificadamente;

1.4.1.1. Considerando os Acórdãos 2582/2012 - Plenário, 697/2013 - Plenário, 823/2014 - Plenário, a **definição de faixa remuneratória será fixada e designada pela Administração**, tendo em vista haver no processo pesquisas de preço junto ao mercado, associações e sindicatos de cada categoria profissional, bem como o contrato ora em vigência.

O Acórdão nº 614/2008 TCU Plenário contém o entendimento mais recente sobre o tema. Nele o TCU entendeu que é vedada a fixação de piso salarial para serviços que devam ser medidos e pagos por resultados. Porém, em cada caso concreto deve-se aferir se essa fixação de pisos salariais nas licitações de execução indireta de serviços pagos por disponibilidade ou baseados na locação de postos de trabalho configura-se na melhor solução para resguardar o interesse público (item 94).

Atualmente a Infraero executa, por intermédio de contrato emergencial, os serviços licitados no Pregão Eletrônico nº 050/DALC/SEDE/2008. O fato limita a capacidade de atuação da área de TI em atender à demanda de serviços, além de por em risco a continuidade de sistemas críticos da empresa (item 95).

Considerando a jurisprudência do TCU, propõe-se considerar válido, nesse caso concreto, o certame quanto ao aspecto de fixação de pisos salariais, sem prejuízo de determinar à Infraero que fiscalize, durante toda a vigência do contrato, o cumprimento do subitem 23.3 do termo de referência, o qual estabelece que a contratada deva considerar os valores referenciais constantes do subitem 23.12 do termo de referência para a remuneração dos profissionais alocados para prestação de serviço na Infraero, a serem comprovados, posteriormente, nas respectivas carteiras de trabalho.

Planilha de custos e formação de preços: Previsão do pagamento de salários superiores aos fixados pela convenção coletiva de trabalho da categoria -

Acórdão n.º 3006/2010-Plenário, TC-001.225/2008-0, rel. Min. Valmir Campelo, 10.11.2010.

Representação oferecida ao TCU apontou possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico n.º 076/2006, promovido pelo Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro – NERI/MS, cujo objeto era a contratação de empresa prestadora de serviços de tratamento de acervos arquivísticos – microfilmagem, acondicionamento e arquivamento – no Centro de Microfilmagem e Digitalização – CMD/RJ. De acordo com o Auditor Federal responsável pela instrução, o NERI/MS estabeleceu, no edital, a previsão do pagamento de 2,7 salários de referência para a função de Técnico de Microfilmagem, bem como de 5,0 salários para a de Arquivista, “em desacordo com o art. 40, inciso X, da Lei nº 8.666/93, que veda a fixação de preços mínimos como critério de aceitabilidade dos preços unitários e global nas licitações públicas”. Destacou, ainda, que o TCU, por meio do Acórdão n.º 614/2008-Plenário, firmara o entendimento de que, “para modelos de execução indireta de serviços, inclusive os baseados na alocação de postos de trabalho, se a categoria profissional requerida se encontra amparada por convenção coletiva de trabalho, ou outra norma coletiva aplicável a toda a categoria, determinando o respectivo valor salarial mínimo, esse pacto laboral deve ser rigorosamente observado nas licitações efetivadas pela Administração Pública e nas contratações delas decorrentes”.

Ao se manifestar nos autos, o titular da unidade técnica ressaltou que, embora o referido acórdão aponte no sentido da impossibilidade de tal previsão, o próprio Tribunal decidiu, posteriormente, por intermédio do Acórdão n.º 1122/2008-Plenário, que essa regra admite exceção, desde que devidamente justificada. Segundo o titular da unidade instrutiva, há situações em que se necessita de profissionais com habilitação/experiência superior à daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria. A utilização do piso como referência, nessas situações, “acaba por gerar para a Administração, em vez de economia, problemas operacionais, em função da alocação de profissionais despreparados ou não capacitados e da rotatividade de mão de obra”. Para ele, poderia haver justificativa para o ato, porém tal não constou do processo licitatório, o que “caracteriza falha, independente das necessidades existentes e da aceitação ou não das justificativas posteriormente apresentadas”. Em consequência, propôs a expedição de alerta ao NERI/MS quanto à “previsão de pagamento de salários superiores aos fixados pela Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria, sem a formalização, no processo licitatório, da devida fundamentação, em descumprimento ao art. 40, inciso X, da Lei nº 8.666/93, e entendimento deste Tribunal firmado pelo Acórdão TCU n.º 1.122/2008-Plenário”. Em seu voto, o relator considerou adequado o encaminhamento proposto, no que foi acompanhado pelos demais ministros.

1.4.1.2. A necessidade do licitante obedecer ao valor do salário de remuneração fixado nas planilhas de pesquisa de preço realizadas pela Administração, justifica-se: a) Ausência de Acordo Coletivo para todas as categorias de colaboradores a serem contratadas, para tanto a Administração realizou pesquisas de mercado, utilizando médias salariais e Acordos Coletivos para fixar a remuneração salarial de cada categoria que deve ser obedecido pela Contratada. Para as pesquisas de mercado foi observado o nível de complexidade do serviço e o perfil do profissional almejado; b) Dificuldade de se mensurar a capacidade técnico-intelectual necessária para o desenvolvimento das atividades, visto que o trabalho necessário se diferencia em cunho intelectual de outra atividade administrativa. As funções exercidas são distintas e por isso necessitam ser remuneradas de acordo com o mercado. Foi observado nos estudos de mercado que a qualificação acima da média exige a distinção salarial em função da qualificação do trabalhador. A medida adotada é primordial e imprescindível para o interesse público; c) Alta rotatividade de colaboradores "turnover". A rotatividade acarreta para Administração Pública a perda de conhecimento, a queda de produtividade e a perda de credibilidade.

1.4.1.3. Quanto aos serviços de auditoria e perícia em saúde, existe a necessidade de afastar o risco de selecionar profissionais com qualificação/especialização inferior a necessária para execução dos serviços contratados, sobretudo por tratar-se de demanda por profissionais

de alto intelecto, conforme Item 9.2.1 do Acórdão 2.647/2009-TCU- Plenário, relator Ministro Walton Alencar Rodrigues e Acórdão 1097/2019 - TCU Plenário. Desta forma, existe a necessidade de os salários serem compatíveis com a necessidade exigida pelo mercado de trabalho, considerando o grau de especialização e de experiência que as atividades requerem. Além disto, uma baixa remuneração para profissionais com requisitos de qualificação mais rigorosos tende a aumentar os riscos de alta rotatividade de empregados e não preenchimento de vagas, ocasionando problemas de atrasos na avaliação, aprovação (e consequentemente na realização) de procedimentos e tratamentos de saúde dos usuários do PAS/UFMS, comprometendo as atividades do Programa.

1.4.1.4. Outro fator relevante é a responsabilidade civil dos auditores e dos peritos na perspectiva dos direitos dos beneficiários, a atendimento humanizado, adequado e efetivo na resolução do problema. Na avaliação da responsabilidade jurídica levam-se em conta as regras de conduta, tanto éticas quanto técnicas, ligadas aos deveres dos auditores e peritos em prestar informações autênticas, verídicas e reais, que é especialmente o que as auditorias e perícias exigem: autenticidade ou inexistência dos dados auditados ou periciados.

1.4.1.5. É fundamental a necessidade de desenvolver dinâmica de aprendizagem e inovação, devido às crescentes mudanças tecnológicas na área da saúde, o que exige específica capacidade intelectual. Acompanhamento e entendimento para aplicação prática das atualizações de tabelas e Rol de procedimentos e Eventos em Saúde.

1.4.1.6. Imprescindível ter conhecimento para garantir ao paciente tratamento adequado e seguro, baseando-se nas Resoluções vigentes e regras da Agência Nacional de Saúde, conhecimento sobre medicações quimioterápicas aplicadas, conhecimento sobre tecnologia em saúde no que se refere à utilização de órteses e próteses e materiais especiais - OPME-, além de operacionalizar instrumentos relacionados a indicadores para avaliação e controle do Programa de Saúde, englobando modelos assistencial e gerencial.

1.4.2. Ainda sobre o tema, o Relatório das Unidades Solicitantes (SEI nº [3308527](#)) traz as seguintes reflexões:

1.4.2.1. Considerando que a área da comunicação é ampla e complexa em seus cargos e funções desenvolvidas, e que no presente Termo de Referência minutado consta na lista de cargos, sobre o qual não há Convenção Coletiva de Trabalho, sendo que em outras não se tem também representação sindical, o que proporciona uma dificuldade operacional prática para a formalização de um salário médio, que venha a proporcionar a possibilidade de ser contratado para o posto, profissional que atenda o patamar mínimo requisitado na qualificação profissional e que seja remunerado adequadamente para tal.

1.4.2.2. A exemplo prático, o cargo de produtor editorial necessita de piso salarial acima da que está vinculada ao desenvolvimento criativo de peças institucionais, que visem a fortalecer a imagem do órgão enquanto instituição de ensino superior, produtora de conhecimento através do ensino, da pesquisa e das atividades de extensão, conforme indicado na Constituição Federal; dessa forma tal cargo necessita de um profissional que tenha conhecimento técnico e profissional com capacidade de compreender a magnitude da instituição e a sua capilaridade dentro do território sul-mato-grossense, sendo portanto multicampus e com variadas frentes de atuação.

1.4.2.3. Considerando o histórico dos processos de contratação de objeto similar na UFMS, a alta rotatividade de profissionais, o que naturalmente acarreta para Administração Pública a perda de conhecimento, a queda de produtividade e a perda de credibilidade, a ausência de experiência profissional e de domínios de técnicas e saberes, bem como a falta compreensão da importância e da dimensão de impacto de suas atividades para o cumprimento da missão institucional da UFMS. Dessa forma, diante da aprendizagem histórica nos processos anteriores, os baixos salários são severo limitador na seleção desses profissionais com capacidade técnica e experiência profissional que possam atender plenamente ao demandado pelo cargo e pelas atividades que são solicitadas pela instituição. Com uma remuneração não adequada ao nível de exigência profissional, acaba por ocorrer um alto grau de rotatividade no cargo, ocasionando em vários momentos descontinuidade de ações e execuções de tarefas, bem como sempre sendo necessário refazer a ambientação e treinamento deste novo prestador de serviço conforme as rotinas de trabalho e demandas da instituição.

1.4.2.4. Considerando que as atividades a serem desenvolvidas pelos profissionais, que contam com grau de complexidade, responsabilidade e requerem desenvolvimento criativo de peças institucionais que propagam a imagem da instituição e serão veiculados e todos os canais de comunicação da UFMS, sendo que a falta de compreensão da responsabilidade e importância das demandas por parte do prestador de serviço leva a morosidade e queda de produtividade. Portando a inépcia profissional acarretada por uma remuneração não adequada ao patamar exigido e necessário, considerando que em casos que há convenção coletiva de trabalho (o que não se aplica a existência de CCT na pretensa Contratação), trata de um patamar salarial mínimo que por vezes reflete em um profissional que não atende quanto a qualificação técnica exigida para o posto que atende as atividades da AGECOM.

1.4.2.5. Considerando Dificuldade de se mensurar a capacidade técnico-intelectual necessária para o desenvolvimento das atividades, visto que o trabalho necessário se diferencia em cunho intelectual de outra atividade administrativa. As funções exercidas são distintas e por isso necessitam ser remuneradas de acordo com o mercado. Foi observado nos estudos de mercado que a qualificação acima da média exige a distinção salarial em função da qualificação do trabalhador. A medida adotada é primordial e imprescindível para o interesse público;

1.4.2.6. Considerando que, o Programa de Assistência à Saúde - PAS/UFMS tem por diretriz básica a implementação de ações preventivas voltadas à promoção, preservação e recuperação da saúde dos servidores da UFMS e tem por objetivo proporcionar aos beneficiários assistência médica ambulatorial, hospitalar, odontológica, fisioterápica, psicológica, fonoaudiológica e de terapia ocupacional.

1.4.2.7. Considerando que os serviços a serem contratados de auditorias médica e enfermagem e de perícia odontológica, além de regular os procedimentos e garantir eficiência na gestão e nos controles dos processos realizados pela PAS/UFMS, tornam-se imprescindíveis devido as especificidades do trabalho a ser desenvolvido exigindo dessa forma a contratação de profissionais com habilitação/experiência específicas.

1.4.2.8. Considerando que, com relação aos serviços de auditoria e perícia em saúde, existe a necessidade de afastar o risco de selecionar profissionais com qualificação/especialização inferior a necessária para execução dos serviços contratados, sobretudo por tratar-se de demanda por profissionais de alto intelecto, conforme Item 9.2.1 do Acórdão 2.647/2009-TCU- Plenário, relator Ministro Walton Alencar Rodrigues e Acórdão 1097/2019 - TCU Plenário. Outro fator relevante é a responsabilidade civil desses profissionais na perspectiva dos direitos dos beneficiários, a atendimento humanizado, adequado e efetivo na resolução do problema. Na avaliação da responsabilidade jurídica levam-se em conta as regras de conduta, tanto éticas quanto técnicas, ligadas aos deveres dos auditores e peritos em prestar informações autênticas, verídicas e reais, que é especialmente o que as auditorias e perícias exigem: autenticidade ou inexistência dos dados auditados ou periciados.

1.4.2.9. Considerando que, os cargos demandados no PAS/UFMS realizam, segundo estimativas, cerca de 9 mil auditorias que afetam diretamente 6200 vidas, reforçamos a necessidade de contratação de profissionais comprometidos com o PAS/UFMS e com a rede credenciada, que para além de formação superior de médico, enfermeiro e dentista, exigem experiências profissionais na área específica de auditorias e perícias, com competências e habilidades que, naturalmente exigem remuneração superior as praticadas por profissionais sem as habilidades requeridas pelos cargos supracitados. A inadequação de remuneração poderá comprometer o nível de exigência profissional, para a execução das tarefas, e poderá implicar em alto grau de rotatividade e, consequente, a descontinuidade das ações e o reinício de todo o processo de treinamento, ambientação e das rotinas de trabalho.

1.4.2.10. Considerando que o Art. 5º, VI, da IN 05/2017, diz: Art. 5º É vedado à Administração ou aos seus servidores praticar atos de ingerência na administração da contratada, a exemplo de:

(...)

VI- definir o valor da remuneração dos trabalhadores da empresa contratada para prestar os serviços, salvo nos casos específicos em que se necessitam de profissionais com habilitação/experiência superior a daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria, desde que justificadamente.

1.4.2.11. *Considerando o contido no Acórdão 2758/2018 – Plenário que diz: “É possível exigir piso salarial mínimo acima daquele estabelecido em convenção coletiva de trabalho, desde que o gestor comprove que os patamares fixados no edital da licitação são compatíveis com os preços pagos pelo mercado para serviços com tarefas de complexidade similar”.*

1.4.2.12. *Neste sentido, para fins de promover a qualidade das atividades a serem prestadas pela AGECON/UFMS e PAS/UFMS, é primordial que os profissionais a atuarem na referida unidade, detenha conhecimento em alto nível, o que consequentemente justifica-se em contrapartida, uma remuneração que esteja de acordo com o valor de mercado, e sobretudo, de forma a evitar descontinuidade das atividades das unidades AGECON e PAS/UFMS, com consequente prejuízo a missão da UFMS.*

1.5. **Da Justificativa Para Pagamento de Diárias e Fixação do Valor a Ser Repassado aos Colaboradores:**

1.5.1. Por vezes, é necessário o acompanhamento de pessoal terceirizado em viagens oficiais de interesse público da UFMS, como no caso de solenidades, reuniões, inaugurações e outras atividades e eventos de pesquisa, ensino e extensão que precisam ser registrados e divulgados para toda a Comunidade. Cabe destacar que além da Cidade Universitária em Campo Grande, a UFMS está presente em mais 10 cidades do estado de Mato Grosso do Sul, por meio de nove Campus e duas Bases de Pesquisas. Desta forma, as ações de Comunicação Social e Científica também devem abranger estas unidades, consolidando a imagem da UFMS em âmbito regional.

1.5.2. As despesas referentes às diárias são discricionárias e deverão ser pagas e utilizadas mediante solicitação expressa ao gestor (a) do contrato, a partir de demanda apresentada por unidades interessadas para o uso efetivo da contratante mediante fato gerador, não se tratando, portanto, de um valor fixo, contínuo ou obrigatório pago em favor da contratada. Para fins de informações, como se constata nas planilhas de cálculo de tributos, observa-se não constar tributação de INSS, não podendo se confundir com eventuais retenções de INSS por parte da UFMS de acordo com o que preconiza a Receita Federal.

1.5.3. Na contratação anterior, optou-se pelos itens de "diárias" não serem objeto de disputa no certame, visto que o valor fixo foi obtido através da mediana aplicado no mercado. Somado a essa questão, levou-se como parâmetro que o valor proposto para as diárias está próximo dos praticados e pagos aos servidores da instituição, e por fim, observou-se que valor da alimentação e estadia praticado nos restaurantes e hotéis do estado, condizem com o valor proposto para fins de remuneração de diárias, instando frisar, que tal valor deve ser o justo para que seja prestado o melhor serviço, visando atendimento ao interesse público.

1.5.4. Por isso justifica este valor fixo, visto que com o item diárias como objeto de disputa, poderão as empresas ofertar valor inferior ao proposto, obrigando o beneficiário a procurar estabelecimento com acomodação inferior ao desejado, instando ressaltar que o que se busca é a melhor contratação que atenda ao interesse público em sua plenitude.

2. **REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE:** (art. 24, § 1º, inciso II e Item 3.2 do Anexo III da IN/SEGES/MP nº 05/2017)

2.1. No âmbito da Agecom, a contratação está alinhada com os seguintes instrumentos de planejamento:

2.1.1. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020-2024), nos objetivos e metas da área estratégica:

2.1.1.1. Elevar a quantidade de pessoas atendidas com serviços, cursos e programas de atendimento à população externa;

2.1.1.2. Melhorar o índice de satisfação institucional da comunidade acadêmica e da sociedade;

2.1.2. Política de Comunicação da UFMS, publicada em 30 de dezembro de 2020, Resolução COUN nº 78.

2.2. Quanto ao PAS/UFMS, a contratação também está alinhada com os seguintes instrumentos de planejamento:

2.2.1. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020-2024), nos objetivos e metas da área estratégica:

2.2.1.1. Assegurar recursos e celebrar parcerias para ações dos programas de prevenção e promoção à saúde ocupacional.

2.2.2. No Plano de Desenvolvimento da Unidade da Progep, há a ação específica 2.6.2.1.8, que tem como descrição: "Programa de Assistência à Saúde (PAS) - tornar a prestação de serviços mais eficiente e ampliar a rede de credenciados e aumentar satisfação dos beneficiários".

2.3. A contratação pretendida está prevista no Plano Anual de Contratações (PAC/PGC) da UFMS, conforme o Relatório PGC - Itens do PAS (SEI nº [3306951](#)) e o Relatório PGC - Itens da Agecom (SEI nº [3307366](#))

2.4. **Análise da Contratação Anterior da Agecom:**

2.4.1. A contratação anterior se deu por meio do contrato nº 32/2021 - Processo Administrativo [23104.033002/2020-74](#), celebrado entre a UFMS e a RDJ - Assessoria e Gestão Empresarial Eireli - CNPJ 06.350.074/0001-34. A vigência inicial do contrato é de 26/06/2021 a 26/06/2022, havendo até o momento dois termos aditivos ao contrato para supressão e acréscimo de valores. Desde janeiro de 2022 vem sendo registrados fatos como atrasos de pagamento de colaboradores (Ofício nº 20/2022 - Atraso de Pagamento - SEI nº [3044171](#); Ofício nº 84/2022 - SindJor - SEI nº [3088953](#)), entre outros, conforme os já relatados no Documento Fiscal Contrato nº 32/2021 - SEI nº [3225803](#). Não obstante, foi aberto processo sancionador contra a contratada (23104.003923/2022-74). Por motivos alheios ao acordo celebrado entre a UFMS e a RDJ - Assessoria e Gestão Empresarial Eireli, existe um bloqueio judicial nas contas da empresa, que vem causando diversos problemas na execução contratual, culminando em atrasos de pagamentos de funcionários, o que obrigou a UFMS a realizar o pagamento direto de salários e benefícios para estes funcionários (conforme solicitado no Ofício nº 39/2022/RDJ - SEI nº [3058687](#); Ofício nº 121/2022/RDJ - SEI nº [3109649](#); Ofício RDJ Gestão 249/2022 - SEI nº [3189838](#); Ofício Solicitação de Pagamento - SEI nº [3269732](#)). Em função dos graves problemas apresentados na execução contratual atual é que foi formada nova comissão de planejamento de contratação, tendo em vista a impossibilidade de continuidade do contrato e iminente rescisão contratual.

2.4.2. A contratação anterior também não previa o cargo de Publicitário, que se faz necessário para dar suporte às atividades de divulgação nos veículos de comunicação do estado dos processos seletivos próprios de ingresso aos cursos de graduação e pós-graduação desenvolvidas pela Agecom e ainda na coordenação junto à agência de publicidade e propaganda contratada, sendo que na contratação agora pretendida tal demanda deverá ser atendida.

2.5. **Análise da Contratação Anterior do PAS/UFMS:**

2.5.1. A contratação anterior se deu por meio do contrato nº 97/2021 - Processo Administrativo [23104.003580/2020-86](#), celebrado entre a UFMS e a RDJ - Assessoria e Gestão Empresarial Eireli - CNPJ 06.350.074/0001-34. A vigência inicial do contrato é de 13/12/2021 a 13/12/2022, não havendo até o momento termos aditivos. Desde janeiro de 2022 vem sendo registrados fatos como atrasos de pagamento de colaboradores (conforme Comunicado Atraso Salarial SEI nº [3085278](#)), não comparecimento de colaboradores contratados e descumprimento de outras cláusulas contratuais, tais como divergências em relação à remuneração dos profissionais, identificação clara destes por meio de crachá, assinatura do contrato, tempo de experiência dos profissionais contratados. Não obstante, foi aberto processo sancionador contra a contratada ([23104.004910/2022-12](#)). Por motivos alheios ao acordo celebrado entre a UFMS e a RDJ - Assessoria e Gestão Empresarial Eireli, existe um bloqueio judicial nas contas da empresa, que vem causando diversos problemas de execução contratual, culminando em atrasos de pagamentos de funcionários, o que obrigou a UFMS a realizar o pagamento direto de salários e benefícios para estes funcionários (conforme solicitado no Ofício nº 121/2022/RDJ - SEI nº [3109733](#); Ofício RDJ Gestão nº 248/2022 - Pedido de Pagamento - SEI nº [3188026](#); Ofício RDJ Gestão - 330/2022 - SEI nº [3256809](#)). Em função dos graves problemas apresentados na execução contratual atual é que foi formada nova comissão de planejamento de contratação, tendo em vista a impossibilidade de continuidade do contrato e iminente rescisão contratual.

2.5.2. Em virtude do aumento do volume de atividades registradas, bem como do retorno de atividades e perícias presenciais ocasionados pela diminuição da gravidade da pandemia da Covid-19 no Brasil, faz-se necessário ajustar o quantitativo de postos de trabalho e a jornada de trabalho de tais postos, já que os quantitativos anteriormente contratados estão desalinhados com a demanda atual do PAS/UFMS.

3. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:** (art. 24, § 1º, inciso IV e Item 3 do Anexo III da IN/SEGES/MP nº 05/2017)

3.1. A presente contratação possui natureza continuada em razão de sua essencialidade, sendo uma eventual interrupção capaz de elevar os riscos sobre o atendimento do interesse público da UFMS, tanto nos trabalhos desenvolvidos pela Agecom quanto nos trabalhos realizados pelo PAS/UFMS.

3.2. A empresa a ser contratada deverá cumprir os seguintes requisitos comuns às duas unidades da UFMS:

3.2.1. Apresentar comprovação de não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Portaria nº 540/2004;

3.2.2. Não ter sido condenada, a CONTRATADA ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105;

3.2.3. A manutenção dos Itens 6.2.1 e 6.2.2 durante a vigência da contratação;

3.2.4. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços, e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta na Norma Regulamentadora nº 6 do MTE;

3.2.5. Elaborar e implementar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego;

3.2.6. A contratada deverá elaborar e implementar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, de acordo com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego;

3.2.7. Para execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar profissionais com formação, habilidades e conhecimentos mínimos previstos na Classificação Brasileira de Ocupações- CBO e Convenções Coletivas de Trabalho respectivas dos postos de trabalho solicitados;

3.2.8. A CONTRATADA deverá indicar, mediante declaração, um preposto, aceito pela fiscalização, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário. Na declaração deverá constar o nome completo, número do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional;

3.2.8.1. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas aos serviços prestados, nos prazos definidos pela Contratada;

3.2.8.2. O profissional designado como preposto deverá demonstrar capacidade gerencial e conhecimento em gestão de pessoas e informática, de forma a administrar a equipe disponibilizada pela Contratada e fornecer informações com presteza à equipe de fiscalização contratual. As atribuições de recebimento de demandas pelo preposto visam descaracterizar qualquer relação direta de subordinação entre a Administração e os funcionários da Contratada;

3.2.8.3. Instruir seu Preposto quanto à necessidade de acatar as orientações do Fiscal do Contrato, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e medicina do Trabalho;

3.2.9. Fornecer no prazo de 10 dias úteis antes do início do contrato e sempre que for solicitado, a relação nominal dos empregados alocados para prestação de serviços com o número do documento de identidade, CPF, endereço e telefone, juntamente com a cópia do contrato de trabalho de cada um, bem como do respectivo registro no Livro de Registro e na CTPS, comunicando qualquer alteração, e mantendo a relação sempre atualizada;

3.2.10. Responsabilizar-se pela identificação de seus funcionários, através de crachás com foto atualizada;

3.2.11. Executar os serviços conforme especificações descritas no item de execução de serviços, e com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

3.2.12. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Administração ou a terceiros;

3.2.13. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança na UFMS, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal;

3.2.14. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão a UFMS para a execução do serviço, quando solicitado, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;

3.2.15. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;

3.2.16. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;

3.2.17. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

3.2.18. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da UFMS ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto da contratação, devendo orientar seus empregados nesse sentido;

3.2.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

3.2.20. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.2.21. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto quando autorizado pela Administração central;

3.2.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

3.2.23. Implantar os serviços contratados exatamente na data subsequente a data de término da vigência do contrato anterior, de acordo com as condições estabelecidas e conforme especificações da contratação;

3.2.24. Se responsabilizar pelo transporte dos prestadores de serviço no caso de greve, paralisação ou qualquer outra perturbação no transporte público, providenciando que os colaboradores cheguem à sede da UFMS em horário hábil para o trabalho;

- 3.2.25. Substituir sempre que exigido, sem prévia justificativa por parte da UFMS, qualquer empregado, inclusive o preposto, cuja atuação, permanência e/ou comportamento seja julgado prejudicial e ou inconveniente ao desenvolvimento e à disciplina do serviço;
- 3.2.26. Suprir, no prazo máximo de 3 horas após a comunicação da UFMS, a falta de qualquer posto de trabalho;
- 3.2.27. No caso de ausência do profissional, sem reposição, será descontado do faturamento mensal o valor correspondente ao número de horas ou minutos não atendidos, sem prejuízo das demais sanções legais e contratuais;
- 3.2.28. Repor posto de trabalho nas ausências por motivos de doenças e férias além de outras situações, com qualificação compatível a do substituído, ou seja, a mesma capacitação do posto de serviço, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra);
- 3.2.29. Os custos de crachás, uniformes, EPI e qualquer outros itens necessários para o desenvolvimento de suas funções não podem ser repassados aos funcionários;
- 3.2.30. Encaminhar a UFMS, com antecedência de 30 (trinta) dias, relação dos empregados que usufruirão férias no período subsequente, assim como daqueles que irão substituí-los;
- 3.2.31. Instruir os seus empregados quanto à prevenção de acidentes e de incêndios, encaminhando, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o início da execução do contrato, cópia do PCMSO e PPRA da empresa e contato do SESMT à equipe de fiscalização do contrato;
- 3.2.32. Comunicar a equipe de fiscalização do contrato, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias úteis, quaisquer alterações havidas no contrato social, exemplo: alteração nos sócios, mudança de endereço, etc. durante o prazo de vigência do contrato, bem como apresentar os documentos comprobatórios da nova situação;
- 3.2.33. Pagar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, os salários dos empregados, bem como recolher, no prazo legal, os encargos sociais devidos. Os empregados deverão receber seus contracheques, com no mínimo, 1 (um) dia de antecedência do pagamento;
- 3.2.34. Encaminhar mensalmente comprovante de pagamentos dos salários até o 10º dia útil do mês, assim como comprovantes de pagamento do vale-alimentação e vale-transporte, dos empregados alocados na execução contratual, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Administração;
- 3.2.35. Fixar o dia para o pagamento dos benefícios de vale-alimentação e vale-transporte, informando esta data por escrito à equipe de fiscalização do contrato e respeitando os prazos e valores determinados no Acordo Coletivo de cada categoria;
- 3.2.36. Viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas;
- 3.2.37. Cumprir as obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho e as demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato;
- 3.2.38. Em caso de prorrogação de contrato, ao final de 24 (vinte e quatro) meses de execução contratual nenhum prestador de serviço lotado na UFMS poderá estar com férias vencidas;
- 3.2.39. Viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias contados do início da prestação dos serviços, a emissão do Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados;
- 3.2.40. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para obtenção de extrato de recolhimento sempre que solicitado pela equipe de fiscalização;
- 3.2.41. Fornecer juntamente com a Nota Fiscal Mensal, cópia da folha de pagamento emitida especificamente para o contrato, guia de recolhimento do FGTS e do INSS quitadas do mês de competência anterior, relação dos funcionários que recebem vale-transporte e a relação total dos funcionários assim como seus dados, relacionados por setor e Unidades da Administração onde desempenham suas atividades;
- 3.2.42. Responsabilizar-se pelo fornecimento dos equipamentos de proteção individual - EPI's, de acordo com a legislação vigente, não repassando os custos a seus empregados;
- 3.2.43. Exercer controle sobre a assiduidade e pontualidade de seus funcionários e encaminhar mensalmente até o 10º dia útil do mês cópias dos registros e/ou relatórios de frequência;
- 3.2.44. Para controle do horário de entrada e saída dos prestadores de serviço a Contratada deverá instalar Sistema de Registro de Ponto Eletrônico – SREP conforme art. 74, § 2º da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT ou meio que não seja padronizado;
- 3.2.44.1. Deverá ser providenciando um equipamento nas dependências da Agecom e outro no PAS/UFMS, nos locais a serem determinados pela Contratada.
- 3.2.44.2. O controle e a fiscalização devem seguir fielmente a Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, do Ministério do Trabalho e Emprego;
- 3.2.44.3. A Contratada deverá disponibilizar 3 (três) Registradores de Ponto Eletrônico, em cada setor da UFMS sem custo adicional a contratante, que deverá ser biométrico e operar em modo off-line;
- 3.2.44.4. Os Registradores de Ponto Eletrônico deverão ser instalados nas dependências da sede da UFMS no prazo de 15 dias após iniciado o contrato, devendo a Contratada arcar inclusive com os custos de instalação e manutenção dos registradores;
- 3.2.45. Administrar os seus funcionários se reportando sempre ao fiscal do contrato para qualquer adequação necessária a execução dos serviços;
- 3.2.46. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, fornecendo mão-de-obra qualificada, necessária e indispensável à sua perfeita execução, mantendo os serviços, mesmo em estado de greve da categoria, por intermédio de esquema de emergência;
- 3.2.47. Responsabilizar-se, integral e exclusivamente, pelas despesas de instalações, testes, seguros, laudos, encargos sociais e legais, honorários, multas, obrigação trabalhista, fiscal, previdenciária, comercial e civil, pagamentos, vestimenta, treinamento, segurança e assistência médico-hospitalar dos trabalhadores envolvidos nas atividades contratadas, bem como, por todos os dispêndios, judiciais ou extrajudiciais, salários, seguros de acidentes, tributos, impostos, indenizações, vales-refeições, vales-transportes e outras despesas que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo incidentes sobre a prestação dos serviços;
- 3.2.48. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou acometidos de mal súbito, quando em serviço, por intermédio de seu encarregado, assegurando-lhes o cumprimento a todas as determinações trabalhistas e previdenciárias cabíveis e assumindo, ainda, as responsabilidades civil, penal, criminal e demais sanções legais decorrentes do eventual descumprimento dessas medidas, inclusive questões relacionadas à seguro de vida, conforme convenção, acordo ou legislação específica a cada caso;
- 3.2.49. Emitir o Comunicado de Acidente de Trabalho (CAT), em formulário próprio do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), em caso de eventual ocorrência de acidente com seus empregados nas dependências da CONTRATANTE;
- 3.2.50. Cumprir os postulados legais vigentes, de âmbito federal, estadual, e/o municipal, quanto à Segurança e Medicina do Trabalho, assumindo todos os ônus de infrações;

- 3.2.51. Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, conforme exigência legal;
- 3.2.52. Adotar, no caso de ação trabalhista envolvendo os serviços prestados, todas as providências necessárias no sentido de preservar a CONTRATANTE, e mantê-la a salvo de reivindicações, demandas, queixas ou representações de qualquer natureza;
- 3.2.53. Realizar às suas expensas e apresentar os comprovantes dos exames médicos admissionais, demissionais e periódicos, atestando sua sanidade física e mental;
- 3.2.54. Não utilizar as dependências da CONTRATANTE para qualquer atividade estranha ao objeto deste contrato, inclusive particular do seu relacionamento com seus empregados, decorrentes de vínculo empregatício;
- 3.2.55. A CONTRATADA será responsável pela conservação dos móveis, equipamentos e utensílios da CONTRATANTE, devendo repor, por sua conta, aqueles que forem danificados ou extraviados por sua culpa, na mesma espécie e no mesmo número, no prazo por esta fixado;
- 3.2.56. A CONTRATADA será responsável pelo pagamento de toda e qualquer indenização por danos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, por culpa ou dolo seus, ou de seus empregados, decorrentes da execução dos serviços ora contratados. Todas as providências judiciais ou extrajudiciais para solução de questões vinculadas e danos causados a terceiros serão de responsabilidade da CONTRATADA e tomadas em seu próprio nome e às suas expensas;
- 3.2.57. A CONTRATANTE fica, desde logo, autorizada a descontar, de qualquer pagamento à CONTRATADA, valores que porventura venha a pagar a terceiros e que decorram de danos previstos no item anterior;
- 3.2.58. Fornecer aos empregados, no início do contrato e a cada 6 (seis) meses, EPI's e seus complementos à mão-de-obra envolvida, de acordo com o clima da região, com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho e no Termo de Referência, sem nenhum custo adicional para estes;
- 3.2.59. Fornecer aos seus empregados até o último dia do mês que antecede ao mês de sua competência, vale-transporte ou qualquer transporte necessário à execução do objeto deste contrato e demais benefícios exigidos em legislação;
- 3.2.60. Ressalte-se que é vedada à CONTRATADA a vinculação da efetivação do pagamento mensal dos salários dos profissionais ao recebimento mensal do valor afeto ao contrato celebrado com a UFMS;
- 3.2.61. Apresentar no início de cada exercício, ao Fiscal do Contrato, a relação anual de férias dos profissionais envolvidos nos serviços;
- 3.2.62. Notificar a CONTRATANTE, por escrito, todas as ocorrências que possam vir embarçar os serviços contratados;
- 3.2.63. Responsabilizar-se pelo cumprimento por parte dos seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela CONTRATANTE;
- 3.2.64. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o Contrato, nem subcontratar quaisquer das prestações a que está obrigada;
- 3.2.65. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do UFMS, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às reclamações formuladas;
- 3.2.66. Se for necessário, e a critério da CONTRATANTE, poderá ser solicitada a execução dos serviços em dias e horários distintos dos estabelecidos originalmente, desde que comunicado previamente ao Preposto, podendo, nesse caso, haver compensação entre a carga horária semanal estabelecida;
- 3.2.67. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
- 3.2.68. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA deverá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;
- 3.2.69. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências objeto dos serviços;
- 3.2.70. Conscientizar e cientificar seus empregados sobre as condutas adequadas às normas éticas da UFMS, bem como quanto à obrigatoriedade de observância às Normas de Segurança do Trabalho e da utilização de Equipamentos de Proteção Individual – EPI;
- 3.2.71. A Contratada é corresponsável pelas condutas éticas de empregados no âmbito da UFMS, devendo contribuir para o uso racional dos recursos públicos e o zelo ao patrimônio público, sob pena de cominação criminal individualizada, além das medidas administrativas em desfavor da Contratada.
- 3.2.72. Dos requisitos a serem cumpridos pela contratada especificamente no âmbito da Agecom:
- 3.2.72.1. Ministar ou arcar com os custos da participação dos profissionais contratados em curso de reciclagem em atendimento ao público, trabalho em altura, manuseio de equipamentos, inclusive quanto ao uso de EPI/s e prevenção de incêndio nas áreas de atuação, os cursos devem ser realizados a cada 6 (seis meses), devendo apresentar os certificados de conclusão à equipe de fiscalização.
- 3.3. A contratação terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, na forma do art. 57, II, da Lei 8.666/93.
- 3.3.1. A prorrogação do prazo observará o preenchimento dos requisitos, abaixo enumerados, de forma simultânea e autorizada formalmente pela Autoridade Competente:
- 3.3.1.1. Quando os serviços forem prestados regularmente, devidamente atestados pelo gestor do contrato;
- 3.3.1.2. A Administração tenha interesse na manutenção dos serviços;
- 3.3.1.3. Os valores praticados permaneçam economicamente vantajosos para a Administração e adequados com a realidade mercadológica para o período de prorrogação subsequente, levando-se em conta os reajustes e/ou revisões cabíveis até a data da assinatura da prorrogação contratual;
- 3.3.1.4. O licitante vencedor concorde expressamente com a prorrogação.
- 3.4. Na presente contratação não haverá necessidade de promover transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.
- 3.5. Será exigida a prestação de garantia pela Contratada, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.
- 3.5.1. A contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária;
- 3.5.2. A garantia prevista no item a, somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração, conforme estabelecido no art. 19-A, inciso IV, da IN. 06/2013. (retificado em 9 de janeiro de 2014 – publicado no DOU nº 6, Seção 1, pg.58/59).

3.5.3. A apresentação da garantia se justifica, entre outros, nos riscos inerentes na contratação de serviços continuados com terceirização de mão de obra, já que durante a execução contratual há a obrigatoriedade de recolhimento de obrigações trabalhistas e pagamento de salários e demais benefícios aos trabalhadores pela Contratada.

3.6. São critérios de sustentabilidade da presente contratação:

3.6.1. Contratada deverá observar as exigências legais de sustentabilidade ambiental na execução do serviço, observando especialmente o seguinte, considerando a aplicação da Política de Sustentabilidade da UFMS (Resolução nº 260/2022 do Conselho Diretor) no desenvolvimento das atividades na UFMS, bem como as disposições abaixo:

3.6.1.1. Atendimento ao disposto no Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS/UFMS e de Serviços de Saúde - PGRSS/UFMS, no que couber;

3.6.1.2. Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego;

3.6.1.3. Deve-se considerar a utilização dos recursos públicos de forma ampla e responsável e assim considerar os três pilares – econômico, social e ambiental na contratação;

3.6.1.4. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;

3.6.1.5. A CONTRATADA deverá observar as exigências legais de sustentabilidade social na execução do serviço, observando especialmente o seguinte:

- a) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;
- b) Seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE;
- c) A contratada deverá assegurar, durante a vigência do contrato, capacitação a todos os trabalhadores em saúde e segurança no trabalho, dentro da jornada de trabalho, com carga horária mínima de 2 (duas) horas mensais, conforme a Resolução nº 98/2012 do CSJT;
- d) Fiscalizar o uso dos equipamentos de segurança, em especial, o que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE;
- e) Na definição das rotinas de execução das atividades para contratação dos serviços terceirizados deverá ser previsto e estimado período adequado, para a orientação e ambientação dos trabalhadores às políticas de responsabilidade socioambiental adotadas na UFMS, durante toda a vigência do contrato.

3.7. Os requisitos de habilitação e as condições de participação foram objetos de análise do Relatório SELIC/DICONT/PROADI (SEI nº 3237783), do qual extraímos e adaptamos os trechos abaixo:

3.7.1. Não existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

3.7.1.1. SICAF;

3.7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

3.7.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

3.7.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

3.7.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

3.7.2. **Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista**

3.7.2.1. Os licitantes deverão apresentar a documentação relativa à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista estabelecida nas minutas padrões da Advocacia-Geral da União, conforme art. 27, inciso I e IV da Lei 8.666/93 c/c art. 29 da IN/SEGES/MP nº 05/2017. Tais dispositivos já são amplamente utilizados pela Administração Pública Federal, não sendo necessários maiores estudos sobre o tema, tendo em vista a pequena margem de alteração disponível sobre tais requisitos. Por se tratar de serviços cuja natureza incide a tributação de ISS, deverá ser comprovada a regularidade perante o fisco municipal, além daquelas já comumente exigidas em âmbito federal. Não se vislumbra, diante da descrição dos objetos constantes no Termo de Referência SEPROV/AGECOM (SEI nº [3204969](#)) e no Termo de Referência SEAS/DIAS/PROGEP (SEI nº [3217019](#)), qualquer requisito especial de habilitação jurídica, já que empresas do ramo de terceirização de mão de obra não necessitam de autorização especial para funcionamento.

3.7.3. **Estudos Para Definição de Critérios de Qualificação Técnica e Econômico-Financeira**

3.7.3.1. Para definição dos requisitos de qualificação econômico-financeira e de qualificação técnica, também deverão ser adotados os textos das minutas padrões da AGU, elaborados de acordo com os preceitos da Instrução Normativa nº 05/2017 e das recomendações constantes no importante Acórdão nº 1214/2013-TCU-Plenário¹. Tal Acórdão trouxe importantes considerações sobre os critérios de habilitação e os riscos envolvidos em contratações que envolvam a terceirização de mão de obra, orientando sobre a adoção de critérios de habilitação mais rígidos para o tratamento de tais riscos.

3.7.3.2. Conforme o estudo realizado por Santos e Chioato^[1], houve queda das rescisões contratuais nos contratos de terceirização de mão de obra depois da adoção das orientações contidas no Acórdão 1214/2013-TCU. Segundo os autores, é possível inferir "*uma forte correlação*" entre a *redução na ocorrência de rescisões* e "*os novos critérios de seleção do fornecedor inseridos no cenário das contratações públicas após a intervenção do TCU em 2013*". No estudo, os autores analisaram cerca de 13.144 contratos dos principais tipos de terceirização de mão de obra de órgãos federais. Os contratos foram separados em dois momentos distintos, para que se pudessem classificar aqueles que já adotavam as orientações do Acórdão 1214/2013-TCU e aqueles celebrados antes do advento do referido acórdão.

3.7.3.3. O estudo de Santos e Chioato (2021) evidencia que a adoção dos critérios mais rígidos propostos pelo Acórdão 1214/2013-TCU levaram a contratações mais duradouras, havendo maior probabilidade, inclusive, de que a "*tendência de redução de riscos na execução dos contratos tenha vinculação direta com maior rigor na qualificação econômica e técnica exigida na habilitação dos processos licitatórios a partir das recomendações do TCU no Acórdão 1214/13*".

3.7.3.4. Ainda sobre os critérios de habilitação mais rígidos propostos na IN 05/2017, é importante considerar se tais critérios não levam a uma redução da competitividade dos pregões. No âmbito da UFMS, foram analisados os contratos de terceirização de mão de obra celebrados nos últimos 05 (cinco) anos, relacionando a quantidade de participantes com a experiência exigida no edital. Os dados estão resumidos na tabela abaixo e foram obtidos no Sistema de Contratos e Convênios da UFMS ([Sicon - https://sicon.ufms.br/](https://sicon.ufms.br/)) e no Sistema Compras.gov.br. O intervalo de 05 anos foi escolhido por melhor refletir a realidade atual dos contratos da UFMS e também por conta da facilidade de obtenção de informações para análise.

3.7.3.5. Em termos de competitividade dos pregões, é possível afirmar que a exigência de períodos maiores de experiência como critério de qualificação técnica não demonstrou ser um fator limitador dos certames. Os contratos derivados de pregões com exigência de

experiência mínima de 03 (três) anos tiveram média de participantes 22,98% superior aos contratos cuja experiência a ser comprovada era de apenas 01 (um) ano. Isso, inclusive, considerando os contratos cujo objeto era a contratação de Serviços Com Terceirização de Mão de Obra de Salva Vidas, que tinham por objeto cargos menos comuns para este tipo de licitação e que tiveram menos licitantes interessados. Desta forma, evidencia-se que a competitividade do certame é afetada por outros fatores além da exigência de experiência mínima, tais como especificidade do objeto, quantitativo de postos e valor da licitação, por exemplo.

3.7.3.6. Em termos de duração de contratos, os dados demonstram que os contratos originados de pregões com exigência de 01 (um) ano de experiência tem maior duração. Porém é necessária uma reflexão maior sobre este apontamento, já que dos 13 contratos ainda vigentes, 12 (aproximadamente 92%) foram celebrados após licitações com exigência de experiência mínima de 03 (três) anos. Ou seja, muitos destes contratos ainda não atingiram sua vigência final, podendo ser prorrogados. Sem estas considerações, a análise sobre a interferência do prazo de experiência exigido no edital e a duração dos contratos restaria distorcida. No mesmo sentido, dos cinco contratos que exigiram 01 (um) ano de experiência comprovado no pregão, 80% já foram encerrados. Desta forma, para fins de análise da influência da experiência exigida no edital sobre a duração do contrato, fica evidente a necessidade de uma análise de um período maior de tempo, para que haja dados suficientes sobre os contratos com exigência de experiência mais rígida.

3.7.3.7. Ainda assim, mesmo considerando que os contratos de terceirização de mão de obra oriundos de editais com exigências mais rigorosas de habilitação ainda estão vigentes, a diminuição do risco de rescisão de tais contratos já encontra paralelos com os estudos realizados por Santos e Chioato (2021), tendo em vista que conforme demonstrado pelos autores, é no período de até 24 meses de vigência que ocorrem a maior parte das rescisões contratuais por falhas por parte das contratadas, sendo que a média de duração de contratos com exigência de 03 anos de experiência na UFMS já está em 25,93 anos, superando portanto, o marco crítico de 24 meses.

3.7.3.8. Dos 19 contratos analisados, não foram localizadas rescisões motivadas por falhas por parte das contratadas, sendo que na maior parte dos casos, os contratos não tiveram a vigência prorrogada por desinteresse de alguma das partes. Há, no entanto, dois contratos atuais com processos sancionadores já autuados, bem como com designação formal de equipe de planejamento para nova licitação de ambos. Cabe ressaltar também que a maior parte das licitações analisadas foram realizadas já sob a influência do Acórdão nº 1214/2013-TCU. Além disto, desde meados de 2017 a UFMS adota as minutas padronizadas da AGU em suas licitações. Os números positivos em termos de competitividade do certame e o baixo índice de rescisão contratual por falhas das contratadas já podem ser apontados como reflexos das orientações contidas no referido acórdão, bem como das determinações da IN 05/2017.

3.7.3.9. Por fim, por conta dos dados acima observados, recomenda-se a adoção integral dos textos constantes sobre os índices de qualificação econômico-financeira e de experiência mínima de 03 (três) anos na contratação pretendida, buscando-se desta forma, reduzir os riscos inerentes à má seleção de fornecedores para prestação de serviços continuados que envolvam a dedicação exclusiva de mão de obra, sem que haja perda de competitividade no certame.

3.7.4. **Qualificação Econômico-Financeira** - Conforme as minutas padrões da AGU:

As disposições sobre a Qualificação Econômico-Financeira acima elencadas justificam-se na complexidade da contratação pretendida, que envolve a terceirização de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra. A adoção das exigências e dos percentuais propostos estão em consonância com o determinado na IN 05/2017 e na Lei 8.666/93, buscando-se com isso garantir uma boa saúde financeira por parte da futura contratada. Tal condição é essencial na execução do objeto, já que a indisponibilidade financeira por parte do licitante pode acarretar prejuízos na execução do contrato, como a falta de pagamento de salários, benefícios e demais verbas trabalhistas aos colaboradores terceirizados. Tal evento, caso ocorra, além da prejudicar o interesse do atendimento público, também pode acarretar na responsabilização solidária da UFMS em lides trabalhistas. Com isso, a adoção de critérios de qualificação econômico-financeira mais robustos é medida adequada para mitigar possíveis riscos que a seleção inadequada do fornecedor pode ocasionar durante a execução contratual.

3.7.4.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

3.7.4.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

3.7.4.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

a) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

b) É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social;

c) Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

3.7.4.4. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

3.7.4.5. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

3.7.4.6. As empresas deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de:

a) Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação ou item pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei;

- b) Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;
- c) Comprovação, por meio de declaração, da relação de compromissos assumidos, de que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste documento;
- d) A declaração de que trata o item acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social;
- e) Quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas.

3.7.5. Requisitos de Qualificação Técnica - Conforme o texto constante na Instrução Normativa nº 05/2017 e em minutas padronizadas da AGU, sugerimos os seguintes critérios de qualificação técnica:

A adoção de um período de experiência mínimo de 03 (três) anos se mostra como medida adequada como tratamento do risco de seleção inadequada de fornecedores. Como ficou evidenciado, é comum a prorrogação contratual em licitações cujo objeto envolva a terceirização de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra. Além disto, por conta destas prorrogações, é necessário que a futura contratada possua experiência na gestão de mão de obra ao longo de vários anos consecutivos, especialmente considerando a acumulação de passivos trabalhistas comuns nesse tipo de situação, tais como previsão de férias dos colaboradores e suas devidas substituições, indenizações por tempo trabalhado e aviso prévio de trabalhadores, dentre outros. Soma-se a isso a necessidade experiência na gestão de mão de obra para substituição de profissionais em virtude afastamentos (como licenças maternidade, paternidade e por motivos de saúde do trabalhador), além, é claro, dos passivos trabalhistas que incorrem em tais situações. Outro fator que exige certo grau de conhecimento por parte dos gestores da futura contratada é a operação da Conta Depósito Vinculada, instrumento de gestão de riscos amplamente adotada pela Administração Pública Federal e também pela UFMS.

3.7.5.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

- a) Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- b) Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:
 1. Para o único grupo da licitação: experiência mínima em serviços de terceirização de mão de obra, com desempenho satisfatório, durante pelo menos 03 (três) anos, ininterruptos ou não.
 2. Para o grupo único da licitação: conforme a alínea c1 do item 10.6 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, deverão ser comprovados no mínimo 26 (vinte e seis) postos de trabalho mensais por um período de 03 (três) anos, correspondente a aproximadamente 50% do total de postos licitados.
- c) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
- d) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- e) Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 03 (três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 03 (três) anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.
- f) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- g) Na contratação de serviços continuados com mais de 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados.
- h) Quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta), o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação, conforme exigido na alínea c2 do item 10.6 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- i) Para a comprovação do número mínimo de postos exigido, será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado, nos termos do item 10.7 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

3.7.5.2. As empresas deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme modelo a ser disponibilizado no Edital.

3.7.6. Sobre a Participação de Consórcios e Cooperativas de Mão de Obra:

3.7.6.1. Sobre a participação de consórcios, as minutas de edital padronizadas da AGU trazem a seguinte nota explicativa a respeito da vedação:

"Nota Explicativa: A experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica. Como o presente modelo de minuta foi elaborado com foco no dia a dia da Administração, consignou-se a vedação acima. Note-se que "...a aceitação de consórcios na disputa licitatória situa-se no âmbito do poder discricionário da administração contratante, conforme art. 33, caput, da Lei n. 8.666/1993, requerendo-se, porém, que sua opção seja sempre previamente justificada no respectivo processo administrativo, conforme entendimento dos Acórdãos de ns. 1.636/2006-P e 566/2006-P" - TCU Ac n. 2869/2012-Plenário (Item 1.7.1). Em todo caso, a Administração deverá fundamentar qualquer opção adotada, vez que "...a vedação de empresas em consórcio, sem que haja justificativa razoável..." pode ser considerada restrição à competitividade do certame (TCU, Ac n. 963/2011-2ª Câmara, Item 9.2.1)".

3.7.6.2. Desta forma, entendemos pela vedação de participação de consórcios, considerando que o certame não trata de objeto de alta complexidade técnica ou de contratação de grande vulto (segundo os parâmetros legais de valores vigentes), bem como a capacidade do mercado em atender a demanda sem a necessidade de formalização de consórcios. Ainda sobre o tema, transcrevemos parte do voto do Acórdão nº 2.831/2012-Plenário do Tribunal de Contas da União:

"Não obstante a participação de consórcio seja recomendada sempre que o objeto seja considerado de alta complexidade ou vulto, tal alternativa também não é obrigatória.

Devem ser consideradas as circunstâncias concretas que indiquem se o objeto apresenta vulto ou complexidade que torne restrito o universo de possíveis licitantes. Somente nessa hipótese, fica o administrador obrigado a autorizar a participação de consórcio de empresas no certame, com o intuito precípuo de ampliar a competitividade e proporcionar a obtenção da proposta mais vantajosa".

3.7.6.3. A participação de cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488/2007 também não deve ser permitida na pretendida licitação, já que nos documentos de formalização de demanda das duas unidades da UFMS há cargos cuja a contratação via cooperativas de mão de obra é vedada, conforme consta no Termo de Conciliação Firmado Entre o Ministério Público do Trabalho e a União celebrado nos Autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0 tramitado perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, tais como os cargos constantes na alíneas "n" (Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas) e "q" (Serviços de enfermagem) do referido instrumento.

4. **ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE:** (art. 24, § 1º, inciso IV e Item 3.4 do Anexo III da IN/SEGES/MP nº 05/2017)

4.1. Agecom:

4.1.1. Nos últimos anos, com a expansão e fortalecimento da UFMS, tornou-se grande a demanda por serviços auxiliares, administrativos e técnicos não previstos no Plano de Cargos e Salários aplicável à Instituição - PCCTAE. Considerando-se que a força de trabalho da UFMS se concentra na execução das rotinas administrativas exclusivas de SERVIDORES PÚBLICOS e no desempenho das atividades finalísticas, é visível a carência de profissionais capazes de executar atividades que requerem maior especialização, como as exercidas nas atividades desempenhadas pela Agência de Comunicação Social e Científica (AGECOM), especialmente às realizadas na emissora da Rádio Educativa UFMS 99.9, na TV UFMS, na Editora UFMS, diante da transformação e atualização tecnológica e digital. Nestas atividades a demanda é discriminada por meio dos serviços de Diretor de Programação, Chefe de Reportagem, Analista Musical, Analista de Texto, Comunicador, Editor de Mídia, Operador de Mídia Audiovisual, Operador de Offset F2 - Quatro Cores (com insalubridade), Produtor Editorial, Publicitário, Repórter Cinematográfico, Repórter Fotográfico e Técnico de Áudio.

4.1.2. O plano de cargos aplicável à UFMS não prevê a contratação por intermédio de concurso público para os cargos acima discriminados, uma vez que todos esses foram suspensos por meio do Decreto n. 10.185, de 20 de dezembro de 2019. Há de se considerar também o grande aumento de pedidos de aposentaria ao longo dos anos, cujas vagas e posições não têm sido repostas ao quadro de servidores da Instituição. Tal escassez se deve especialmente ao natural processo de extinção de alguns cargos destinados àquelas atividades-meio, ora dispensáveis por já não atenderem aos objetivos institucionais. A não reposição compulsória de vagas pode também ser justificada pelas constantes mudanças decorrentes do uso de novas tecnologias aplicadas ao trabalho (conforme explanado no item 1.2 deste Estudo), e ao processo natural de desenvolvimento do mercado de trabalho brasileiro.

4.1.3. Considera-se também a percepção de um outro tipo de carência, principalmente àquelas destinadas à reposição de colaboradores com especialidades diferenciadas, mais afinadas, úteis e coerentes à missão-macro da UFMS e de suas atividades-fim de ensino, pesquisa, extensão, inovação e empreendedorismo. Sendo assim, sob o aspecto qualitativo, com foco no princípio da eficácia, faz-se imprescindível, neste momento, a contratação de empresa terceirizada para fornecimento de colaboradores altamente especializados.

4.1.4. Com base no Decreto nº 9.507 de 21 setembro de 2018, faz-se possível a contratação de empresa que desempenhe atividades acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal desta universidade.

4.2. PAS/UFMS

4.2.1. Considerando que os nove campus da UFMS solicitam autorizações de exames, internações e procedimentos, diariamente aos auditores e que além do interior temos as solicitações em maior número das demandas do campus cidade universitária. Além da análise das contas hospitalares de internações e atendimentos em pronto socorro, as análises de tratamento oncológicos, domiciliares, ambulatoriais. Necessidade de realização de auditoria prospectiva, concorrente (demanda serviço in loco) e retrospectiva. Auditoria de enfermagem recomenda análise presencial dos dispositivos médicos utilizados durante o ato cirúrgico em alguns procedimentos de maior complexidade, realização de perícia presencial, realização de entrevista qualificada (declaração de saúde) para adesão novos beneficiários de ou seja, a demanda de trabalho é bastante elevada e crescente. Tal explanação fundamenta a quantidade de profissionais necessários. Inserir dados sobre a estimativa da demanda (quantidade de autorizações, acompanhamentos, perícias, enfim, os dados que tiverem disponíveis) e como isso se relaciona com o quantitativo de postos a serem contratados. Como já mencionado antes, mensalmente são analisadas cerca de 9.000 (nove mil) guias e realizados cerca de 25.000 (vinte e cinco mil) procedimentos. Ademais, há o acompanhamento de, em média, 80 (oitenta) internações. O PAS/UFMS possui atualmente cerca de 1.246 prestadores de serviços de saúde credenciados para o atendimento dos beneficiários do programa. Devido ao considerável volume, há a necessidade de uma inspeção pormenorizada por parte da auditoria.

4.3. Dos quantitativos de postos a serem contratados:

CARGOS A SEREM CONTRATADOS (GRUPO ÚNICO)											
ITEM	CÓDIGO CATSER	DESCRIÇÃO GERAL SIASG	DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DO ITEM (OBJETO)	ELEMENTO DE DESPESA	UNIDADE SOLICITANTE	MUNICÍPIO	UNIDADE DE MEDIDA	QTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR AN MÁXIMO ACEITÁVEL
1	5380	Prestação de serviços de apoio administrativo	Diretor de Programação	33903701	AGECOM	Campo Grande	Posto	2	R\$ 22.051,68	R\$ 44.103,36	R\$ 529.24
2	5380	Prestação de serviços de apoio administrativo	Chefe de Reportagem	33903701	AGECOM	Campo Grande	Posto	2	R\$ 19.100,70	R\$ 38.201,40	R\$ 458.41
3	5380	Prestação de serviços de apoio administrativo	Analista Musical	33903701	AGECOM	Campo Grande	Posto	1	R\$ 11.146,21	R\$ 11.146,21	R\$ 133.75
4	5380	Prestação de serviços de apoio administrativo	Analista de Texto	33903701	AGECOM	Campo Grande	Posto	2	R\$ 9.490,85	R\$ 18.981,70	R\$ 227.78
5	12955	Prestação de serviços de apoio administrativo	Comunicador	33903701	AGECOM	Campo Grande	Posto	16	R\$ 8.879,21	R\$ 142.067,36	R\$ 1.704.8
6	10138	Prestação de serviços de apoio administrativo	Editor de Mídia	33903701	AGECOM	Campo Grande	Posto	5	R\$ 7.540,01	R\$ 37.700,05	R\$ 452.40
7	5380	Prestação de serviços de apoio administrativo	Operador de Mídia	33903701	AGECOM	Campo Grande	Posto	2	R\$ 7.434,96	R\$ 14.869,92	R\$ 178.43
8	5380	Prestação de serviços de	Operador de OFF-SET F2 - Quatro Cores	33903701	AGECOM	Campo Grande	Posto	1	R\$ 9.977,08	R\$ 9.977,08	R\$ 119.72

		apoio administrativo									
9	5380	Prestação de serviços de apoio administrativo	Produtor Editorial	33903701	AGECOM	Campo Grande	Posto	5	R\$ 7.644,42	R\$ 38.222,10	R\$ 458.66
10	5380	Prestação de serviços de apoio administrativo	Publicitário	33903701	AGECOM	Campo Grande	Posto	1	R\$ 7.979,43	R\$ 7.979,43	R\$ 95.75:
11	5380	Prestação de serviços de apoio administrativo	Repórter Cinematográfico	33903701	AGECOM	Campo Grande	Posto	4	R\$ 8.012,65	R\$ 32.050,60	R\$ 384.60
12	5380	Prestação de serviços de apoio administrativo	Repórter Fotográfico	33903701	AGECOM	Campo Grande	Posto	2	R\$ 8.410,49	R\$ 16.820,98	R\$ 201.85
13	5380	Prestação de serviços de apoio administrativo	Técnico de Áudio	33903701	AGECOM	Campo Grande	Posto	1	R\$ 6.042,68	R\$ 6.042,68	R\$ 72.51:
14	5380	Prestação de serviços de apoio administrativo	Auditoria Médica	33903701	DIAS/PROGEP	Campo Grande	Posto	3	R\$ 11.726,65	R\$ 35.179,95	R\$ 422.15
15	5380	Prestação de serviços de apoio administrativo	Perícia Odontológica	33903701	DIAS/PROGEP	Campo Grande	Posto	3	R\$ 14.074,36	R\$ 42.223,08	R\$ 506.67
16	5380	Prestação de serviços de apoio administrativo	Auditoria em Enfermagem	33903701	DIAS/PROGEP	Campo Grande	Posto	3	R\$ 16.361,92	R\$ 49.085,76	R\$ 589.02

DIÁRIAS A SEREM CONTRATADAS (GRUPO ÚNICO)											
Item	CÓDIGO CATSER	DESCRIÇÃO GERAL SIASG	DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DO ITEM (OBJETO)	ELEMENTO DE DESPESA	UNIDADE SOLICITANTE	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MENSAL	QUANTIDADE ANUAL	VALOR A SER REPASSADO AOS EMPREGADOS	VALOR UNITÁRIO COM INCIDÊNCIA DE CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCROS (28,15%)	VALOR TC DO ITEI
17	5380	Prestação de serviços de apoio administrativo	Diária Com Pernoite	33903701	AGECOM	Diária	02	24	R\$ 206,00	R\$ 263,98	R\$ 6.335
18	5380	Prestação de serviços de apoio administrativo	Diária Sem Pernoite	33903701	AGECOM	Diária	02	24	R\$ 103,00	R\$ 131,99	R\$ 3.167
Total de Postos a Serem Contratados			53 Postos	Valor Total Mensal			R\$ R\$ 554.154,94			Valor Total Anual	R\$ 6.649.8

- 4.4. Da quantidade de insumos a serem contratados:
- 4.4.1. Os insumos, os cargos que os utilizarão e suas quantidades estão descritos na tabela abaixo:

Quantitativo de Insumos Estimados da Contratação						
Nº	Descrição do Insumo	Unidade de Fornecimento	Cargos Que Utilizarão o Insumo	Quantidade de Postos	Quantidade Total do Insumo Por Posto	Quantidade Total do Insumo
1	Abafador Ruído Auricular - Formato: Concha - Material: Plástico Rígido. Características Adicionais: Nível Redução De Ruído Nrnsf 17.	Unidade	Operador de OFF-SET F2 - Quatro Cores	1	2	2
2	Botina Segurança - Botina Segurança Material: Couro. Modelo: Com Elástico Nas Laterais. Material Sola: Borracha. Tamanho: Sob Medida. Características Adicionais: Biqueira Em Polipropileno	Par	Operador de OFF-SET F2 - Quatro Cores	1	2	2
3	Luva de Limpeza de Borracha. Material: Látex. Tipo: Cano Longo. Tamanho: Grande. Características Adicionais: Anatômica, Antiderrapante.	Par	Operador de OFF-SET F2 - Quatro Cores	1	2	2
4	Luva PVC. Tamanho Punho: Cano Longo. Cor: Verde. Tamanho: 46 Cm. Características Adicionais: Sem Forro, Áspera.	Par	Operador de OFF-SET F2 - Quatro Cores	1	2	2
5	Luva Segurança. Material: Raspa De Couro. Aplicação: Manuseio De Agentes Abrasivos E Escoriantes. Tipo: Anatômica Características Adicionais: Reforço Externo Na Palma E Polegar Punho 15 Cm.	Par	Operador de OFF-SET F2 - Quatro Cores	1	2	2
6	Respirador. Material: Elastômero. Aplicação: Poeira, Névoa, Fumo, Vapor E Agentes Biológicos. Quantidade Válvulas: Válvula De Exalação, E Filtro Interno Em Cartucho. Características Adicionais: Tiras P/ Fixação. Tipo Uso: Reutilizável	Unidade	Operador de OFF-SET F2 - Quatro Cores	1	2	2
7	Máscara Multiuso. Material: Manta Sintética Com Tratamento Eletrostático. Finalidade: Proteção: Odor, Fuligem, Gases, Vapores	Unidade	Operador de OFF-SET F2 -	1	2	2

	Orgânicos. Tamanho: Único. Características Adicionais: Semifacial, Valvulada, Carvão Ativado, Pff3.		Quatro Cores			
8	Óculos Proteção. Cor Lente: Incolor. Aplicação: Proteção Geral. Tamanho: Padrão. Características Adicionais: Proteção Lateral Não Perfurado. Tipo Proteção: Ampla Visão. Tipo Lente: Policarbonato Com Tratamento Antirrisco.	Unidade	Operador de OFF-SET F2 - Quatro Cores	1	2	2
9	Protetor Auricular. Material: Poliuretano. Tamanho: Único. Características Adicionais: Tipo Plug.	Unidade	Operador de OFF-SET F2 - Quatro Cores	1	4	4
10	Máscara Tipo: Procedimento. Características Adicionais: 3 Camadas, Filtro Bacteriológico 95% (1 Micron). Tipo Uso: Descartável. Tipo Fixação: 4 Tiras Fixação, Clip Nasal Alumínio Embutido. Formato: Adulto.	Unidade	Auditoria em Enfermagem	3	20	60
11	Luva Para Procedimento Não Cirúrgico. Material: Látex Natural Íntegro E Uniforme. Modelo: Formato Anatômico. Tipo: Ambidestra. Características Adicionais: Lubrificada Com Pó Bioabsorvível. Apresentação: Atóxica. Tipo Uso: Descartável.	Unidade	Auditoria em Enfermagem	3	90	270
12	Jaleco Material: TNT. Cor: Branca. Tipo: Descartável. Características Adicionais: Gola, Fenda E Cinto Traseiros. Tipo Manga: Comprida. Punho com elástico e prático fechamento com tiras. Tamanho único (110cm x 130cm).	Unidade	Auditoria em Enfermagem	3	10	30
13	Carimbo. Material Corpo: Plástico. Material Base: Resina. Tipo: Automático. Formato: Retangular. Características Adicionais: Retrátil Com Mola	Unidade	Auditoria em Enfermagem	3	1	3
14	Máscara Tipo: Procedimento. Características Adicionais: 3 Camadas, Filtro Bacteriológico 95% (1 Micron). Tipo Uso: Descartável. Tipo Fixação: 4 Tiras Fixação, Clip Nasal Alumínio Embutido. Formato: Adulto.	Unidade	Auditoria Médica	3	240	720
15	Luva Para Procedimento Não Cirúrgico. Material: Látex Natural Íntegro E Uniforme. Modelo: Formato Anatômico. Tipo: Ambidestra. Características Adicionais: Lubrificada Com Pó Bioabsorvível. Apresentação: Atóxica. Tipo Uso: Descartável.	Unidade	Auditoria Médica	3	120	360
16	Jaleco Material: TNT. Cor: Branca. Tipo: Descartável. Características Adicionais: Gola, Fenda E Cinto Traseiros. Tipo Manga: Comprida. Punho com elástico e prático fechamento com tiras. Tamanho único (110cm x 130cm).	Unidade	Auditoria Médica	3	30	90
17	Carimbo. Material Corpo: Plástico. Material Base: Resina. Tipo: Automático. Formato: Retangular. Características Adicionais: Retrátil Com Mola	Unidade	Auditoria Médica	3	1	3
18	Máscara Tipo: Procedimento. Características Adicionais: 3 Camadas, Filtro Bacteriológico 95% (1 Micron). Tipo Uso: Descartável. Tipo Fixação: 4 Tiras Fixação, Clip Nasal Alumínio Embutido. Formato: Adulto.	Unidade	Perícia Odontológica	3	432	1.296
19	Luva Para Procedimento Não Cirúrgico. Material: Látex Natural Íntegro E Uniforme. Modelo: Formato Anatômico. Tipo: Ambidestra. Características Adicionais: Lubrificada Com Pó Bioabsorvível. Apresentação: Atóxica. Tipo Uso: Descartável.	Unidade	Perícia Odontológica	3	864	2.592
20	Jaleco Material: TNT. Cor: Branca. Tipo: Descartável. Características Adicionais: Gola, Fenda E Cinto Traseiros. Tipo Manga: Comprida. Punho com elástico e prático fechamento com tiras. Tamanho único (110cm x 130cm).	Unidade	Perícia Odontológica	3	100	300
21	Carimbo. Material Corpo: Plástico. Material Base: Resina. Tipo: Automático. Formato: Retangular. Características Adicionais: Retrátil Com Mola	Unidade	Perícia Odontológica	3	1	3
22	Crachá. Material PVC. Para Identificação de Funcionários. Colorido. Medida Padrão Internacional (54 mm x 85,6 mm). Com furo para prendedor.	Unidade	Todos os Cargos	53	1	53
23	Prendedor De Crachá. Tipo: Cordão. Material: 100% Poliéster. Comprimento: 85 Cm. Largura: 9 a 20 mm.	Unidade	Todos os Cargos	53	1	53

4.4.2. No âmbito da Agecom, previu-se quantidades mínimas de insumos relacionados aos EPI's necessários para a realização segura das atividades de Operador de OFF-SET F2 - Quatro Cores. Cabe ressaltar que tais equipamentos são aqueles já normalmente exigidos em contratações anteriores da UFMS.

4.4.3. Já em relação ao PAS/UFMS, as quantidades justificam-se na elevada demanda de atendimento, principalmente da área da odontologia - cada atendimento utiliza-se um par de luvas de procedimento (se luva íntegra) caso esteja danificada, obriga-se a troca imediata e em cada período de 4 horas há necessidade troca de máscara. Utilização de jalecos na maioria dos atendimentos periciais e entrevistas qualificadas.

4.5. Do Quantitativo de Diárias Com Pernoite e Sem Pernoite: Conforme o Relatório das Unidades Solicitantes (SEI nº [3308527](#)):

4.5.1. A UFMS atualmente possui em sua estrutura 9 (nove) câmpus, em vários municípios do estado de Mato Grosso do Sul, sendo todos atendidos pela Agecom, cuja localização é Campo Grande, e para isso há a necessidade que a equipe da Agecom visite os câmpus e colha entrevistas, imagens, vídeos e áudios com qualidade e eficiência para representar em seus materiais nos canais institucionais.

4.5.2. Sendo assim, faz-se necessário que o certame inclua previsão para custeamento de diárias para a equipe de terceirizados executarem suas atividades, fora de Campo Grande, uma vez que câmpus estão em municípios distantes da capital e em sua maioria oferecem cursos noturnos.

4.5.3. Considerando uma visita mensal por Câmpus, em média, e que praticamente são enviadas duplas de profissionais, são necessárias no mínimo 24 diárias/ano sem pernoite e 24 diárias com pernoite, totalizando 48 diárias estimadas ao ano, frisando tratar-se de estimativa, podendo por óbvio não se concretizar.

Quantitativo de Diárias da Contratação				
Item	Sector Demandante	Descrição	Quantidade Mensal	Quantidade Anual
1	Agecom	Diárias Com Pernoite	02	48

2	Agecom	Diárias Sem Pernoite	02	48
---	--------	----------------------	----	----

5. **LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR:** (art. 24, § 1º, inciso V e Item 3.5 do Anexo III da IN/SEGES/MP nº 05/2017)

5.1. Na presente contratação não se vislumbrou soluções alternativas de mercado. Embora existam outras possibilidades, tais como contratação de serviços externos de comunicação social e de auditoria (como por exemplo os objetos dos PE 77/2021 - UASG 50001 - STJ; PE 15/2020 - UASG 135101 - SEDE SURE BAHIA; PE 37/2021 - UASG 80006 Tribunal Superior do Trabalho 6ª Região/PE), tais soluções não se mostram viáveis para o objeto de contratação da UFMS, uma vez que é necessária a prestação dos serviços de forma integrada e coordenada nas dependências da própria Universidade, como nos casos dos serviços a serem desempenhados na Rádio Educativa UFMS e TV UFMS, no maquinário da Secretaria de Produção Visual, bem como nos serviços de perícias de saúde desempenhados pela PAS.

5.2. Desta forma, buscando-se informar sobre a capacidade do mercado em atender ao objeto pretendido, ou seja, a contratação de serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra, foram levantadas informações sobre recentes licitações no ambiente do Sistema de Compras.gov.br cujos objetos mais se aproximam aos deste estudo.

Levantamento de Mercado		
UASG	Nº Pregão	Objeto
928586-EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO PIAUÍ	01/2022	Pregão Eletrônico - Escolha da proposta mais vantajosa para o registro de preços para a contratação de empresa especializada para fins de prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra terceirizada, cujos empregados serão regidos pela CLT, com dedicação exclusiva de mão de obra, incluindo o fornecimento de insumos (UNIFORMES E EPI S) necessários e adequados à execução dos serviços, para atender as necessidades da EMGERPI.
135101-SEDE SUREG BAHIA	15/2020	Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada com sede ou filial em Salvador/BA ou região metropolitana, para prestação de Serviços de Auditoria e Perícia Médica/Odontológica presencial e/ou documental visitas técnicas, visitas a pacientes internados em hospitais a análises externas de faturas, para operacionalização do Serviço de Assistência à Saúde SAS.
114601-IBGE-FUN.INST.BRAS.GEOGRAFIA E ESTATISTICA	02/2021	Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de saúde ocupacional e segurança no trabalho de interesse da Fundação IBGE, no Rio de Janeiro, englobando assistência médica, segurança e medicina do trabalho, perícia médica, enfermagem e atendimento psicossocial (psicológico e social), no regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
170058-Superintendências Regionais da Receita Federal 4ª Região Fiscal	01/2022	Pregão Eletrônico - Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços continuados de comunicação e jornalismo e de Secretariado Executivo, com dedicação exclusiva de mão de obra, para as unidades da Receita Federal do Brasil na 4ª Região Fiscal.
153257-Universidade Federal de Minas Gerais	01/2022	Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de apoio técnico especializado demandado pelo Centro de Comunicação (Cedecom UFMG), com características de serviço contínuo, dedicação exclusiva de mão de obra.
344002-Fundação Joaquim Nabuco Superintendência de Planejamento e Administração	12/2021	Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados e com dedicação exclusiva de mão de obra de jornalismo na Coordenação-Geral em Assessoria de Comunicação e Mídia (Ascom) da Fundação Joaquim Nabuco, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
193002-DEPARTAMENTO NAC. DE OBRAS CONTRA AS SECAS/CE	06/2022	Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada no serviço de apoio administrativo na área de jornalismo e Assessoria de Comunicação Social para a disponibilização de postos de trabalho.

5.3. Desta forma, há de se considerar a necessidade de integração e coordenação dos trabalhos da futura contratada juntamente com as equipes de servidores da própria UFMS, bem como na necessidade de os serviços serem desempenhados nas dependências da própria UFMS. Além disto, existe a necessidade de integração dos trabalhos com sistemas próprios ou contratos pela UFMS, tais como softwares de gestão de auditoria em saúde, no caso do PAS/UFMS. Ainda considerando a capacidade do mercado em atender a Administração Pública através de serviços de apoio administrativo com dedicação exclusiva de mão de obra, foi escolhida esta solução de contratação pelo fato dela ter se mostrado mais econômica e operacionalmente viável, conforme os motivos anteriormente expostos.

6. **ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS:** (art. 24, § 1º, inciso VI e Item 3.5 do Anexo III da IN/SEGES/MP nº 05/2017)

6.1. **Dos Salários Bases dos Cargos:**

6.1.1. Conforme o Relatório das Unidades Solicitantes (SEI nº [3308527](#)):

6.1.1.1. *Para determinar os valores para o processo licitatório dos cargos a serem lotados na Agência de Comunicação – Agecom e Programa de Assistência a Saúde – PAS-UFMS, realizamos primeiramente pesquisa nos sindicatos que representam a categoria, porém sem sucesso, porque nos desde 2019, os sindicatos representativos, não emitiram Acordo Trabalhista, Convenção Coletiva de Trabalho e nem Tabela com atualização dos salários, porém, informaram que o índice utilizado para atualização dos referidos salários é o INPC.*

6.1.1.2. *Ainda sobre a pesquisa de salários, foram enviadas a várias empresas da área prestação de serviços de terceirização de mão de obra a solicitação de orçamentos para usarmos como base salarial, porém, somente a Prime Clean, respondeu à solicitação da UFMS.*

6.1.1.3. *Mediante o cenário de dificuldade em encontramos bases para a definição dos salários a serem pagos, atualizamos os valores salariais do contrato vigente, de acordo com o índice acumulado dos últimos 12 meses do INPC e ato contínuo, a partir de avaliação do valor que estivesse mais adequado ao valor de mercado, e levando em consideração inclusive a experiência na dificuldade que foi observada por parte da disponibilização de funcionários por parte da atual empresa operante dos serviços o qual sempre trouxe que a dificuldade tida, é devido ao valor proposto de remuneração, e portanto partindo desse pressupostos, para alguns casos foram realizados a média entre o valor orçado pela empresa PRIME (valor constatado na fonte informada pela empresa na planilha de cada cargo) com o valor atualmente pago com devida atualização, e em outras situações, foi somente considerado o valor pago atualmente com devida atualização.*

6.1.1.4. *Com exceção do cargo de Publicitário, que não estava previsto no contrato anterior, para este, foi feita uma pesquisa de mercado através do site <https://www.salarario.com.br/profissao/agente-publicitario-cbo-253115/>, utilizando a média salarial referente mercado de trabalho brasileiro e convencionada para uma jornada de trabalho prevista neste estudo e em seguida foi feito uma média com o orçamento da empresa Prime Clean.*

6.1.1.5. *De igual modo, com exceção do cargo de Enfermeiro Auditor, para fins da média, foi considerado a média do orçamento ofertado pela empresa PRIME, com composição das fontes colhidas na AGEAP, HOSPITAL SÃO CAMILO e CASSI, por entender que os valores guardam melhor consonância, do que se considerar o valor atualmente remunerado pela atual empresa operante, mas que foi clássico a dificuldade de contratação.*

6.1.1.6. *Anexo, seguirá a planilha demonstrativa de cada cálculo (Planilha de demonstrativo e metodologia de cálculo - SEI nº [3308620](#)).*

6.1.2. As tentativas de contato com empresas do ramo do objeto da contratação estão documentadas nos documentos E-mail Pesquisa salário auditoria PAS (SEI nº [3311089](#)) e E-mail - Pesquisa Salariais em Sindicatos e Empresas (SEI nº [3310249](#)). Neste último também constam as tentativas de contato com os sindicatos de algumas categorias profissionais pertinentes à contratação. Conforme já relatado anteriormente no trecho extraído do Relatório das Unidades Solicitantes (SEI nº [3308527](#)), as tentativas de obtenção de orçamentos junto às empresas resultou em somente uma resposta, da empresa PRIME CLEAN COMERCIO LIMPEZA CONSERVACAO E LOCACAO DE EQUIP. LTDA - ME - CNPJ 12.109.814/0001-48, conforme o documento E-mail Orçamento Empresa Prime Clean (SEI nº [3314077](#)).

6.1.3. Desta forma, segundo a metodologia do Relatório das Unidades Solicitantes (SEI nº [3308527](#)), segue abaixo os salários bases (salários brutos) para cada cargo da contratação almejada:

SALÁRIOS BASES (SALÁRIOS BRUTOS) DOS CARGOS A SEREM CONTRATADOS							
Item	CATSER	Descrição Geral SIASG	Complemento (Cargo)	Jornada de Trabalho	Setor Solicitante	Quantidade de Postos	Salário Bases (Salário Bruto)
1	5380	Prestação de serviços de apoio administrativo	Diretor de Programação	44 Horas Semanais	Agecom	2	R\$ 8.968,00
2	5380	Prestação de serviços de apoio administrativo	Chefe de Reportagem	44 Horas Semanais	Agecom	2	R\$ 7.749,00
3	5380	Prestação de serviços de apoio administrativo	Analista Musical	36 Horas Semanais	Agecom	1	R\$ 4.463,13
4	5380	Prestação de serviços de apoio administrativo	Analista de Texto	30 Horas Semanais	Agecom	2	R\$ 3.837,15
5	12955	Prestação de serviços de apoio administrativo	Comunicador	30 Horas Semanais	Agecom	16	R\$ 3.520,17
6	10138	Prestação de serviços de apoio administrativo	Editor de Mídia	36 Horas Semanais	Agecom	5	R\$ 2.946,60
7	5380	Prestação de serviços de apoio administrativo	Operador de Mídia	36 Horas Semanais	Agecom	2	R\$ 2.901,61
8	5380	Prestação de serviços de apoio administrativo	Operador de OFF-SET F2 - Quatro Cores	40 Horas Semanais	Agecom	1	R\$ 3.779,00
9	5380	Prestação de serviços de apoio administrativo	Produtor Editorial	40 Horas Semanais	Agecom	5	R\$ 3.063,00
10	5380	Prestação de serviços de apoio administrativo	Publicitário	40 Horas Semanais	Agecom	1	R\$ 3.203,60
11	5380	Prestação de serviços de apoio administrativo	Repórter Cinematográfico	30 Horas Semanais	Agecom	4	R\$ 3.149,03
12	5380	Prestação de serviços de apoio administrativo	Repórter Fotográfico	40 Horas Semanais	Agecom	2	R\$ 3.408,46
13	5380	Prestação de serviços de apoio administrativo	Técnico de Áudio	36 Horas Semanais	Agecom	1	R\$ 2.189,66
14	5380	Prestação de serviços de apoio administrativo	Auditoria Médica	12 Horas Semanais	PAS/UFMS (Dias/Progep)	3	R\$ 5.623,28
15	5380	Prestação de serviços de apoio administrativo	Perícia Odontológica	12 Horas Semanais	PAS/UFMS (Dias/Progep)	3	R\$ 7.759,12
16	5380	Prestação de serviços de apoio administrativo	Auditoria em Enfermagem	30 Horas Semanais	PAS/UFMS (Dias/Progep)	3	R\$ 6.230,91
Total de Postos da Licitação						53 Postos (44 na Agecom e 9 no PAS/UFMS)	

6.2. Do Auxílio Alimentação

6.2.1. De acordo com o o Relatório das Unidades Solicitantes (SEI nº [3308527](#)):

6.2.1.1. *Como uma instituição pública federal, a preocupação é de que a contratação siga os princípios da legalidade, economicidade e eficiência. Nesse sentido, em pese a manifestação da Procuradoria Jurídica em relação à legalidade, os princípios da economicidade e da eficiência estão sendo comprometidos, uma vez que há alta rotatividade dos profissionais contratados pela empresa prestadora de serviços, e mesmo que não seja obrigação da instituição o engajamento dos profissionais contratados, é a instituição que sofre com a constante alteração desses profissionais, tanto com o dispêndio de recursos financeiros quanto na execução dos trabalhos realizados, com o tempo necessário para que o profissional entenda a necessidade e especificidade da Universidade, quanto com a própria dinâmica e inserção no ambiente de trabalho.*

6.2.1.2. *Uma das justificativas para a rotatividade é a baixa atratividade até então observada, é remuneração em contrapartida a alta demanda e responsabilidade de cada atividade desempenhada. Obviamente não é um fator determinante para a permanência de um profissional na área o oferecimento de um único benefício, como no caso em tela o auxílio alimentação.*

6.2.1.3. *Hoje já está bem estabelecido, com ampla literatura a respeito, que as condições de trabalho, que fazem um profissional permanecer na função, são compostas pela remuneração, mas também pelos benefícios oferecidos e o ambiente de trabalho. Portanto, as contraprestações aos empregados devem ir além do salário, com benefícios e incentivos têm-se melhorias na produtividade, na satisfação do profissional, bem como reflexos positivos na própria saúde e no ambiente de trabalho.*

6.2.1.4. *Para tanto, seria muito positivo, já que não é legalmente previsto a Administração Pública, estabelecer/fixar/exigir na planilha de formação de preços balizadora da licitação a previsão de pagamento de AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO, haja vista tratar-se de cargos que não contemplem CCT – CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, de que as licitantes, ofertassem em suas propostas, já que as empresas por si, sempre estão ligadas a alguma CCT da atividade preponderante, que em caso da CCT que se utilizará, exceto no quesito SALÁRIO, já que este será o FIXADO pela UFMS, preveja tal pagamento de benefício, assim o fizesse em sua proposta de preços à UFMS no momento do certame.*

6.2.2. Embora não haja CCT estabelecida para auxiliar na estimativa de preços a ser formulada pela Administração, é fato que as empresas licitantes se vinculam às CCT's de suas atividades preponderantes (e não aos instrumentos utilizados pela Administração para elaboração da estimativa de preços - quando existem - conforme o Acórdão nº 2.601/2020 do Plenário do TCU, entre outros). Também é possível verificar que o Auxílio Alimentação é um item comum presente na grande maioria das CCT's e ACT's utilizadas em contratos públicos com dedicação exclusiva de mão de obra. Há de se ponderar, portanto, que existe um risco de inexecuibilidade (tanto de propostas quanto de execução contratual) na não previsão deste tipo de benefício na estimativa de preços formulada pela Administração, pois caso a empresa seja obrigada, por força da sua CCT cogente, a pagar tal benefício aos seus empregados, tal valor poderá ser demasiadamente oneroso à contratação, não podendo ser suprido por outras fontes (tais como despesas indiretas e lucros). No caso da contratação pretendida pela UFMS, há de se considerar que o número total de postos chega a 53. Desta forma, buscando-se diminuir o risco de uma licitação frustrada ou até mesmo de um contrato inexecuível, estipulou-se a previsão do benefício na estimativa de preços realizada pela Administração. **Importante salientar que o valor previsto pela UFMS não é vinculativo**, devendo cada empresa utilizar o valor de benefício previsto na CCT à qual está vinculada. Caso a CCT

apresentada pela empresa não preveja o pagamento deste tipo de benefício aos empregados, o mesmo não deve ser considerado na sua planilha de custos e formação de preços, já que o pagamento desse tipo de benefício só encontra amparo quando previsto nos instrumentos de negociação coletiva celebrados entre empregados e empregadores.

6.2.3. O valor do Vale-Alimentação foi obtido através de pesquisa de mercado fundamentada na Instrução Normativa nº 73/2020-SEGES/ME, conforme a Planilha Estimativa de Vale-Alimentação (SEI nº [3314221](#)). A metodologia da pesquisa está descrita no documento, da qual extraímos a seguinte consideração: "Considerando a proximidade dos valores da Média e da Mediana, e o Coeficiente de Variação dentro dos parâmetros aceitáveis estabelecidos, **optou-se pela utilização da Média nesta previsão**. Tal opção se justifica no fato deste valor ser o mais próximo previsto em outras CCT's de empresas que prestam serviços de apoio administrativo para UFMS, podendo refletir melhor a estrutura de custos do mercado objeto da licitação". Assim sendo, na Planilha de Custos e Formação de Preços (SEI nº [3314941](#)) elaborada pela UFMS foi utilizado o valor de **R\$ 237,98 (duzentos e trinta e sete reais e noventa e oito centavos) para o Vale-Alimentação**.

6.3. **Dos Percentuais de Custos Indiretos, Lucro e Tributação**

6.3.1. Os percentuais de custos indiretos e lucros foram obtidos através de pesquisa fundamentada na Instrução Normativa nº 73/2020-SEGES/ME, conforme a Planilha Pesquisa de Preços Custos Indiretos e Lucro (SEI nº [3314224](#)). Considerando a pouca diferença de valores encontrados, o fato de que a disputa será balizada especialmente pelos índices de custos indiretos e lucros, e também considerando o risco de inexequibilidade do futuro contrato, foram utilizados os maiores valores obtidos entre médias e medianas das pesquisas para elaboração da planilha de custos e formação de preços.

6.3.2. Já o índice de tributação foi definido de acordo com a legislação específica aplicável.

6.3.3. Desta forma, o percentual de Custos Indiretos, Tributos e Lucros foi estabelecido conforme a tabela abaixo:

INFORMAÇÃO DE PERCENTUAIS ESTIMADOS DE CITL	
Custos Indiretos	4,26%
Tributos (PIS 1,65%; Cofins 7,60% e ISS 5,0%)	14,25%
Lucro	4,39%
Índice de CITL conforme a fórmula $((1+\text{Custos Indiretos})/(1-\text{Tributos-Lucro}))-1$ (Considerado regime de lucro real)	28,15%

6.4. **Dos Insumos:**

6.4.1. A pesquisa de preços, os dados coletados e a metodologia de tratamento das informações relativas aos insumos das contratações estão detalhadas na Consulta Pannel de Preços Insumos (SEI nº [3255232](#)), na Planilha de Pesquisa de Preços dos Insumos (SEI nº [3255246](#)) e no Relatório SELIC/DICONT/PROADI (SEI nº [3255247](#)). A fonte da pesquisa realizada foi o Pannel de Preços, conforme o inciso I do art. 5º da Instrução Normativa nº 65/2021-SEGES/ME.

6.4.2. Conforme os documentos acima mencionados, os valores estimados dos insumos deverão seguir a tabela abaixo:

Valores Estimados Para Os Insumos da Contratação								
Nº	Descrição do Insumo	Unidade de Fornecimento	Cargos Que Utilizarão o Insumo	Quantidade de Postos	Quantidade Total do Insumo Por Posto	Quantidade Total do Insumo	Valor Unitário (Mediana Pannel de Preços)	Valor Total do Insumo
1	Abafador Ruído Auricular - Formato: Concha - Material: Plástico Rígido. Características Adicionais: Nível Redução De Ruído Nrrsf 17.	Unidade	Operador de OFF-SET F2 - Quatro Cores	1	2	2	R\$ 16,00	R\$ 32,00
2	Botina Segurança - Botina Segurança Material: Couro. Modelo: Com Elástico Nas Laterais. Material Sola: Borracha. Tamanho: Sob Medida. Características Adicionais: Biqueira Em Polipropileno	Par	Operador de OFF-SET F2 - Quatro Cores	1	2	2	R\$ 61,85	R\$ 123,70
3	Luva de Limpeza de Borracha. Material: Látex. Tipo: Cano Longo. Tamanho: Grande. Características Adicionais: Anatômica, Antiderrapante.	Par	Operador de OFF-SET F2 - Quatro Cores	1	2	2	R\$ 6,35	R\$ 12,70
4	Luva PVC. Tamanho Punho: Cano Longo. Cor: Verde. Tamanho: 46 Cm. Características Adicionais: Sem Forro, Áspera.	Par	Operador de OFF-SET F2 - Quatro Cores	1	2	2	R\$ 15,49	R\$ 30,98
5	Luva Segurança. Material: Raspa De Couro. Aplicação: Manuseio De Agentes Abrasivos E Escoriantes. Tipo: Anatômica. Características Adicionais: Reforço Externo Na Palma E Polegar Punho 15 Cm.	Par	Operador de OFF-SET F2 - Quatro Cores	1	2	2	R\$ 13,13	R\$ 26,26
6	Respirador. Material: Elastômero. Aplicação: Poeira, Névoa, Fumo, Vapor E Agentes Biológicos. Quantidade Válvulas: Válvula De Exalação, E Filtro Interno Em Cartucho. Características Adicionais: Tiras P/ Fixação. Tipo Uso: Reutilizável	Unidade	Operador de OFF-SET F2 - Quatro Cores	1	2	2	R\$ 87,22	R\$ 174,44
7	Máscara Multiuso. Material: Manta Sintética Com Tratamento Eletrostático. Finalidade: Proteção: Odor, Fuligem, Gases, Vapores Orgânicos. Tamanho: Único. Características Adicionais: Semifacial, Valvulada, Carvão Ativado, Pff3.	Unidade	Operador de OFF-SET F2 - Quatro Cores	1	2	2	R\$ 6,39	R\$ 12,78
8	Óculos Proteção. Cor Lente: Incolor. Aplicação: Proteção Geral. Tamanho: Padrão. Características Adicionais: Proteção Lateral Não Perfurado. Tipo Proteção: Ampla Visão. Tipo Lente: Policarbonato Com Tratamento Antirrisco.	Unidade	Operador de OFF-SET F2 - Quatro Cores	1	2	2	R\$ 9,63	R\$ 19,26
9	Protetor Auricular. Material: Poliuretano. Tamanho: Único. Características Adicionais: Tipo Plug.	Unidade	Operador de OFF-SET F2 - Quatro Cores	1	4	4	R\$ 1,25	R\$ 5,00
10	Máscara Tipo: Procedimento. Características Adicionais: 3 Camadas, Filtro Bacteriológico 95% (1 Micron). Tipo Uso: Descartável. Tipo Fixação: 4 Tiras Fixação, Clip Nasal Alumínio Embutido. Formato: Adulto.	Unidade	Auditoria em Enfermagem	3	20	60	R\$ 0,25	R\$ 15,00

11	Luva Para Procedimento Não Cirúrgico. Material: Látex Natural Íntegro E Uniforme. Modelo: Formato Anatômico. Tipo: Ambidestra. Características Adicionais: Lubrificada Com Pó Bioabsorvível. Apresentação: Atóxica. Tipo Uso: Descartável.	Unidade	Auditoria em Enfermagem	3	90	270	R\$ 0,38	R\$ 101,25
12	Jaleco Material: TNT. Cor: Branca. Tipo: Descartável. Características Adicionais: Gola, Fenda E Cinto Traseiros. Tipo Manga: Comprida. Punho com elástico e prático fechamento com tiras. Tamanho único (110cm x 130cm).	Unidade	Auditoria em Enfermagem	3	10	30	R\$ 2,37	R\$ 71,10
13	Carimbo. Material Corpo: Plástico. Material Base: Resina. Tipo: Automático. Formato: Retangular. Características Adicionais: Retrátil Com Mola	Unidade	Auditoria em Enfermagem	3	1	3	R\$ 34,50	R\$ 103,50
14	Máscara Tipo: Procedimento. Características Adicionais: 3 Camadas, Filtro Bacteriológico 95% (1 Micron). Tipo Uso: Descartável. Tipo Fixação: 4 Tiras Fixação, Clip Nasal Alumínio Embutido. Formato: Adulto.	Unidade	Auditoria Médica	3	240	720	R\$ 0,25	R\$ 180,00
15	Luva Para Procedimento Não Cirúrgico. Material: Látex Natural Íntegro E Uniforme. Modelo: Formato Anatômico. Tipo: Ambidestra. Características Adicionais: Lubrificada Com Pó Bioabsorvível. Apresentação: Atóxica. Tipo Uso: Descartável.	Unidade	Auditoria Médica	3	120	360	R\$ 0,38	R\$ 135,00
16	Jaleco Material: TNT. Cor: Branca. Tipo: Descartável. Características Adicionais: Gola, Fenda E Cinto Traseiros. Tipo Manga: Comprida. Punho com elástico e prático fechamento com tiras. Tamanho único (110cm x 130cm).	Unidade	Auditoria Médica	3	30	90	R\$ 2,37	R\$ 213,30
17	Carimbo. Material Corpo: Plástico. Material Base: Resina. Tipo: Automático. Formato: Retangular. Características Adicionais: Retrátil Com Mola	Unidade	Auditoria Médica	3	1	3	R\$ 34,50	R\$ 103,50
18	Máscara Tipo: Procedimento. Características Adicionais: 3 Camadas, Filtro Bacteriológico 95% (1 Micron). Tipo Uso: Descartável. Tipo Fixação: 4 Tiras Fixação, Clip Nasal Alumínio Embutido. Formato: Adulto.	Unidade	Perícia Odontológica	3	432	1.296	R\$ 0,25	R\$ 324,00
19	Luva Para Procedimento Não Cirúrgico. Material: Látex Natural Íntegro E Uniforme. Modelo: Formato Anatômico. Tipo: Ambidestra. Características Adicionais: Lubrificada Com Pó Bioabsorvível. Apresentação: Atóxica. Tipo Uso: Descartável.	Unidade	Perícia Odontológica	3	864	2.592	R\$ 0,38	R\$ 972,00
20	Jaleco Material: TNT. Cor: Branca. Tipo: Descartável. Características Adicionais: Gola, Fenda E Cinto Traseiros. Tipo Manga: Comprida. Punho com elástico e prático fechamento com tiras. Tamanho único (110cm x 130cm).	Unidade	Perícia Odontológica	3	100	300	R\$ 2,37	R\$ 711,00
21	Carimbo. Material Corpo: Plástico. Material Base: Resina. Tipo: Automático. Formato: Retangular. Características Adicionais: Retrátil Com Mola	Unidade	Perícia Odontológica	3	1	3	R\$ 34,50	R\$ 103,50
22	Crachá. Material PVC. Para Identificação de Funcionários. Colorido. Medida Padrão Internacional (54 mm x 85,6 mm). Com furo para prendedor.	Unidade	Todos os Cargos	53	1	53	R\$ 5,65	R\$ 299,45
23	Prendedor De Crachá. Tipo: Cordão. Material: 100% Poliéster. Comprimento: 85 Cm. Largura: 9 a 20 mm.	Unidade	Todos os Cargos	53	1	53	R\$ 2,40	R\$ 127,20
Valor Total dos Insumos								R\$ 3.896,92

6.5. **Das Diárias:**

6.5.1. Para a pesquisa de preços referentes aos valores das diárias a serem pagas aos trabalhadores em razão de deslocamentos para fora do local de prestação dos serviços, foi utilizada a modelagem anterior de contratos da UFMS, que preveem o pagamento de diárias com pernoite e sem pernoite. Para a pesquisa de contratações similares feitas pela Administração Pública (Inc. II, art. 5º da IN 65/2021-SEGES/ME), foram utilizadas descrições de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra com previsão de pagamento de diárias com modelagens próximas daquelas utilizadas pela UFMS, sendo desconsiderados os resultados cuja descrição era incompatível com a modelagem adotada ou cujo detalhamento era insuficiente para verificação da adequação. Buscou-se os pregões mais recentes realizados no ambiente Compras.gov.br nos anos de 2021 e 2022. Os custos unitários utilizados foram aqueles obtidos nas planilhas de custos e formação de preços, selecionando os valores anteriores à incidência dos percentuais de custos indiretos, lucros e tributação, ou seja, os valores a serem efetivamente pagos aos trabalhadores terceirizados.

6.5.2. A pesquisa realizada, os dados obtidos e a metodologia de análise aplicada estão disponíveis nos documentos Pesquisa de Preços - Diárias (SEI nº [3257021](#)), Planilha Pesquisa de Preços - Diárias (SEI nº [3257066](#)) e no Relatório SELIC/DICONT/PROADI (SEI nº [3257070](#)). Os valores a serem efetivamente pagos aos trabalhadores, sem a incidência de custos indiretos, lucros e tributação, estão descritos na tabela abaixo.

VALORES REFERENCIAIS PARA PAGAMENTO DE DIÁRIAS COM PERNOITE E SEM PERNOITE			
Nº	Descrição	Unidade de Fornecimento	Valor Unitário (Valor a ser pago ao trabalhador, sem incidência de Custos Indiretos, Lucros e Tributação)
1	Diária Com Pernoite	Unidade	R\$ 206,00 (duzentos e seis reais)
2	Diárias Sem Pernoite	Unidade	R\$ 103,00 (cento e três reais)

6.6. **Do Valor Estimado Da Contratação Como Um Todo:**

6.6.1. O Valor Estimado da Contratação foi obtido através do procedimento estabelecido na Instrução Normativa nº 05/2017-SEGES/MP, ou seja, pelo preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços (SEI nº [3314941](#)). O valor total da contratação é de R\$ 6.545.323,20

(seis milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil trezentos e vinte e três reais e vinte centavos) conforme a tabela abaixo:

ITEM	CÓDIGO CATSER	DESCRIÇÃO GERAL SIASG	DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DO ITEM (OBJETO)	ELEMENTO DE DESPESA	UNIDADE SOLICITANTE	MUNICÍPIO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR ANUAL MÁXIMO ACEITÁVEL
1	5380	Prestação de serviços de apoio administrativo	Diretor de Programação	33903701	AGECOM	Campo Grande	Posto	2	R\$ 22.051,68	R\$ 44.103,36	R\$ 529.240,32
2	5380	Prestação de serviços de apoio administrativo	Chefe de Reportagem	33903701	AGECOM	Campo Grande	Posto	2	R\$ 19.100,70	R\$ 38.201,40	R\$ 458.416,80
3	5380	Prestação de serviços de apoio administrativo	Analista Musical	33903701	AGECOM	Campo Grande	Posto	1	R\$ 11.146,21	R\$ 11.146,21	R\$ 133.754,52
4	5380	Prestação de serviços de apoio administrativo	Analista de Texto	33903701	AGECOM	Campo Grande	Posto	2	R\$ 9.490,85	R\$ 18.981,70	R\$ 227.780,40
5	12955	Prestação de serviços de apoio administrativo	Comunicador	33903701	AGECOM	Campo Grande	Posto	16	R\$ 8.879,21	R\$ 142.067,36	R\$ 1.704.808,32
6	10138	Prestação de serviços de apoio administrativo	Editor de Mídia	33903701	AGECOM	Campo Grande	Posto	5	R\$ 7.540,01	R\$ 37.700,05	R\$ 452.400,60
7	5380	Prestação de serviços de apoio administrativo	Operador de Mídia	33903701	AGECOM	Campo Grande	Posto	2	R\$ 7.434,96	R\$ 14.869,92	R\$ 178.439,04
8	5380	Prestação de serviços de apoio administrativo	Operador de OFF-SET F2 - Quatro Cores	33903701	AGECOM	Campo Grande	Posto	1	R\$ 9.977,08	R\$ 9.977,08	R\$ 119.724,96
9	5380	Prestação de serviços de apoio administrativo	Produtor Editorial	33903701	AGECOM	Campo Grande	Posto	5	R\$ 7.644,42	R\$ 38.222,10	R\$ 458.665,20
10	5380	Prestação de serviços de apoio administrativo	Publicitário	33903701	AGECOM	Campo Grande	Posto	1	R\$ 7.979,43	R\$ 7.979,43	R\$ 95.753,16
11	5380	Prestação de serviços de apoio administrativo	Repórter Cinematográfico	33903701	AGECOM	Campo Grande	Posto	4	R\$ 8.012,65	R\$ 32.050,60	R\$ 384.607,20
12	5380	Prestação de serviços de apoio administrativo	Repórter Fotográfico	33903701	AGECOM	Campo Grande	Posto	2	R\$ 8.410,49	R\$ 16.820,98	R\$ 201.851,76
13	5380	Prestação de serviços de apoio administrativo	Técnico de Áudio	33903701	AGECOM	Campo Grande	Posto	1	R\$ 6.042,68	R\$ 6.042,68	R\$ 72.512,16
14	5380	Prestação de serviços de apoio administrativo	Auditoria Médica	33903701	DIAS/PROGEP	Campo Grande	Posto	3	R\$ 11.726,65	R\$ 35.179,95	R\$ 422.159,40
15	5380	Prestação de serviços de apoio administrativo	Perícia Odontológica	33903701	DIAS/PROGEP	Campo Grande	Posto	3	R\$ 14.074,36	R\$ 42.223,08	R\$ 506.676,96
16	5380	Prestação de serviços de apoio administrativo	Auditoria em Enfermagem	33903701	DIAS/PROGEP	Campo Grande	Posto	3	R\$ 16.361,92	R\$ 49.085,76	R\$ 589.029,12
17	5380	Prestação de serviços de apoio administrativo	Diária Com Pernoite	33903701	AGECOM	Campo Grande	Unidade	24 (02 diárias Mensais)	R\$ 263,98	R\$ 527,96	R\$ 6.335,52
18	5380	Prestação de serviços de apoio administrativo	Diária Sem Pernoite	33903701	AGECOM	Campo Grande	Unidade	24 (02 diárias Mensais)	R\$ 131,99	R\$ 263,98	R\$ 3.167,76
TOTAIS MÁXIMOS ACEITÁVEIS								Valor Mensal Máximo Aceitável	R\$ 545.443,60	Valor Anual Máximo Aceitável	R\$ 6.545.323,2

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO: (art. 24, § 1º, inciso VII e Item 3.6 do Anexo III da IN/SEGES/MP nº 05/2017)

7.1. A tabela abaixo contém a descrição detalhada dos serviços a serem executados por função, de acordo com a Classificação CBO, com o detalhamento das atividades de mão-de-obra, o fornecimento de insumos e EPI's, além dos requisitos e experiências necessários para a execução dos serviços.

TABELA DE SERVIÇOS E CARGOS A SEREM CONTRATADOS	
CARGO: DIRETOR DE PROGRAMAÇÃO - CBO 2622-15	
Descrição Sumária	
Diretor de Programação é o responsável final pela transmissão dos programas da emissora, com vistas a sua qualidade e à adequação dos horários de transmissão.	
Jornada de Trabalho	
Carga Horária: 44 horas semanais, sendo 8 horas diárias de segunda a sexta, com intervalo de 2 horas diárias para almoço, nos termos do art. 71 da CLT e 4 horas diárias aos sábados. Jornada de trabalho de acordo com o artigo 20 do Decreto nº 84.134/79 que regulamenta a Lei nº 6.615/78 que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Radialista. Os horários da Jornada de trabalho poderão sofrer alterações de acordo com a conveniência e interesse da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, mediante comunicação escrita com antecedência de 01 (um) dia útil.	
Insumos	
Será de responsabilidade da empresa contratada fornecer os EPI's aos trabalhadores que irão prestar serviço, de acordo com a legislação vigente, garantindo-lhes sua segurança. - Crachá. Material PVC. Para Identificação de Funcionários. Colorido. Medida Padrão Internacional (54 mm x 85,6 mm). Com furo para prendedor. - Prendedor De Crachá. Tipo: Cordão. Material: 100% Poliéster. Comprimento: 85 Cm. Largura: 9 a 20 mm.	
Orientação Para o Desenvolvimento das Atividades	
Primar pelo discreto, educado, eficiente, ético e imparcial tratamento a ser dispensado às pessoas do setor de trabalho e ao público em geral que se dirige à Instituição e observar as normas de comportamento profissional e as técnicas de atendimento ao público, bem como cumprir as normas internas do órgão.	
Requisitos Mínimos Para o Cargo	
Ensino superior completo na área de jornalismo, comunicação social ou áreas afins.	
Experiência Profissional	
5 (cinco) anos comprovados em carteira de trabalho, por declaração do empregador ou por contrato de trabalho na execução dos serviços relacionados à função e Registro Profissional.	
Atividades Específicas	
<ul style="list-style-type: none"> - Zelar pela conservação e manutenção dos materiais e equipamentos utilizados, sendo responsáveis pela utilização e guarda dos mesmos; - Configurar, operar e monitorar sistemas de sonorização e gravação; - Tratar e compilar registros sonoros; - Editar registros; - Sincronizar e mixar músicas; - Criar projetos de sistemas de sonorização e gravação; - Instalar/desinstalar e testar funcionamento de equipamentos de áudio e acessórios; - Executar músicas e arquivos sonoros, selecionando e gerenciando repertório; - Pesquisar novas tecnologias de reprodução de áudio e tendências musicais; - Executar outras atividades inerentes e/ou correlatas ao cargo. 	
CARGO: CHEFE DE REPORTAGEM - CBO 2611-15	
Descrição Sumária	
Chefe de Reportagem é a pessoa responsável pela coordenação de toda a equipe de comunicadores e planejar diariamente a produção para os diversos programas.	
Jornada de Trabalho	
Carga Horária: 44 horas semanais, sendo 8 horas diárias de segunda a sexta, com intervalo de 2 horas diárias para almoço, nos termos do art. 71 da CLT e 4 horas diárias aos sábados. Jornada de trabalho de acordo com o artigo 20 do Decreto nº 84.134/79 que regulamenta a Lei nº 6.615/78 que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Radialista. Os horários da Jornada de trabalho poderão sofrer alterações de acordo com a conveniência e interesse da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, mediante comunicação escrita com antecedência de 01 (um) dia útil.	
Insumos	
Será de responsabilidade da empresa contratada fornecer os EPI's aos trabalhadores que irão prestar serviço, de acordo com a legislação vigente, garantindo-lhes sua segurança. - Crachá. Material PVC. Para Identificação de Funcionários. Colorido. Medida Padrão Internacional (54 mm x 85,6 mm). Com furo para prendedor. - Prendedor De Crachá. Tipo: Cordão. Material: 100% Poliéster. Comprimento: 85 Cm. Largura: 9 a 20 mm.	
Orientação Para o Desenvolvimento das Atividades	
Primar pelo discreto, educado, eficiente, ético e imparcial tratamento a ser dispensado às pessoas do setor de trabalho e ao público em geral que se dirige à Instituição, interagir de forma agradável, solicita e colaborativa no ambiente de trabalho, observar as normas de comportamento profissional e as técnicas de atendimento ao público, bem como cumprir as normas internas do órgão.	
Requisitos Mínimos Para o Cargo	
Ensino superior completo na área de jornalismo e idade mínima de 18 (dezoito) anos.	
Experiência Profissional	
3 (três) anos comprovados em carteira de trabalho, por declaração do empregador ou por contrato de trabalho na execução dos serviços relacionados à função e Registro Profissional.	
Atividades Específicas	
<ul style="list-style-type: none"> - Auxiliar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão - Utilizar recursos de informática; - Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional; - Zelar pela conservação e manutenção dos materiais e equipamentos utilizados, sendo responsáveis pela utilização e guarda dos mesmos; - Recolher, redigir, registrar através de imagens e de sons; - Interpretar e organizar informações e notícias a serem difundidas, expondo, analisando e comentando os acontecimentos; - Fazer seleção, revisão e preparo definitivo das matérias jornalísticas a serem divulgadas em jornais, revistas, televisão, rádio, internet, assessorias de imprensa e quaisquer outros meios de comunicação com o público; - Executar outras atividades inerentes e/ou correlatas ao cargo. 	
CARGO: ANALISTA MUSICAL - CBO 3741-55	
Descrição Sumária	
Analista Musical é pessoa responsável por planejar, elaborar, programar diariamente a programação da emissora de rádio ou telecomunicações.	
Jornada de Trabalho	
36 horas semanais, sendo 6 horas diárias, com intervalo intrajornada de 15 minutos, nos termos do art. 71 §1º da CLT. Jornada de trabalho de acordo com o artigo 20 do Decreto nº 84.134/79 que regulamenta a Lei nº 6.615/78 que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Radialista. Não havendo expediente no sábado, as horas serão compensadas de segunda a sexta em uma hora e doze minutos diários. Os horários da Jornada de trabalho poderão sofrer alterações de acordo com a conveniência e interesse da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, mediante comunicação escrita com antecedência de 01 (um) dia útil.	
Insumos	
Será de responsabilidade da empresa contratada fornecer os EPI's aos trabalhadores que irão prestar serviço, de acordo com a legislação vigente, garantindo-	

lhes sua segurança. - Crachá. Material PVC. Para Identificação de Funcionários. Colorido. Medida Padrão Internacional (54 mm x 85,6 mm). Com furo para prendedor. - Prendedor De Crachá. Tipo: Cordão. Material: 100% Poliéster. Comprimento: 85 Cm. Largura: 9 a 20 mm.
Orientação Para o Desenvolvimento das Atividades
Primar pelo discreto, educado, eficiente, ético e imparcial tratamento a ser dispensado às pessoas do setor de trabalho e ao público em geral que se dirige à Instituição, interagir de forma agradável, solicita e colaborativa no ambiente de trabalho, observar as normas de comportamento profissional e as técnicas de atendimento ao público, bem como cumprir as normas internas do órgão.
Requisitos Mínimos Para o Cargo
Ensino médio completo e idade mínima de 18 (dezoito) anos.
Experiência Profissional
3 (três) anos comprovados em carteira de trabalho, por declaração do empregador ou por contrato de trabalho na execução dos serviços relacionados à função e Registro Profissional.
Atividades Específicas
<ul style="list-style-type: none"> - Planejar diariamente a programação da emissora de rádio ou telecomunicações; - Elaborar a programação musical e selecionar músicas exigidas por outros programas; - Programar o horário de veiculação de todos os programas; - Colocar na programação as chamadas e os programas especiais; - Assessorar os demais profissionais na produção musical; - Controlar a veiculação dos programas; - Configurar, operar e monitorar sistemas de sonorização e gravação; - Tratar e compilar registros sonoros como editar registros, sincronizar e mixar músicas; - Criar projetos de sistemas de sonorização e gravação; - Instalar/desinstalar e testar funcionamento de equipamentos de áudio e acessórios; - Executar músicas e arquivos sonoros, selecionando e gerenciando repertório; - Pesquisar novas tecnologias de reprodução de áudio e tendências musicais; - Zelar pela conservação e manutenção dos materiais e equipamentos utilizados, sendo responsáveis pela utilização e guarda dos mesmos; - Utilizar recursos de informática; - Auxiliar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão; - Executar outras atividades inerentes e/ou correlatas ao cargo.
CARGO: ANALISTA DE TEXTO - CBO 2611
Descrição Sumária
Analista de Texto é a pessoa responsável analisar, reelaborar e ler textos, transformando em reportagens ou noticiários, atentando para as expressões utilizadas, sintaxe, ortografia e pontuação.
Jornada de Trabalho
30 (trinta) horas semanais, sendo 6 (seis) horas diárias, com intervalo de intrajornada de 15 (quinze) minutos, nos termos do art. 71 §1º da CLT. Os horários da Jornada de trabalho poderão sofrer alterações de acordo com a conveniência e interesse da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, mediante comunicação escrita com antecedência de 01 (um) dia útil.
Insumos
Será de responsabilidade da empresa contratada fornecer os EPI's aos trabalhadores que irão prestar serviço, de acordo com a legislação vigente, garantindo-lhes sua segurança. - Crachá. Material PVC. Para Identificação de Funcionários. Colorido. Medida Padrão Internacional (54 mm x 85,6 mm). Com furo para prendedor. - Prendedor De Crachá. Tipo: Cordão. Material: 100% Poliéster. Comprimento: 85 Cm. Largura: 9 a 20 mm.
Orientação Para o Desenvolvimento das Atividades
Primar pelo discreto, educado, eficiente, ético e imparcial tratamento a ser dispensado às pessoas do setor de trabalho e ao público em geral que se dirige à Instituição, Interagir de forma agradável, solicita e colaborativa no ambiente de trabalho, observar as normas de comportamento profissional e as técnicas de atendimento ao público, bem como cumprir as normas internas do órgão.
Requisitos Mínimos Para o Cargo
Ensino superior completo em áreas afins, idade mínima de 18 (dezoito) anos.
Experiência Profissional
1 (um) ano comprovado em carteira de trabalho, por declaração do empregador ou por contrato de trabalho na execução dos serviços relacionados à função e Registro Profissional.
Atividades Específicas
<ul style="list-style-type: none"> - Analisar as informações elaboradas pelos professores ou escritores, examinando anotações e dados pertinentes, para inteirar-se do conteúdo das mesmas; - Reelaborar os textos, dando-lhes forma e modalidade linguística preconizada, para transformá-los em reportagens ou noticiários; - Ler os textos, atentando para as expressões utilizadas, sintaxe, ortografia e pontuação; - Auxiliar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão; - Utilizar recursos de informática; - Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional; - Zelar pela conservação e manutenção dos materiais e equipamentos utilizados, sendo responsáveis pela utilização e guarda dos mesmos; - Recolher, redigir, registrar através de imagens e de sons, interpretar e organizar informações e notícias a serem difundidas, expondo, analisando e comentando os acontecimentos; - Fazem seleção, revisão e preparo definitivo das matérias jornalísticas a serem divulgadas em jornais, revistas, televisão, rádio, internet, assessorias de imprensa e quaisquer outros meios de comunicação com o público; - Executar outras atividades inerentes e/ou correlatas ao cargo.
CARGO: COMUNICADOR - CBO 2617-15
Descrição Sumária
Comunicador é a pessoa responsável por apresentar, noticiar, realizar, recolher, redigir, registrar, analisar, comentar e narrar: programas de rádio e TV, eventos, entrevistas, textos dentre outros.
Jornada de Trabalho
30 horas semanais, sendo 5 horas diárias, com intervalo intrajornada de 15 minutos, nos termos do art. 71 §1º da CLT. Jornada de trabalho de acordo com o artigo 303 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, no caso da profissão de Jornalista, e no artigo 20 do Decreto nº 84.134/79 que regulamenta a Lei nº 6.615/78 que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Radialista. Não havendo expediente no sábado, as horas serão compensadas de segunda a sexta em uma hora diária. Os horários da Jornada de trabalho poderão sofrer alterações de acordo com a conveniência e interesse da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, mediante comunicação escrita com antecedência de 01 (um) dia útil.
Insumos
Será de responsabilidade da empresa contratada fornecer os EPI's aos trabalhadores que irão prestar serviço, de acordo com a legislação vigente, garantindo-lhes sua segurança. - Crachá. Material PVC. Para Identificação de Funcionários. Colorido. Medida Padrão Internacional (54 mm x 85,6 mm). Com furo para prendedor. - Prendedor De Crachá. Tipo: Cordão. Material: 100% Poliéster. Comprimento: 85 Cm. Largura: 9 a 20 mm.
Orientação Para o Desenvolvimento das Atividades
Primar pelo discreto, educado, eficiente, ético e imparcial tratamento a ser dispensado às pessoas do setor de trabalho e ao público em geral que se dirige à Instituição, interagir de forma agradável, solicita e colaborativa no ambiente de trabalho, observar as normas de comportamento profissional e as técnicas de

atendimento ao público, mobilizar capacidades de administrar o tempo, além de capacidades comunicativas para interagir com as equipes técnica, de programação e comercial, bem como cumprir as normas internas do órgão.
Requisitos Mínimos Para o Cargo
Ensino superior completo em curso de rádio e TV, jornalismo ou comunicação social ou áreas afins e idade mínima de 18 (dezoito) anos.
Experiência Profissional
3 (três) anos comprovados em carteira de trabalho, por declaração do empregador ou por contrato de trabalho na função e Registro Profissional.
Atividades Específicas
<ul style="list-style-type: none"> - Apresenta noticiosos, programas e eventos; - Realizar entrevistas; - Fazer comentários das pautas, com apoio e operação de equipamentos de conteúdo audiovisual em diversas mídias; - Prestar informações técnicas relativas à produção e aos temas abordados; - Operar mesa de som/áudio; - Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional; - Zelar pela conservação e manutenção dos materiais e equipamentos utilizados, sendo responsáveis pela utilização e guarda dos mesmos. - Apresentar programas de rádio, televisão e noticiários; - Ancorar programas, interpretando o conteúdo da apresentação; - Noticiar e comentar fatos; - Ler textos no ar; - Narrar transmissão de eventos; - Tecer comentários sobre eventos; - Fazer locução gravando voz para mídias; - Entrevistar pessoas; - Anunciar produtos e serviços; - Preparar conteúdo para apresentação; - Participar da definição da pauta, redigindo a notícia, checando as informações; - Atuar em rádio, televisão e eventos, bem como em mídias audiovisuais; - Executar outras atividades inerentes e/ou correlatas ao cargo.
CARGO: EDITOR DE MÍDIA - CBO 3744
Descrição Sumária
Editor de Mídia é a pessoa responsável para editar, selecionar, definir, coordenar e pesquisar textos e imagens para publicação, definir pauta e planejamento editorial e coordenar o processo de edição.
Jornada de Trabalho
36 horas semanais, sendo 6 horas diárias, com intervalo intrajornada de 15 minutos, nos termos do art. 71 §1º da CLT. Não havendo expediente no sábado, as horas serão compensadas de segunda a sexta em uma hora e doze minutos diários. Os horários da Jornada de trabalho poderão sofrer alterações de acordo com a conveniência e interesse da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, mediante comunicação escrita com antecedência de 01 (um) dia útil.
Insumos
<p>Será de responsabilidade da empresa contratada fornecer os EPI's aos trabalhadores que irão prestar serviço, de acordo com a legislação vigente, garantindo-lhes sua segurança.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Crachá. Material PVC. Para Identificação de Funcionários. Colorido. Medida Padrão Internacional (54 mm x 85,6 mm). Com furo para prendedor. - Prendedor De Crachá. Tipo: Cordão. Material: 100% Poliéster. Comprimento: 85 Cm. Largura: 9 a 20 mm.
Orientação Para o Desenvolvimento das Atividades
Primar pelo discreto, educado, eficiente, ético e imparcial tratamento a ser dispensado às pessoas do setor de trabalho e ao público em geral que se dirige à Instituição, Interagir de forma agradável, solicita e colaborativa no ambiente de trabalho, observar as normas de comportamento profissional e as técnicas de atendimento ao público, bem como cumprir as normas internas do órgão.
Requisitos Mínimos Para o Cargo
Ensino médio completo e idade mínima de 18 (dezoito) anos.
Experiência Profissional
3 (três) anos comprovados em carteira de trabalho, por declaração do empregador ou por contrato de trabalho na execução dos serviços relacionados à função e Registro Profissional.
Atividades Específicas
<ul style="list-style-type: none"> - Criar vinhetas para os programas e intervalos, eventos especiais e comemorativos; - Criar vídeos de efeitos especiais com o respectivo texto; - Roteirista de intervalos institucionais e/ou comerciais, quando assim o justificar; - Editar matérias especiais, projetos acadêmicos intervalos e vídeos institucionais; - Controlar mesa de corte diante transmissões ao vivo; - Organizar a ilha de edição para produzir material semanal e material especial; - Organizar arquivos de exibição de vinhetaria nova; - Organizar cronograma de exibição de vídeos institucionais produzidos e pós-produzidos com efeitos especiais necessários; - Editar material jornalístico da programação semanal e programas de entretenimento (artes, shows, pintura, dança, etc.); - Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional; - Zelar pela conservação e manutenção dos materiais e equipamentos utilizados, sendo responsáveis pela utilização e guarda dos mesmos. - Estruturar narrativas de filmes e mídias audiovisuais; - Operar mesa de corte (switcher) e instruindo posicionamento e/ou enquadramento da imagem; - Editar imagens e áudio e criar efeitos especiais; - Participar da definição do produto e assessorar o pós produção determinando roteiro de dublagem, listando planos montados e indicando procedimentos para edição de som; - Supervisionar finalização, dublagem e conformação de copião de filmes; - Executar outras atividades inerentes e/ou correlatas ao cargo.
CARGO: OPERADOR DE MÍDIA AUDIOVISUAL - CBO 3744
Descrição Sumária
Operador de Mídia Audiovisual é a pessoa responsável por operar, zelar, executar, editar, gravar textos, músicas, vinhetas, comerciais, dentre outras.
Jornada de Trabalho
36 horas semanais, sendo 6 horas diárias, com intervalo intrajornada de 15 minutos, nos termos do art. 71 §1º da CLT. Não havendo expediente no sábado, as horas serão compensadas de segunda a sexta em uma hora e doze minutos diários. Os horários da Jornada de trabalho poderão sofrer alterações de acordo com a conveniência e interesse da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, mediante comunicação escrita com antecedência de 01 (um) dia útil.
Insumos
<p>Será de responsabilidade da empresa contratada fornecer os EPI's aos trabalhadores que irão prestar serviço, de acordo com a legislação vigente, garantindo-lhes sua segurança.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Crachá. Material PVC. Para Identificação de Funcionários. Colorido. Medida Padrão Internacional (54 mm x 85,6 mm). Com furo para prendedor. - Prendedor De Crachá. Tipo: Cordão. Material: 100% Poliéster. Comprimento: 85 Cm. Largura: 9 a 20 mm.
Orientação Para o Desenvolvimento das Atividades
Primar pelo discreto, educado, eficiente, ético e imparcial tratamento a ser dispensado às pessoas do setor de trabalho e ao público em geral que se dirige à Instituição, Interagir de forma agradável, solicita e colaborativa no ambiente de trabalho, observar as normas de comportamento profissional e as técnicas de

atendimento ao público, bem como cumprir as normas internas do órgão.
Requisitos Mínimos Para o Cargo
Ensino médio completo e idade mínima de 18 (dezoito) anos.
Experiência Profissional
3 (três) anos comprovados em carteira de trabalho, por declaração do empregador ou por contrato de trabalho na execução dos serviços relacionados à função e Registro Profissional.
Atividades Específicas
<ul style="list-style-type: none"> - Gravar textos, músicas, vinhetas, comerciais, etc., para ser utilizada na programação; - Encarregar da manutenção dos níveis de áudio, equalização e qualidade do som; - Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional; - Zelar pela conservação e manutenção dos materiais e equipamentos utilizados, sendo responsáveis pela utilização e guarda dos mesmos. - Estruturar narrativas de filmes e mídias audiovisuais; - Dirigir captação e finalização de imagens; - Operar mesa de corte (switcher) e instruindo posicionamento e/ou enquadramento da imagem; - Editar imagens e áudio; - Criar efeitos especiais; - Participar da definição do produto; - Assessor o pós-produção determinando roteiro de dublagem, listando planos montados e indicando procedimentos para edição de som; - Supervisionar finalização, dublagem e conformação de cópias de filmes; - Executar outras atividades inerentes e/ou correlatas ao cargo.
CARGO: OPERADOR DE OFFSET F-2 QUATRO CORES - CBO 7662-15 - (COM INSALUBRIDADE)
Descrição Sumária
Operador de OFFSET F-2 Quatro Cores é a pessoa responsável para planejar, organizar, executar trabalhos de impressão tais como: impressão plana e rotativa, impressão digital, flexografia, litografia, tipografia, laserset, calcografia, tampografia, rotogravura e serigrafia (silkscreen), dentre outros.
Jornada de Trabalho
40 (quarenta) horas semanais, sendo 8 (oito) horas diárias, das 7h às 17h, de segunda a sexta-feira, com intervalo de 2 (duas) horas para o almoço. Os horários da Jornada de trabalho poderão sofrer alterações de acordo com a conveniência e interesse da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, mediante comunicação escrita com antecedência de 1 (um) dia útil.
Insalubridade e Periculosidade
Conforme o Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho (SEI nº 3274337), há a recomendação do pagamento de adicional de insalubridade para agente químico, de grau médio, ou seja 20% sobre o vencimento básico.
Insumos
<p>Será de responsabilidade da empresa contratada fornecer os EPI's aos trabalhadores que irão prestar serviço, de acordo com a legislação vigente, garantindo-lhes sua segurança.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Crachá. Material PVC. Para Identificação de Funcionários. Colorido. Medida Padrão Internacional (54 mm x 85,6 mm). Com furo para prendedor. - Prendedor De Crachá. Tipo: Cordão. Material: 100% Poliéster. Comprimento: 85 Cm. Largura: 9 a 20 mm. - 2 (dois) Abafadores de Ruído Auricular - Formato: Concha - Material: Plástico Rígido. Características Adicionais: Nível Redução De Ruído Nrrsf 17; - 2 (dois) Pares de Botinas de Segurança Material: Couro. Modelo: Com Elástico Nas Laterais. Material Sola: Borracha. Tamanho: Sob Medida. Características Adicionais: Biqueira Em Polipropileno; - 2 (dois) Pares de Luvas de Limpeza de Borracha. Material: Látex. Tipo: Cano Longo. Tamanho: Grande. Características Adicionais: Anatômica, Antiderrapante; - 2 (dois) Pares de Luvas PVC. Tamanho Punho: Cano Longo. Tamanho: 46 Cm. Características Adicionais: Sem Forro, Áspera; - 2 (dois) Pares de Luvas Segurança. Material: Raspa De Couro. Aplicação: Manuseio De Agentes Abrasivos E Escoriantes. Tipo: Anatômica; Características Adicionais: Reforço Externo Na Palma E Polegar Punho 15 Cm; - 2 (dois) Respiradores. Material: Elastômero. Aplicação: Poeira, Névoa, Fumo, Vapor E Agentes Biológicos. Quantidade Válvulas: Válvula De Exalação, E Filtro Interno Em Cartucho. Características Adicionais: Tiras P/ Fixação. Tipo Uso: Reutilizável; - 2 (duas) Máscaras Multiuso. Material: Manta Sintética Com Tratamento Eletrostático. Finalidade: Proteção: Odor, Fuligem, Gases, Vapores Orgânicos. Tamanho: Único. Características Adicionais: Semifacial, Valvulada, Carvão Ativado, Pff3; - 2 (dois) Óculos de Proteção. Cor Lente: Incolor. Aplicação: Proteção Geral. Tamanho: Padrão. Características Adicionais: Proteção Lateral Não Perfurado. Tipo Proteção: Ampla Visão. <p>Tipo Lente: Policarbonato Com Tratamento Antirrisco;</p> <ul style="list-style-type: none"> - 4 (quatro) Protetores Auriculares. Material: Poliuretano. Tamanho: Único. Características Adicionais: Tipo Plug.
Orientação Para o Desenvolvimento das Atividades
Primar pelo discreto, educado, eficiente, ético e imparcial tratamento a ser dispensado às pessoas do setor de trabalho e ao público em geral que se dirige à Instituição, Interagir de forma agradável, solicita e colaborativa no ambiente de trabalho, observar as normas de comportamento profissional e as técnicas de atendimento ao público, bem como cumprir as normas internas do órgão.
Requisitos Mínimos Para o Cargo
Ensino médio completo, Idade mínima de 18 (dezoito) anos e ter pleno conhecimento de tipos, formatos e gramatura de papéis, como também técnica na manipulação/mistura de tintas offset.
Experiência Profissional
3 (três) anos comprovados em carteira de trabalho, por declaração do empregador ou por contrato de trabalho na execução dos serviços relacionados à função.
Atividades Específicas
<ul style="list-style-type: none"> - Organizar e executar trabalhos de impressão em máquinas sistema offset meia folha – policromia (quatro cores); - Manipular e misturar tintas offset; - Responsável pela manutenção, conservação, limpeza e lubrificação do equipamento; - Planejar serviços da impressão gráfica; - Ajustar máquinas para impressão; - Realizar serviços da impressão gráfica, tais como impressão plana e rotativa, impressão digital, flexografia, litografia, tipografia, laserset, calcografia, tampografia, rotogravura e serigrafia (silkscreen); - Trabalhar seguindo normas e procedimentos técnicos e de qualidade, segurança, meio ambiente, higiene e saúde; - Executar outras atividades inerentes e/ou correlatas ao cargo.
CARGO: PRODUTOR EDITORIAL - CBO 7661
Descrição Sumária
Realizam programação visual e editoram textos e imagens em vários formatos e programas. Operam processos de tratamento de imagem e textos, criando peças institucionais para sinalização, identidade visual, padronização de logos, layouts, materiais digitais, relatórios, manuais, folhetos, cartazes, banners e todos os tipos de papeleria e materiais institucionais.
Jornada de Trabalho
40 (quarenta) horas semanais, sendo 8 (oito) horas diárias, das 7h às 17h, de segunda a sexta-feira, com intervalo de 2 (duas) horas para o almoço. Os horários da Jornada de trabalho poderão sofrer alterações de acordo com a conveniência e interesse da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, mediante comunicação escrita com antecedência de 1 (um) dia útil.
Insumos
Será de responsabilidade da empresa contratada fornecer os EPI's aos trabalhadores que irão prestar serviço, de acordo com a legislação vigente, garantindo-lhes sua segurança.

- Crachá. Material PVC. Para Identificação de Funcionários. Colorido. Medida Padrão Internacional (54 mm x 85,6 mm). Com furo para prendedor.
- Prendedor De Crachá. Tipo: Cordão. Material: 100% Poliéster. Comprimento: 85 Cm. Largura: 9 a 20 mm.
Orientação Para o Desenvolvimento das Atividades
Primar pelo discreto, educado, eficiente, ético e imparcial tratamento a ser dispensado às pessoas do setor de trabalho e ao público em geral que se dirige à Instituição, Interagir de forma agradável, solicita e colaborativa no ambiente de trabalho, observar as normas de comportamento profissional e as técnicas de atendimento ao público, bem como cumprir as normas internas do órgão.
Requisitos Mínimos Para o Cargo
Ensino médio completo, Idade mínima de 18 (dezoito) anos, capacitação técnica na execução de programas editoriais gráficos, tais como: Corel Draw, Illustrator, Indesign, Photoshop, dentre outros e ter pleno conhecimento das técnicas editoriais, diagramação, montagem, paginação, numeração e arte final, através da composição eletrônica, dentre outros.
Experiência Profissional
2 (dois) anos comprovados em carteira de trabalho, por declaração do empregador ou por contrato de trabalho na execução dos serviços relacionados à função.
Atividades Específicas
- Criação, elaboração e execução de material gráfico tais como livros, revistas, jornais, periódicos, formulários etc.;
- Executar os programas editoriais gráficos, tais como: Corel Draw, Illustrator, Indesign, Photoshop, dentre outros;
- Executar serviços de técnicas editoriais, diagramação, montagem, paginação, numeração e arte final, através da composição eletrônica;
- Planejar serviços de pré-impressão gráfica;
- Realizar programação visual gráfica e editoração de textos e imagens;
- Operar processos de tratamento de imagem;
- Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e preservação ambiental;
- Executar outras atividades inerentes e/ou correlatas ao cargo.
CARGO: PUBLICITÁRIO - CBO 2531-15
Descrição Sumária
Publicitário é a pessoa responsável pela criação de estratégias e peças de publicitárias, desenvolvendo planejamento, análise de mercado, propaganda e promoções.
Jornada de Trabalho
40 (quarenta) horas semanais, sendo 8 (oito) horas diárias, das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira, com intervalo de 2 (duas) horas para o almoço. Os horários da Jornada de trabalho poderão sofrer alterações de acordo com a conveniência e interesse da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, mediante comunicação escrita com antecedência de 1 (um) dia útil.
Insumos
Será de responsabilidade da empresa contratada fornecer os EPI's aos trabalhadores que irão prestar serviço, de acordo com a legislação vigente, garantindo-lhes sua segurança.
- Crachá. Material PVC. Para Identificação de Funcionários. Colorido. Medida Padrão Internacional (54 mm x 85,6 mm). Com furo para prendedor.
- Prendedor De Crachá. Tipo: Cordão. Material: 100% Poliéster. Comprimento: 85 Cm. Largura: 9 a 20 mm.
Orientação Para o Desenvolvimento das Atividades
Primar pelo discreto, educado, eficiente, ético e imparcial tratamento a ser dispensado às pessoas do setor de trabalho e ao público em geral que se dirige à Instituição, Interagir de forma agradável, solicita e colaborativa no ambiente de trabalho, observar as normas de comportamento profissional e as técnicas de atendimento ao público, bem como cumprir as normas internas do órgão.
Requisitos Mínimos Para o Cargo
Ensino superior completo em curso de Publicidade e Propaganda ou comunicação social ou áreas afins e idade mínima de 18 (dezoito) anos.
Experiência Profissional
2 (dois) anos comprovados em carteira de trabalho, por declaração do empregador ou por contrato de trabalho na execução dos serviços relacionados à função.
Atividades Específicas
- Criação, elaboração e execução de peças publicitárias;
- Elaboração de planejamento estratégico de mídia;
- Execução de pesquisa, análise de cenário, público-alvo;
- Planejamento de campanhas publicitárias;
- Acompanhamento do desenvolvimento e finalização das peças junto a fornecedores;
- Controle de orçamento, recursos e materiais;
- Atendimento personalizado, elaboração de briefing e entrega de resultados;
- Análise de mercado, definição de segmentos, criação de mensagens-chave;
- Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e preservação ambiental;
- Executar outras atividades inerentes e/ou correlatas ao cargo.
CARGO: REPÓRTER CINEMATOGRAFICO - CBO 2611-35
Descrição Sumária
Repórter Cinematográfico é a pessoa responsável para registrar, executar cinematograficamente fatos, acontecimentos, imagens, som, material para os programas produzidos pela TV UFMS e captar imagens com câmeras de cinema e vídeo para a realização de produções cinematográficas, televisivas e multimídia, com teor artístico, jornalístico, documental e publicitário.
Jornada de Trabalho
30 horas semanais, sendo 5 horas diárias, com intervalo intrajornada de 15 minutos, nos termos do art. 71 §1º da CLT. Jornada de trabalho de acordo com o artigo 303 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Não havendo expediente no sábado, as horas serão compensadas de segunda a sexta em uma hora diária. Os horários da Jornada de trabalho poderão sofrer alterações de acordo com a conveniência e interesse da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, mediante comunicação escrita com antecedência de 01 (um) dia útil.
Insumos
Será de responsabilidade da empresa contratada fornecer os EPI's aos trabalhadores que irão prestar serviço, de acordo com a legislação vigente, garantindo-lhes sua segurança.
- Crachá. Material PVC. Para Identificação de Funcionários. Colorido. Medida Padrão Internacional (54 mm x 85,6 mm). Com furo para prendedor.
- Prendedor De Crachá. Tipo: Cordão. Material: 100% Poliéster. Comprimento: 85 Cm. Largura: 9 a 20 mm.
Orientação Para o Desenvolvimento das Atividades
Primar pelo discreto, educado, eficiente, ético e imparcial tratamento a ser dispensado às pessoas do setor de trabalho e ao público em geral que se dirige à Instituição, Interagir de forma agradável, solicita e colaborativa no ambiente de trabalho, observar as normas de comportamento profissional e as técnicas de atendimento ao público, bem como cumprir as normas internas do órgão.
Requisitos Mínimos Para o Cargo
Ensino médio completo e idade mínima de 18 (dezoito) anos.
Experiência Profissional
3 (três) ano comprovados em carteira de trabalho, por declaração do empregador ou por contrato de trabalho na execução dos serviços relacionados à função e Registro Profissional.
Atividades Específicas
- Registrar cinematograficamente quaisquer fatos ou acontecimentos jornalísticos de quaisquer natureza;
- Registrar imagem e som – cinegrafia – de material para os programas produzidos pela TVU e em parceria com o curso de Jornalismo;

<ul style="list-style-type: none"> - Participar de reuniões de pauta junto aos demais integrantes da equipe; - Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional; - Zelar pela conservação e manutenção dos materiais e equipamentos utilizados, sendo responsáveis pela utilização e guarda dos mesmos; - Captar imagens através de câmeras de cinema e vídeo para a realização de produções cinematográficas, televisivas e multimídia, com teor artístico, jornalístico, documental e publicitário; - Captar imagens em movimento; - Interpretar visualmente o roteiro; - Executar conceito fotográfico e organizar produção de imagens, dialogando constantemente com a equipe de trabalho; - Executar outras atividades inerentes e/ou correlatas ao cargo.
CARGO: REPÓRTER FOTOGRÁFICO - CBO 2618-20
Descrição Sumária
Repórter Fotográfico é a pessoa responsável para tirar, editar e criar fotos e imagens de acontecimentos, pessoas, paisagens, objetos e outros temas, utilizando câmeras fixas e diversos acessórios.
Jornada de Trabalho
40 (quarenta) horas semanais, sendo 8 (oito) horas diárias, das 7h às 17h, de segunda a sexta-feira, com intervalo de 2 (duas) horas para o almoço. Os horários da Jornada de trabalho poderão sofrer alterações de acordo com a conveniência e interesse da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, mediante comunicação escrita com antecedência de 1 (um) dia útil.
Insumos
Será de responsabilidade da empresa contratada fornecer os EPI's aos trabalhadores que irão prestar serviço, de acordo com a legislação vigente, garantindo-lhes sua segurança.
<ul style="list-style-type: none"> - Crachá. Material PVC. Para Identificação de Funcionários. Colorido. Medida Padrão Internacional (54 mm x 85,6 mm). Com furo para prendedor. - Prendedor De Crachá. Tipo: Cordão. Material: 100% Poliéster. Comprimento: 85 Cm. Largura: 9 a 20 mm.
Orientação Para o Desenvolvimento das Atividades
Primar pelo discreto, educado, eficiente, ético e imparcial tratamento a ser dispensado às pessoas do setor de trabalho e ao público em geral que se dirige à Instituição, Interagir de forma agradável, solicita e colaborativa no ambiente de trabalho, observar as normas de comportamento profissional e as técnicas de atendimento ao público, bem como cumprir as normas internas do órgão.
Requisitos Mínimos Para o Cargo
Ensino médio completo, idade mínima de 18 (dezoito) anos, domínio da linguagem e das métricas nas redes sociais e dos softwares de edição de vídeo.
Experiência Profissional
2 (dois) anos comprovados em carteira de trabalho, por declaração do empregador ou por contrato de trabalho ou portfólio de trabalho desenvolvidos nos setores público ou privado.
Atividades Específicas
<ul style="list-style-type: none"> - Tratamento e edição de fotos; - Organização de arquivos de fotos; - Criar imagens fotográficas de acontecimentos, pessoas, paisagens, objetos e outros temas, em branco e preto ou colorido, utilizando câmeras fixas (de película ou digitais) e diversos acessórios; - Operar câmera fotográfica, acessórios e equipamentos de iluminação; - Escolher tema ou assunto da fotografia; - Atender a demandas de clientes ou empregadores, segundo objetivos artísticos, jornalísticos, comerciais, industriais, científicos etc. - Revelar e retocar negativos de filmes; - Tirar, ampliar e retocar cópias; - Criar efeitos gráficos em imagens obtidas por processos digitais e reproduzi-las sobre papel ou outro suporte; - Dirigir estúdio fotográfico ou loja de material de fotografia; - Executar outras atividades inerentes e/ou correlatas ao cargo.
CARGO: TÉCNICO DE ÁUDIO - CBO 3731
Descrição Sumária
Técnico de Áudio é a pessoa responsável por instalar, reparar, montar, testar, zelar, avaliar e operar aparelhagem de áudio, de acordo com as instruções e supervisão recebida.
Jornada de Trabalho
36 horas semanais, sendo 6 horas diárias, com intervalo intrajornada de 15 minutos, nos termos do art. 71 §1º da CLT. Jornada de trabalho de acordo com o artigo 20 do Decreto nº 84.134/79 que regulamenta a Lei nº 6.615/78 que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Radialista. Não havendo expediente no sábado, as horas serão compensadas de segunda a sexta em uma hora e doze minutos diários. Os horários da Jornada de trabalho poderão sofrer alterações de acordo com a conveniência e interesse da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, mediante comunicação escrita com antecedência de 01 (um) dia útil.
Insumos
Será de responsabilidade da empresa contratada fornecer os EPI's aos trabalhadores que irão prestar serviço, de acordo com a legislação vigente, garantindo-lhes sua segurança.
<ul style="list-style-type: none"> - Crachá. Material PVC. Para Identificação de Funcionários. Colorido. Medida Padrão Internacional (54 mm x 85,6 mm). Com furo para prendedor. - Prendedor De Crachá. Tipo: Cordão. Material: 100% Poliéster. Comprimento: 85 Cm. Largura: 9 a 20 mm.
Orientação Para o Desenvolvimento das Atividades
Primar pelo discreto, educado, eficiente, ético e imparcial tratamento a ser dispensado às pessoas do setor de trabalho e ao público em geral que se dirige à Instituição, interagir de forma agradável, solicita e colaborativa no ambiente de trabalho, observar as normas de comportamento profissional e as técnicas de atendimento ao público, mobilizar capacidades de administrar o tempo, além de capacidades comunicativas para interagir com as equipes técnica, de programação e comercial, bem como cumprir as normas internas do órgão.
Requisitos Mínimos Para o Cargo
Ensino médio completo e idade mínima de 18 (dezoito) anos.
Experiência Profissional
1 (um) ano comprovado em carteira de trabalho, por declaração do empregador ou por contrato de trabalho na execução dos serviços relacionados à função e Registro Profissional.
Atividades Específicas
<ul style="list-style-type: none"> - Proceder a manutenção de toda aparelhagem de áudio; - Efetuar montagens e testes de equipamentos de áudio mantendo-os dentro dos padrões estabelecidos; - Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional; - Zelar pela conservação e manutenção dos materiais e equipamentos utilizados, sendo responsáveis pela utilização e guarda dos mesmos; - Operar equipamentos de uma emissora de rádio e televisão; - Organizar e executar a grade de programação da emissora; - Tratar áudio (trilhas sonoras, músicas, vinhetas, comerciais, chamadas promocionais e programas); - Manipular áudio e vídeo; - Conferir a qualidade técnica do conteúdo gravado e gerado; - Administrar o tráfego de sinal; - Executar outras atividades inerentes e/ou correlatas ao cargo.
CARGO: AUDITORIA MÉDICA - MÉDICO CLÍNICO CBO - 2251
Descrição Sumária

Realizam consultas e atendimentos médicos; tratam pacientes e clientes; implementam ações de prevenção de doenças e promoção da saúde tanto individuais quanto coletivas; coordenam programas e serviços em saúde, efetuam perícias, auditorias e sindicâncias médicas; elaboram documentos e difundem conhecimentos da área médica.
Jornada de Trabalho
12 horas semanais de trabalho interno e/ou externo, a serem distribuídos na semana de acordo com a conveniência interesse do PAS/UFMS e a serem definidos 15 dias após a assinatura do contrato por meio de comunicação escrita à empresa contratada
Insumos
Será de responsabilidade da empresa contratada fornecer os EPI's aos trabalhadores que irão prestar serviço, de acordo com a legislação vigente, garantindo-lhes sua segurança. - Crachá. Material PVC. Para Identificação de Funcionários. Colorido. Medida Padrão Internacional (54 mm x 85,6 mm). Com furo para prendedor; - Prendedor De Crachá. Tipo: Cordão. Material: 100% Poliéster. Comprimento: 85 Cm. Largura: 9 a 20 mm; - Carimbo. Material Corpo: Plástico. Material Base: Resina. Tipo: Automático. Formato: Retangular. Características Adicionais: Retrátil Com Mola; - Máscara Tipo: Procedimento. Características Adicionais: 3 Camadas, Filtro Bacteriológico 95% (1 Micron). Tipo Uso: Descartável. Tipo Fixação: 4 Tiras Fixação, Clip Nasal Alumínio Embutido. Formato: Adulto; - Luva Para Procedimento Não Cirúrgico. Material: Látex Natural Íntegro E Uniforme. Modelo: Formato Anatômico. Tipo: Ambidestra. Características Adicionais: Lubrificada Com Pó Bioabsorvível. Apresentação: Atóxica. Tipo Uso: Descartável; - Jaleco Material: TNT. Cor: Branca. Tipo: Descartável. Características Adicionais: Gola, Fenda E Cinto Traseiros. Tipo Manga: Comprida. Punho com elástico e prático fechamento com tiras. Tamanho único (110cm x 130cm).
Orientação Para o Desenvolvimento das Atividades
Primar pelo discreto, educado, eficiente, ético e imparcial tratamento a ser dispensado às pessoas do setor de trabalho e ao público em geral que se dirige à Instituição e observar as normas de comportamento profissional e as técnicas de atendimento ao público, bem como cumprir as normas internas do órgão.
Requisitos Mínimos Para o Cargo
O profissional deverá ter, no mínimo, nível superior em Medicina com registro no Conselho Regional de Medicina. O profissional deverá apresentar as competências de organização, assiduidade, iniciativa, bom relacionamento interpessoal, discrição e sigilo.
Experiência Profissional
2 (dois) anos na área de auditoria médica comprovados em carteira de trabalho, por declaração do empregador ou por contrato de trabalho.
Atividades Específicas
AUDITORIA PROSPECTIVA: tem o caráter preventivo e de assessoria e consultoria técnica e administrativa preliminar, visando o correto enquadramento das solicitações de procedimentos médico-hospitalares especializados aos beneficiários do PAS/UFMS. Consiste em realizar auditoria de autorização prévia a procedimentos, notadamente: I - Realizar análise e liberação, por auditor médico, dos procedimentos solicitados por prestadores de serviços médico-hospitalares, observando o Regulamento do PAS/UFMS e os critérios preestabelecidos; II - Autorizar os procedimentos solicitados dentro dos critérios estabelecidos pelo Regulamento do PAS/UFMS, observando: A elegibilidade do beneficiário ao procedimento; A compatibilidade do procedimento com a necessidade assistencial do beneficiário; O tempo de internação solicitado com o tipo de patologia; Os procedimentos com o código de ética médica e com as técnicas médicas reconhecidas; Os limites estabelecidos no Regulamento do PAS/UFMS para tratamentos seriados. III - Realizar perícias nos pacientes, nos casos em que, segundo o Regulamento do PAS/UFMS, elas sejam necessárias; IV - Comunicar ao PAS/UFMS qualquer irregularidade nos atendimentos dos credenciados, bem como dos beneficiários; V - Assessoria, consultoria e auditoria técnico-administrativa com emissão de respectivo parecer técnico, devidamente fundamentado; VI - Análise de processos da área de saúde, com emissão de parecer técnico, devidamente fundamentado; VII - Emitir parecer técnico-administrativo, aprovando, ou não, as solicitações médicas para realização de eventos assistenciais, devidamente fundamentado, obedecendo os prazos e protocolos clínico-operacionais; VIII - Pareceres das especialidades, quando necessário. Exemplo: oncologia clínica e cirúrgica, ortopedia, hemodinâmica cardíaca e vascular periférica, cardiologia, neurocirurgias, reumatologia, oftalmologia; IX - Emitir parecer técnico-administrativo, aprovando, ou não, os eventos assistenciais de urgência durante a noite e final de semana, devidamente fundamentado, obedecendo os prazos e protocolos clínico-operacionais; X - Assessorar a CONTRATANTE, técnica e administrativamente, em protocolos médico-hospitalares, quando necessário; XI - Assessorar a CONTRATANTE, em negociações técnico-gerenciais de procedimentos, em sede de credenciamento, com análise de termos de credenciamento, conforme o caso, tabelas referenciais e materiais especiais, respeitando a legislação vigente, normas, resoluções e votos do Colegiado do PAS/UFMS; XII - Análise técnico-administrativa de novas tecnologias/medicamentos/protocolos com emissão de parecer técnico, devidamente fundamentado; XIII - Assessoria técnica nos casos de inclusão de especialidades não contempladas no contrato de credenciamento visando subsidiar termos aditivos ao contrato, conforme o caso; XIV - Efetuar, obedecendo os prazos e protocolos operacionais, cotação de preços para medicamentos de alto custo e Órteses, Próteses, Materiais Especiais (OPME), apresentando, no mínimo, 03 (três) propostas válidas, mediante prévia análise e emissão de parecer técnico do auditor médico, para fins de autorização do respectivo pagamento pela CONTRATANTE, devidamente fundamentado; XV - Assessorar a CONTRATANTE, na elaboração e definição da lista de medicamentos de alto custo, a ser adotada nos contratos com hospitais, incluindo outros, conforme o caso, mediante parecer técnico/relatório médico, devidamente fundamentado; XVI - Realizar estudo técnico para enquadrar procedimento por similaridade e definir preço dos eventos que compõe o pacote, devidamente fundamentado; XVII - Vistoria das instalações físicas com emissão de parecer dos estabelecimentos de saúde que estão em processo de credenciamento, devidamente fundamentado, e bem assim os demais integrantes da rede credenciada, quando solicitado pela Seas/Dias/Progep/UFMS; Auditoria Prospectiva ou Auditoria Prévia deverá obedecer aos seguintes prazos: a) até três (03) dias úteis para procedimentos eletivos; b) até cinco (05) dias úteis para procedimentos de alto custo e OPME, visto que necessitam de cotação de preços; c) até dois (02) dias úteis para os procedimentos de urgência e emergência realizados em dias não úteis, mediante solicitação encaminhada pelo prestador, até o segundo dia útil, contado da data do evento assistencial em saúde. AUDITORIA CONCORRENTE: realizada durante o processo de internação, para pacientes em situações de hospitalização de longa data, procedimentos cirúrgicos de urgências, entre outras necessidades. Tem por objetivo aferir a qualidade e a adequação dos serviços prestados pela rede, coletando as evidências de qualificação. Além disso, visa a verificar a pertinência e o correto enquadramento dos eventos assistenciais às tabelas referenciais adotadas pelo PAS/UFMS. Para tanto, os médicos e os enfermeiros que realizarão as visitas visando avaliar a qualidade da assistência prestada, especialmente no quesito segurança do beneficiário, diminuição do tempo de hospitalização, adequação dos recursos de diagnósticos e terapêuticos a necessidades dos beneficiários e discussões de conduta com o médico assistente. A Auditoria Concorrente consiste, notadamente, em: a) auditoria, análise de contas hospitalares e visitas a pacientes internados. Nos casos de internações prolongadas o procedimento deverá ser realizado a cada quinze dias, com emissão de relatório, devidamente fundamentado; b) além do prazo estabelecido na alínea "a" antecedente, e sempre que solicitado pela contratante, realizar visitas médicas de auditoria em hospitais a pacientes internados naqueles da rede credenciada, constantes do hall de mais de três dias de internação clínica/cirúrgica ou em UTI (Unidade de Terapia Intensiva) e/ou aqueles que apresentarem necessidade especial para o atendimento; c) visitas/acompanhamento a pacientes internados na psiquiatria, cada trinta dias ou eventualmente quando da solicitação do PAS/UFMS, mediante emissão de parecer/relatório médico, devidamente fundamentado; d) avaliar e decidir quanto à aprovação dos procedimentos solicitados durante a internação, tais como: prorrogação de internação, prescrição de medicamentos, verificação de diárias autorizadas e evolução clínica do paciente; e) analisar a conta apresentada, realizando as glosas, quando houver divergências; f) responder, no prazo estabelecido nos anexos, as contestações de glosas feitas pelos credenciados;

<p>g) aplicar, no curso da auditoria, os normativos da Agência Nacional de Saúde Suplementar ANS, no que couber;</p> <p>h) análise de contas hospitalares in loco (CONTA SUJA);</p> <p>i) ordenar toda a documentação médica em análise: guias, faturas, história clínica, diagnóstico, descrição de cirurgia, descrição da anestesia, exames complementares em ordem cronológica, tratamento, prescrições médicas, demais componentes do prontuário do paciente;</p> <p>j) verificar a compatibilidade entre os tratamentos propostos e os procedimentos realizados com a patologia descrita;</p> <p>k) averiguar a compatibilidade entre o diagnóstico e o tempo de hospitalização;</p> <p>l) verificar se os procedimentos realizados correspondem à proposta de cobrança dos honorários apresentados;</p> <p>m) analisar se a cobrança de materiais e medicamentos de alto custo, inclusive órtese e próteses cobradas, correspondem à autorização prévia, mediante cotação de preço, conforme o caso;</p> <p>n) analisar e auditar as contas apresentadas pelas instituições conveniadas, apontando pontos conflitantes em conformidade com medicina baseada em evidências, sugerindo glosas aos atos de gerenciamento da auditoria analítica por profissionais especialistas, sugerindo alterações/inclusões, segundo as normas de auditoria, e formas de remuneração.</p> <p>Além das atividades discriminadas anteriormente, a contratada poderá participar ou conduzir os seguintes trabalhos:</p> <p>a) comissões de avaliação, e emissão de laudos e pareceres, de situações clínicas de pacientes com patologias complexas;</p> <p>b) avaliação e emissão de pareceres nas demandas judiciais decorrentes de prestação de serviço assistencial a beneficiários ou de ações trabalhistas;</p> <p>c) comissões de avaliação e autorização de guias para realização de exames de alto custo.</p> <p>AUDITORIA RETROSPECTIVA OU PÓS - FATURAMENTO (PEQUENO E GRANDE RISCO): deverá ser realizada por profissional qualificado e experiente, devidamente registrado no Conselho de Classe, visando avaliar administrativa e tecnicamente as faturas após a realização do evento assistencial, procurando identificar e corrigir as falhas na prestação e/ou cobrança de serviços médico-hospitalares especializados aos beneficiários do PAS/UFMS, segundo as tabelas referenciais adotadas para Convênio, as Regras de Negócio, Leis, Normas, Resoluções do PAS/UFMS, e os termos de credenciamento firmados pela PAS/UFMS com o prestador do serviço assistencial, com a emissão do respectivo parecer técnico, devidamente fundamentado. Consiste em realizar auditoria administrativa para Pequeno Risco e administrativa e técnica para Grande Risco, das contas médico-hospitalares, compatibilizando-as com as normas do PAS/UFMS, o Termo de Credenciamento e as tabelas acordadas, verificando:</p> <p>I. Se os serviços cobrados foram prestados;</p> <p>II. Se os procedimentos foram cobrados conforme contratos e tabelas acordadas pelo PAS/UFMS;</p> <p>III. Se as guias estão corretamente preenchidas e assinadas;</p> <p>IV. Se as autorizações prévias estão anexadas à conta, quando for o caso;</p> <p>V. Se os exames cobrados estão acompanhados dos respectivos pedidos, controle de atendimento e autorização prévia;</p> <p>VI. Se os procedimentos seriados, autorizados, estão acompanhados de solicitação médica, autorização prévia e de controle de presença;</p> <p>VII. Se as faturas seguem as instruções gerais que acompanham as tabelas.</p> <p>VIII. Análise de contas hospitalares (CONTA LIMPA);</p> <p>IX. Auditoria e conferência técnico-administrativa de faturas dos serviços médicos, de enfermagem, hospitalares, laboratoriais, radiológicos e serviços afins de profissionais e empresas credenciadas, ou não, nos casos de livre escolha ressarcimento;</p> <p>X. Auditorias presencial e/ou documental, com a emissão de parecer técnico-administrativo, em até dois dias úteis, devidamente fundamentado; e</p> <p>XI. Análise e auditoria técnico-administrativa com a emissão de parecer técnico, devidamente fundamentado para os atendimentos realizados pela Livre Escolha (profissionais/empresas não credenciadas) visando subsidiar o enquadramento nas tabelas adotadas para convênio, dos pedidos de ressarcimento dos beneficiários.</p>
CARGO: AUDITORIA EM ENFERMAGEM - ENFERMEIRO AUDITOR - CBO - 2235-10
Descrição Sumária
Prestam assistência ao paciente e/ou cliente em clínicas, hospitais, ambulatórios, transportes aéreos, navios, postos de saúde e em domicílio, realizando consultas e procedimentos de maior complexidade e prescrevendo ações; coordenam e auditam serviços de enfermagem, implementam ações para a promoção da saúde na comunidade. Podem realizar pesquisas.
Jornada de Trabalho
30 horas semanais de trabalho interno e/ou externo, a serem distribuídos na semana de acordo com a conveniência e interesse do PAS/UFMS, a serem definidos 15 dias após a assinatura do contrato por meio de comunicação escrita à empresa contratada.
Insumos
<p>Será de responsabilidade da empresa contratada fornecer os EPI's aos trabalhadores que irão prestar serviço, de acordo com a legislação vigente, garantindo-lhes sua segurança.</p> <p>- Crachá. Material PVC. Para Identificação de Funcionários. Colorido. Medida Padrão Internacional (54 mm x 85,6 mm). Com furo para prendedor;</p> <p>- Prendedor De Crachá. Tipo: Cordão. Material: 100% Poliéster. Comprimento: 85 Cm. Largura: 9 a 20 mm;</p> <p>- Carimbo. Material Corpo: Plástico. Material Base: Resina. Tipo: Automático. Formato: Retangular. Características Adicionais: Retrátil Com Mola;</p> <p>- Máscara Tipo: Procedimento. Características Adicionais: 3 Camadas, Filtro Bacteriológico 95% (1 Micron). Tipo Uso: Descartável. Tipo Fixação: 4 Tiras Fixação, Clip Nasal Alumínio Embutido. Formato: Adulto;</p> <p>- Luva Para Procedimento Não Cirúrgico. Material: Látex Natural Íntegro E Uniforme. Modelo: Formato Anatômico. Tipo: Ambidestra. Características Adicionais: Lubrificada Com Pó Bioabsorvível. Apresentação: Atóxica. Tipo Uso: Descartável;</p> <p>- Jaleco Material: TNT. Cor: Branca. Tipo: Descartável. Características Adicionais: Gola, Fenda E Cinto Traseiros. Tipo Manga: Comprida. Punho com elástico e prático fechamento com tiras. Tamanho único (110cm x 130cm).</p>
Orientação Para o Desenvolvimento das Atividades
Primar pelo discreto, educado, eficiente, ético e imparcial tratamento a ser dispensado às pessoas do setor de trabalho e ao público em geral que se dirige à Instituição e observar as normas de comportamento profissional e as técnicas de atendimento ao público, bem como cumprir as normas internas do órgão.
Requisitos Mínimos Para o Cargo
O profissional deverá ter, no mínimo, nível superior em Enfermagem com registro no Conselho Regional de Enfermagem. O profissional deverá apresentar as competências de organização, assiduidade, iniciativa, bom relacionamento interpessoal, discrição e sigilo.
Experiência Profissional
2 (dois) anos na área de auditoria de contas médico-hospitalares comprovados em carteira de trabalho, por declaração do empregador ou por contrato de trabalho.
Atividades Específicas
<p>I. Auxiliar nas negociações, junto à rede credenciada, de preços de materiais e medicamentos que se fizerem necessários, bem como assessorar nas negociações com os prestadores de serviços credenciados e não credenciados;</p> <p>II. Sugerir a inclusão e/ou alteração de procedimentos propostos pelo profissional credenciado, bem como glosar serviços propostos ou executados, quando não atenderem as restrições observadas ou estabelecidas por normativas do PAS/UFMS, devidamente justificados;</p> <p>III. Analisar, juntamente com Seas/Dias/Progep, as solicitações de atenção e/ou atendimento domiciliar;</p> <p>IV. Analisar solicitação de ressarcimento dos beneficiários;</p> <p>V. Aprovar relatório do médico assistente contendo: identificação do paciente, histórico, tratamentos efetuados, diagnóstico, quadro clínico atual, solicitação de internação domiciliar e sua justificativa;</p> <p>VI. Avaliação das pertinências das OPME's aos procedimentos solicitados;</p> <p>VII. Efetuar, obedecendo os prazos e protocolos operacionais, cotação de preços para medicamentos de alto custo e Órteses, Próteses, Materiais Especiais (OPME), apresentando, no mínimo, 03 (três) propostas válidas, mediante prévia análise e emissão de parecer técnico do auditor médico, para fins de autorização do respectivo pagamento pela CONTRATANTE, devidamente fundamentado;</p> <p>VIII. Realizar auditoria prospectiva, concorrente e retrospectiva;</p> <p>IX. Os limites estabelecidos no Regulamento do PAS/UFMS para tratamentos seriados.</p> <p>X. Comunicar ao PAS/UFMS qualquer irregularidade nos atendimentos dos credenciados, bem como dos beneficiários;</p> <p>XI. Assessoria, consultoria e auditoria técnico-administrativa com emissão de respectivo parecer técnico, devidamente fundamentado;</p> <p>XII. Análise de processos da área de saúde, com emissão de parecer técnico, devidamente fundamentado;</p> <p>XIII. Emitir parecer técnico-administrativo, aprovando, ou não, as solicitações médicas para realização de eventos assistenciais, devidamente fundamentado,</p>

obedecendo os prazos e protocolos clínico-operacionais; XIV. Emitir parecer técnico-administrativo, aprovando, ou não, os eventos assistenciais de urgência durante a noite e final de semana, devidamente fundamentado, obedecendo os prazos e protocolos clínico-operacionais; XV. Assessorar a CONTRATANTE, técnica e administrativamente, em protocolos médico-hospitalares, quando necessário; XVI. Assessorar a CONTRATANTE, em negociações técnico-gerenciais de procedimentos, em sede de credenciamento, com análise de termos de credenciamento, conforme o caso, tabelas referenciais e materiais especiais, respeitando a legislação vigente, normas, resoluções e votos do Colegiado do PAS/UFMS; XVII. Análise técnico-administrativa de novas tecnologias/medicamentos/protocolos com emissão de parecer técnico, devidamente fundamentado; XVIII. Assessoria técnica nos casos de inclusão de especialidades não contempladas no contrato de credenciamento visando subsidiar termos aditivos ao contrato, conforme o caso.
CARGO: PERÍCIA ODONTOLÓGICA - CIRURGIÃO DENTISTA AUDITOR - CBO 2232-04
Descrição Sumária
Os cirurgiões dentistas atendem e orientam pacientes e executam procedimentos odontológicos, aplicam medidas de promoção e prevenção de saúde, ações de saúde coletiva, estabelecendo diagnóstico e prognóstico, interagindo com profissionais de outras áreas. Podem desenvolver pesquisas na área odontológica. Desenvolvem atividades profissionais junto a crianças, adultos e idosos, com ou sem necessidades especiais, em diferentes níveis de complexidade. Podem atuar em consultórios particulares, instituições públicas ou privadas, ong's. Exercem atividade de ensino e pesquisa.
Jornada de Trabalho
Jornada de Trabalho: 12 horas semanais de trabalho interno, a serem distribuídos na semana de acordo com a conveniência e interesse do PAS/UFMS, a serem definidos 15 dias após a assinatura do contrato por meio de comunicação escrita à empresa contratada.
Insumos
Será de responsabilidade da empresa contratada fornecer os EPI's aos trabalhadores que irão prestar serviço, de acordo com a legislação vigente, garantindo-lhes sua segurança. - Crachá. Material PVC. Para Identificação de Funcionários. Colorido. Medida Padrão Internacional (54 mm x 85,6 mm). Com furo para prendedor; - Prendedor De Crachá. Tipo: Cordão. Material: 100% Poliéster. Comprimento: 85 Cm. Largura: 9 a 20 mm; - Carimbo. Material Corpo: Plástico. Material Base: Resina. Tipo: Automático. Formato: Retangular. Características Adicionais: Retrátil Com Mola; - Máscara Tipo: Procedimento. Características Adicionais: 3 Camadas, Filtro Bacteriológico 95% (1 Micron). Tipo Uso: Descartável. Tipo Fixação: 4 Tiras Fixação, Clip Nasal Alumínio Embutido. Formato: Adulto; - Luva Para Procedimento Não Cirúrgico. Material: Látex Natural Íntegro E Uniforme. Modelo: Formato Anatômico. Tipo: Ambidestra. Características Adicionais: Lubrificada Com Pó Bioabsorvível. Apresentação: Atóxica. Tipo Uso: Descartável; - Jaleco Material: TNT. Cor: Branca. Tipo: Descartável. Características Adicionais: Gola, Fenda E Cinto Traseiros. Tipo Manga: Comprida. Punho com elástico e prático fechamento com tiras. Tamanho único (110cm x 130cm).
Orientação Para o Desenvolvimento das Atividades
Primar pelo discreto, educado, eficiente, ético e imparcial tratamento a ser dispensado às pessoas do setor de trabalho e ao público em geral que se dirige à Instituição e observar as normas de comportamento profissional e as técnicas de atendimento ao público, bem como cumprir as normas internas do órgão.
Requisitos Mínimos Para o Cargo
O profissional deverá ter, no mínimo, nível superior em Odontologia com Registro no Conselho Regional de Odontologia. O profissional deverá apresentar as competências de organização, assiduidade, iniciativa, bom relacionamento interpessoal, discrição e sigilo.
Experiência Profissional
2 (dois) anos na área de perícia odontológica comprovados em carteira de trabalho, por declaração do empregador ou por contrato de trabalho.
Atividades Específicas
I. Realizar os atos pertinentes a prática de auditoria odontológica em serviços de saúde, respeitando as questões éticas contidas no Código de Ética da odontologia do CFO (Conselho Federal de Odontologia); II. Realizar perícia inicial nas solicitações de tratamento odontológico enviadas pelos credenciados, com a finalidade de verificar a compatibilidade entre os tratamentos propostos e a cobertura dos mesmos, podendo estas perícias serem presenciais ou documentais; III. Realizar perícia final nos tratamentos finalizados pelos credenciados, de forma a checar a realização e cumprimento dos tratamentos autorizados em conformidade com os padrões de qualidade de execução dos mesmos. IV. Aplicar, no curso da auditoria, os normativos da Agência Nacional de Saúde Suplementar ANS, no que couber; V. Sugerir a inclusão e/ou alteração de procedimentos propostos pelo profissional credenciado, bem como glosar serviços propostos ou executados, quando não atenderem as restrições observadas ou estabelecidas por normativas do PAS/UFMS, devidamente justificados; VI. Orientar tanto o beneficiário quanto o credenciado sobre cobertura, procedimentos, fator participativo e solicitações especiais; VII. Auxiliar na melhoria da qualidade da atenção prestada ao beneficiário; e VIII. Analisar solicitação de ressarcimento de odontologia dos beneficiários; IX. Melhorar a qualidade das informações que devem existir entre o PAS/UFMS e o beneficiário e o profissional credenciado. X. - Assessoria técnica nos casos de inclusão de especialidades não contempladas no contrato de credenciamento visando subsidiar termos aditivos ao contrato, conforme o caso; XI. Auditar, avaliar e decidir quanto à aprovação de plano de tratamento e respectivos procedimentos odontológicos solicitados durante a internação hospitalar. XII. Se os exames cobrados estão acompanhados dos respectivos pedidos, controle de atendimento e autorização prévia.

7.2. Os profissionais indicados pela CONTRATADA deverão cumprir todas as normas gerais a seguir relacionadas, e ainda as atribuições específicas de cada serviço contratado, conforme consta das especificações técnicas deste documento.

7.2.1. Ser pontual;

7.2.2. Apresentar-se devidamente identificado(a) por crachá;

7.2.3. Observar normas de comportamento profissional e técnicas de atendimento ao público;

7.2.4. Cumprir as normas internas do órgão;

7.2.5. Zelar pela preservação do patrimônio da CONTRATANTE sob sua responsabilidade, mantendo a higiene, a organização e a aparência do local de trabalho, solicitando a devida manutenção, quando necessário;

7.2.6. Operar, sempre que necessário e de forma adequada, equipamentos e sistemas informatizados disponíveis para a execução dos serviços;

7.2.7. Solicitar apoio técnico junto às unidades competentes da CONTRATANTE para solucionar falhas em máquinas e equipamentos;

7.2.8. Conhecer a missão do posto que ocupa, assim como a forma de utilização dos equipamentos colocados à sua disposição;

7.2.9. Assumir o posto com todos os acessórios necessários (quando for o caso) para o bom desempenho do trabalho;

7.2.10. Buscar orientação com seu superior, em caso de dificuldades no desempenho das atividades, repassando-lhe o problema;

7.2.11. Adotar todas as providências ao seu alcance para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais;

7.2.12. Levar ao conhecimento do superior, imediatamente, qualquer informação considerada importante;

7.2.13. Ocorrendo desaparecimento de material, comunicar o fato imediatamente à chefia e/ou superior hierárquico, lavrando posteriormente a ocorrência por escrito;

- 7.2.14. Evitar tratar de assuntos particulares ou que não tenham afinidade com o serviço desempenhado, durante o horário de trabalho, a fim de evitar o comprometimento e interrupções desnecessárias no atendimento;
- 7.2.15. Evitar confrontos com servidores, outros prestadores de serviço e visitantes da CONTRATANTE;
- 7.2.16. Tratar a todos com urbanidade;
- 7.2.17. Não abordar autoridades ou servidores para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato, exceto se for membro da fiscalização;
- 7.2.18. Não participar, no âmbito da CONTRATANTE, de grupos de manifestações ou reivindicações, evitando espalhar boatos ou tecer comentários desairosos ou desrespeitosos relativos a outras pessoas.

7.3. Das Diárias

- 7.3.1. Todos os cargos referentes aos serviços prestados no âmbito da Agecom, em virtude da natureza das atividades e da característica multicâmpus da UFMS, estão autorizados a receber ajuda de custo, quando em viagem, de diária com pernoite e/ou sem pernoite, conforme valores do contrato.
- 7.3.2. A ajuda de custo (diárias), quando em viagem, deverá ser creditada pela CONTRATADA na conta do colaborador com antecedência mínima de 2 (dois) dias antes do início do deslocamento;
- 7.3.3. A UFMS deverá solicitar à CONTRATADA o pagamento de ajuda de custo (diárias) com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis do início do deslocamento.
- 7.3.4. Os valores a serem efetivamente creditados aos colaboradores são aqueles obtidos na pesquisa de preços do item 6.5.2 deste Estudo Preliminar, ou seja, R\$ 206,00 (duzentos e seis reais) para diárias com pernoite e R\$ 103,00 (cento e três reais) para diárias sem pernoite.
- 7.3.5. As diárias com pernoite serão solicitadas quando em virtude da extensão dos trabalhos, distância do destino e/ou por questões de segurança viária, não for possível o retorno do colaborador à cidade do seu local de trabalho no mesmo dia do deslocamento da partida.

8. **JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO QUANDO NECESSÁRIA PARA INDIVIDUALIZAÇÃO DO OBJETO:** (art. 24, § 1º, inciso VIII e Item 3.8 do Anexo III da IN/SEGES/MP nº 05/2017)

- 8.1. A Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União traz o seguinte comando sobre o parcelamento ou não em licitações da Administração Pública Federal:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade

- 8.2. Ainda de acordo com o TCU, o Acórdão 1214/2013 traz a seguinte análise:

9.1.16 deve ser evitado o parcelamento de serviços não especializados, a exemplo de limpeza, copeiragem, garçom, sendo objeto de parcelamento os serviços em que reste comprovado que as empresas atuam no mercado de forma segmentada por especialização, a exemplo de manutenção predial, ar condicionado, telefonia, serviços de engenharia em geral, áudio e vídeo, informática

...

22. No caso dos serviços terceirizados, a partir da experiência relatada pelos agentes públicos que participaram do grupo de estudos, como regra, não se revela benéfico o parcelamento para a execução de serviços com menor nível de especialização, como aqueles prestados por garçom, mensageiro, motorista, recepcionista etc. Isso porque as empresas que atuam no mercado prestam todos esses tipos de serviço, sendo especializadas não em algum deles especificamente, mas na administração de mão de obra. Assim, um eventual parcelamento não ampliaria a competitividade das licitações e potencialmente aumentaria o custo da contratação, uma vez que se empresas diversas ganharem a prestação de diferentes serviços dessa natureza, o custo fixo por posto de trabalho será maior. Além disso, aumentaria a dificuldade de gerenciamento dos contratos por parte da administração, que teria de se relacionar com um maior número de empresas.

- 8.3. A contratação pretendida (tanto pela Agecom quanto pelo Programa de Assistência à Saúde da UFMS), tem como objeto a terceirização de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra. Como ficou evidenciado na pesquisa de mercado (item 5.2 deste Estudo Preliminar), e até mesmo na jurisprudência do TCU, as empresas atuantes no ramo da futura licitação são aquelas especializadas no fornecimento de mão de obra, e não nas atividades específicas a serem desempenhadas pelos futuros colaboradores. Desta forma, vislumbra-se no agrupamento dos itens uma oportunidade de melhor aproveitamento das condições de mercado, tanto pela especialização dos futuros licitantes na gestão de mão de obra terceirizada quanto pela economia de escala, já que poderá haver ganhos em termos de maiores descontos nos custos indiretos e no lucro pretendido em função do maior volume do contrato, sem que haja perda de competitividade do certame (vista a capacidade de atendimento do mercado conforme item 5.2 deste Estudo Preliminar). Destaca-se também que a realização de certame em grupo único permitirá um aumento da eficiência administrativa proporcionado pela otimização de gerenciamento de um contrato único.

- 8.4. Outro fator importante a considerar é que se trata de contratação em que a maior parcela dos custos já foi pré-determinada pela Administração, com a fixação de salários bases dos colaboradores, portanto a variação de preços da concorrência é restrita aos custos indiretos e ao lucro, reduzindo a oportunidade de ganhos advindos de uma maior divisão do objeto.

- 8.5. Importante destacar que o valor anual do grupo único supera o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), afastando a exclusividade de participação de microempresas e empresas de pequeno porte estabelecidos na Lei Complementar nº 123/2006. Ainda sobre tais benefícios, importante destacar que não se trata de serviços de conservação e limpeza e nem de vigilância, afastando a oportunidade de utilização do Regime de Tributação pelo Simples Nacional (art. 17, inciso XII e art. 18, § 5º-C, inciso VI, c/c § 5º-H, da Lei Complementar nº 123/2006).

- 8.6. Conforme o inciso I do art. 7º do Decreto 8.538 de 06 de outubro de 2015, é "vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da contratação". Desta forma, considerando o agrupamento dos itens, não se vislumbra a possibilidade de subcontratação, até mesmo porque todos os itens a serem contratados se referem à parcela principal da contratação. Ainda sobre esta vedação, a prestação dos serviços de forma integrada e coordenada nas dependências da própria Universidade, como nos casos dos serviços a serem desempenhados na Rádio Educativa UFMS e TV UFMS, no maquinário da Secretaria de Produção Visual, bem como nos serviços de perícias de saúde desempenhados pela PAS, também justificam o afastamento da subcontratação.

- 8.7. Definida a questão do grupo único, o regime de empreitada a ser adotado deverá ser o de menor preço global.

- 8.7.1. De forma a se selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e mitigar o risco de se contratar proposta que não espelha os preços de mercado, para evitar a prática de "jogo de planilha" e/ou a contratação de serviço com sobrepreço, a aceitabilidade dos preços global (valor do lote) e unitário (valor do posto) será vinculada e limitada aos preços máximos estabelecidos no edital e anexos para ambos, provenientes da estimativa de preços da contratação, conforme preconiza o art. 40, inciso X, da Lei nº 8.666/1993 e o Anexo V, item 2.8, letra 'd' da IN SEGES nº 5/2017:

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

...X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48;

2.8. Critérios de seleção do fornecedor:

...

d) Definir os critérios de aceitabilidade de preços, com fixação de preços máximos aceitáveis, tanto globais quanto unitários

8.7.2. Conforme lição do renomado jurista Marçal Justen Filho^[2]:

"Tanto a empreitada por preço unitário como aquela por preço global apresentam em comum a contratação da execução de uma obra ou serviço, incumbindo ao particular fornecer o trabalho ou o trabalho e materiais, mediante uma remuneração. A distinção entre as figuras envolve, de um modo direto, o critério para a determinação da remuneração do particular.

Na empreitada por preço global, existe um preço global pela obra ou serviço. O licitante obriga-se a executar a obra ou serviço, mediante remuneração calculada como um valor determinado.

Já na empreitada por preço unitário, o empreiteiro é contratado para executar o objeto, sendo o preço fixado por preço certo por unidades determinadas. Portanto, a remuneração do particular é obtida pelo somatório dos diferentes itens contemplados numa estimativa de execução"

8.7.3. Portanto, considerando que para a liquidação das despesas futuras não haverá a medição unitária de cada elemento da planilha orçamentária, a empreitada por preço global se mostra solução adequada para a contratação. Cabe destacar que tal modulação não afasta a possibilidade de glosas no futuro contrato, o ajuste do pagamento de acordo com índice de medição de resultados e nem a possibilidade do pagamento de acordo com o efetivo uso dos serviços no caso das diárias.

9. **DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS:** (art. 24, § 1º, inciso IX e Item 3.9 do Anexo III da IN/SEGES/MP nº 05/2017)

9.1. Nos subitens abaixo, são listados alguns dos benefícios diretos e indiretos vislumbrados com a contratação pretendida.

9.1.1. Em termo de Economicidade:

9.1.1.1. No âmbito da Agecom, a execução dos serviços no modelo proposto implicará na redução dos riscos de execução com preços acima do valor de mercado, visto que permite a ampla participação de empresas especializadas no ramo do objeto. Nesse sentido, manter esta proposta de serviços implica na potencial economia de recursos.

9.1.1.2. Já para o PAS/UFMS é esperado que a execução dos serviços no modelo proposto implicará na redução dos riscos de execução com preços acima do valor de mercado, resultando na potencial economia de recursos.

9.1.2. Em termos de Eficácia:

9.1.2.1. Para a Agecom, busca-se alcançar a excelência na comunicação social e científica, consolidando a imagem das atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação da instituição.

9.1.2.2. Quanto ao PAS/UFMS, é esperada a a continuidade das atividades de auditoria médica e de enfermagem e de perícia odontológica do Programa de Assistência à Saúde da UFMS;

9.1.3. Em termos de Eficiência:

9.1.3.1. Na Agecom, o modelo de contratação previsto e a estimativa de quantidades exposta buscam a otimização e racionalização dos gastos públicos na realização das atividades da unidade.

9.1.3.2. Já para o PAS/UFMS, o modelo de contratação previsto e a estimativa de quantidades expostas buscam a otimização e racionalização dos gastos públicos sobre a contratação, indicando um mínimo de quantidade para atender à demanda institucional.

9.1.4. Em relação aos serviços demandados pela Agecom, é esperado um melhor aproveitamento de:

9.1.4.1. Recursos financeiros: os serviços prestados por terceiros eliminam a necessidade de aquisição de maquinários e insumos especiais, bem como aumento de pessoal deste estabelecimento de Ensino, caso a satisfação destas necessidades fosse por meio de execução direta da Administração, assim, é evitado um grande incremento dos recursos financeiros despendidos com material permanente e folha de pagamento de servidores civis que deveriam ser contratados;

9.1.4.2. Impactos ambientais: foram elencados os dispositivos de sustentabilidade sugeridos em tópico específico deste estudo preliminar;

9.1.4.3. Recursos Humanos: a atuação da equipe de comunicação implica na alocação de profissionais capacitados para realização do serviço de forma especializada;

9.1.4.4. Melhoria da qualidade dos serviços oferecidos à sociedade: melhorar a difusão, a socialização e a aplicação dos conhecimentos promovidos no interior da Universidade.

9.1.5. No que tange o PAS/UFMS, é esperado um melhor aproveitamento de:

9.1.5.1. Recursos humanos: a atuação da equipe com conhecimentos técnico, cuja qualificação e treinamentos são exigências legais, implicam na alocação de profissionais capacitados para realização do serviço de forma especializada;

9.1.5.2. Recursos financeiros: reduzida equipe prevista para prestar os serviços representa a contratação com o menor volume possível de recursos;

9.1.5.3. Impactos ambientais: foram elencados os dispositivos de sustentabilidade sugeridos em tópico específico deste estudo preliminar;

9.1.5.4. Melhoria da qualidade dos serviços oferecidos à sociedade: a manutenção de um ambiente organizacional probó representa a disponibilização da estrutura adequada para o Programa de Assistência à Saúde aos beneficiários e seus dependentes e agregados, otimizando o funcionamento da auditoria médica e de enfermagem e de perícia odontológica de maneira mais eficaz e eficiente.

9.2. Segundo a Nota Técnica nº 1081/2017/CGPLAG/DG/SFC (<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2017/07/cgu-divulga-estudo-sobre-eficiencia-dos-pregoes-realizados-pelo-governo-federal/nota-tecnica-no-1-081-2017-cgplag-dg-sfc.pdf/view>), o custo estimado de realização de um pregão eletrônico (sem registro de preços) seria da ordem de R\$ 20.698,00 (dados de acordo com um estudo da Fundação Instituto de Administração da USP em 2006, denominado Mapeamento e Análise dos Custos Operacionais dos Processos de Contratação do Governo Federal). Este valor, corrigido pelo IPCA de dezembro de 2006 até março de 2022 através da ferramenta Calculadora do Cidadão do Banco Central, seria atualmente na ordem de R\$ 50.230,28. Portanto, espera-se que além dos benefícios acima elencados, a realização de um único pregão, tanto para a Agecom quanto para o PAS/UFMS, traga economia em termo de custos operacionais próprios do processo de contratação.

10. **PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO:** (art. 24, § 1º, inciso X e Item 3.10 do Anexo III da IN/SEGES/MP nº 05/2017)

10.1. Não há necessidade de adequação do ambiente da sede da UFMS, pois as instalações físicas já possuem características que viabilizam o serviço a ser prestado.

10.2. Há necessidade de capacitação dos servidores que atuarão como as figuras de Gestor, Gestor Substituto, Fiscal Administrativo, Fiscal Técnico e Fiscal Setorial.

11. **CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:**

- 11.1. São contratações correlatas e/ou interdependentes ao objeto planejado:
- 11.1.1. Na Agecom, existem os seguintes contratos e/ou ajustes que, em menor ou maior grau, são afetados pela contratação pretendida:
- 11.1.2. Acordo de Cooperação nº 45/2019, celebrado entre a UFMS e EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES S.A., que tem por objeto a "Adoção de ações conjuntas visando a operação e transmissão do canal 260 para execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada - FM, na localidade de Campo Grande/MS, consignado à EBC por meio da Portaria MC n.º 303 de 30/03/2010, com fins educativos".
- 11.1.3. Contrato nº 128/2018 - celebrado entre a UFMS e a empresa TIS - PUBLICIDADE E PROPAGANDA - LTDA, que tem por objeto a "Prestação de serviços de publicidade, por intermédio de agência de propaganda, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integralmente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de ações publicitárias da CONTRATANTE junto a públicos de interesse".
- 11.1.4. Além destes, também são publicadas pela Editora da UFMS cerca de XXXX obras anualmente, (inserir dados que julgarem pertinentes).
- 11.1.5. No PAS/UFMS, existem os seguintes contratos e/ou ajustes que, em menor ou maior grau, são afetados pela contratação pretendida:
- 11.1.6. Contrato nº 68/2021, celebrado entre a UFMS e a INFOWAY TECNOLOGIA E GESTÃO EM SAÚDE LTDA, que tem por objeto a "Contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças de uso de software de Gestão e de Auditoria para o Programa de Assistência à Saúde, sua revisão e acompanhamento".
- 11.1.7. Contrato nº 17/2021, celebrado entre a UFMS e a ADSEVI - ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA, que tem por objeto a "Contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços terceirizados de apoio administrativo, técnico e operacional, de forma continuada, dos serviços de: Auxiliar Administrativo Nível III, ..." (entre outros cargos).
- 11.1.8. Além dos contratos acima elencados, o PAS/UFMS possui atualmente cerca de 1.246 prestadores de serviços de saúde credenciados para o atendimento dos beneficiários do programa.
12. **DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:** (art. 24, § 1º, inciso XI e Item 3.11 do Anexo III da IN/SEGES/MP nº 05/2017)
- 12.1. Por todo o exposto, considerando a oportunidade e necessidade de um adequado funcionamento da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, a equipe de planejamento da contratação considera VIÁVEL a Contratação de Serviço de Apoio Técnico e Operacional Com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra Para a Agência de Comunicação Social e Científica da UFMS (Agecom) e Para o Programa de Assistência à Saúde da Diretoria de Atenção ao Servidor da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PAS/UFMS).

Membros da Equipe de Planejamento da Contratação:

Lucieni Cristina Silva, Matrícula Siape nº 14519903 (Presidente);

Rose Mara Pinheiro, Matrícula Siape nº 2319964 (Setor Solicitante);

Suzi Rosa Miziara Barbosa, Matrícula Siape nº 17727493 (Setor Solicitante);

Andréia Magalhães dos Santos, Matrícula Siape nº 3152146 (Apoio Administrativo);

Helder Nobre de Oliveira Silva, Matrícula Siape nº 1769602 (Apoio Administrativo).

[1] SANTOS, Franklin Brasil; CHIOATO, Tânia Lopes Pimenta. Rescisões contratuais antes e depois do Acórdão TCU 1214/13: possíveis efeitos da trajetória de controles na terceirização. Revista do TCU, Brasília, DF, v. 1, n. 148, p. 19-37, dez. 2021. Disponível em: <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/1783>. Acesso em: 20 abr. 2021.

[2] OS REGIMES DE EXECUÇÃO INDIRETA DO OBJETO: EMPREITADA PREÇO GLOBAL; EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO; EMPREITADA INTEGRAL E TAREFA. Coluna Jurídica JML. (Disponível em: https://www.jmleventos.com.br/pagina.php?area=colunajuridica&acao=download&dp_id=185. Acesso em 06 de maio de 2022).



Documento assinado eletronicamente por **Rose Mara Pinheiro, Diretor(a)**, em 30/05/2022, às 16:40, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Helder Nobre de Oliveira Silva, Administrador**, em 30/05/2022, às 17:00, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Suzi Rosa Miziara Barbosa, Diretor(a)**, em 31/05/2022, às 07:46, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andréia Magalhães dos Santos, Auxiliar em Administração**, em 31/05/2022, às 15:17, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3243208** e o código CRC **113F372B**.

SECRETARIA DE LICITAÇÕES

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone:

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

Referência: Processo nº 23104.007995/2022-91

SEI nº 3243208

Criado por [helder.silva](#), versão 157 por [helder.silva](#) em 30/05/2022 15:23:04.